

ZULEIKA DA SILVA GONÇALVES

**MIGRANTES HAITIANOS EM TRÊS LAGOAS/ MS:
TRABALHO E INSERÇÃO SOCIAL**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
CAMPO GRANDE/MS
2019**

ZULEIKA DA SILVA GONÇALVES

**MIGRANTES HAITIANOS EM TRÊS LAGOAS/ MS:
TRABALHO E INSERÇÃO SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco-UCDB de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia, área de concentração: Psicologia da Saúde.

Orientadora:
Profª. Dra. Luciane Pinho de Almeida

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
CAMPO GRANDE MS
2019**

G635m Gonçalves, Zuleika da Silva
Migrantes haitianos em Três Lagoas/MS: trabalho e
inserção social/ Zuleika da Silva Gonçalves; orientadora
Profa. Dra. Luciane Pinho de Almeida.-- Campo Grande,
MS : 2019.
130 p.: il.;

Dissertação (mestrado em Psicologia) - Universidade
Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2019
Inclui bibliografias

1. Migração - Mercado de trabalho - Inclusão social.
2. Haiti - Migrantes - Três Lagoas (MS). I.Almeida,
Luciane Pinho de. II. Título.

CDD: 307.76098171



UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
Inspira o futuro

A dissertação apresentada por **ZULEIKA DA SILVA GONÇALVES**, intitulada **“MIGRANTES HAITIANOS EM TRÊS LAGOAS/ MS:TRABALHO E INSERÇÃO SOCIAL”**, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em PSICOLOGIA à Banca Examinadora da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), foi _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Luciane Pinho de Almeida - UCDB (orientadora)

Prof. Dra. Suzanir Fernanda Maia

Prof. Dra. Flaviany Aparecida Piccoli Fontoura - UEMS

Prof. Dr. Rodrigo Lopes Miranda - UCDB

Campo Grande-MS, 02 de setembro de 2019.

Dedico esse trabalho a todos os migrantes homens e mulheres, que saíram de suas terras para viverem na incerteza do retorno. Aos migrantes de minha família que não foram vistos e, não mais lembrados e morreram na esperança do retorno. Eu vejo todos vocês!

AGRADECIMENTOS

Ao Divino Criador por ter me proporcionado viver nesse planeta e nesta época com todas as bênçãos necessárias, por ter me amparado nos meus momentos mais difíceis e nunca ter me deixado perder a esperança.

Aos meus antepassados, homens e mulheres, que passaram o que passaram para que eu pudesse estar aqui e em honra a vocês e com a permissão de todos, eu me permito.

Ao meu pai Odilar e minha mãe Leila Maiza que me deram o essencial: “a vida”, que formaram minha base e minha raiz sólida de amor e carinho.

Ao meu amor Ramão, que sempre me incentivou a estudar.

Minha amada filha Bárbara Maiza, luz de minha vida, que compreendeu os momentos de ausência em várias etapas e por incentivar a prosseguir.

À professora Dra. Luciane Pinho de Almeida, pelas orientações, pela dedicação em ensinar e compartilhar conhecimento e por ser uma pessoa querida que admiro por sua capacidade de resiliência, profissionalismo e generosidade.

Aos colegas do Grupo de Estudos e Pesquisas em Teoria Sócio-Histórica, Migrações e Gênero e do Laboratório de Estudos Psicossociais em Saúde Frente a Contextos da Desigualdade Social, com vocês foram muitos, mas muitos mesmo, momentos de aprendizado, discussões valorosas que contribuíram para a efetivação desse trabalho.

Aos professores do Mestrado em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco, que com muita seriedade e empenho conduziram o curso, me proporcionando, valiosa contribuição científica.

A Sadi e Me Armando, pela compreensão e acolhida ao abrirem as portas do Centro Juvenil Jesus Adolescente para a realização desta pesquisa.

Aos técnicos Welton e Anderson do Centro Integrado de Atendimento ao Trabalhador de Três Lagoas- MS, pela partilha e disponibilidade para a realização desta pesquisa.

Aos participantes dessa pesquisa, homens migrantes, pela disposição e confiança em contar suas histórias de vida e por permitir conhecer um pouco de suas realidades e vivências.

Gratidão imensa, Gratidão imensa á todos que contribuíram para que eu chegasse aqui, e para honrar tudo que me proporcionaram, me comprometo a diminuir a distância entre o que diz-se e o que faz-se, fazendo de minha fala a minha prática.

“Nossa vida é muito corrida. Vivemos sob a tirania do momento presente. Temos sempre pouco tempo para refletir sobre para onde estamos indo, avaliar o que estamos deixando para trás e ponderar sobre o que temos a ganhar e a perder com nossas decisões...”[...] a única forma de escapar dos atuais desconfortos e sofrimentos futuros passa por rejeitar as traiçoeiras tentações da separação. Em vez de nos recusarmos a encarar as realidades dos desafios de nossa época, sintetizados na expressão ‘Um planeta, uma humanidade’, lavando as mãos e nos isolando das irritantes diferenças, dessemelhanças e estranhamentos autoimpostos, devemos procurar oportunidades de entrar num contato estreito e cada vez mais íntimo com eles - resultando, ao que se espera, numa fusão de horizontes, e não numa fissão induzida e planejada, embora exacerbantes. ”

Estranhos à nossa porta
Zigmunt Bauman (2017)

GONÇALVES, Zuleika da Silva. **MIGRANTES HAITIANOS EM TRÊS LAGOAS/ MS: TRABALHO E INSERÇÃO SOCIAL/** 130 Dissertação em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB. Campo Grande, Mato Grosso do Sul. 2019.

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo caracterizar a inserção social e o trabalho de migrantes haitianos que estão em atendimento em uma Organização Não Governamental (ONG) e em uma agência municipal de emprego, ambos na cidade de Três Lagoas- MS. A pesquisa de campo ocorreu no período de julho a setembro de dois mil e dezoito. Foram selecionados para essa pesquisa seis migrantes haitianos do sexo masculino e dois técnicos do trabalho de ambos o sexo. O método utilizado foi a pesquisa qualitativa, com base na teoria do materialismo histórico dialético, para a coleta de dados foram realizados oito encontros, sendo quatro com o grupo todo de migrantes e dois encontros individuais, com os técnicos foram dois encontros individuais. Utilizou-se um roteiro de entrevista semiestruturada e pesquisa bibliográfica. Os entrevistados da pesquisa relataram como foi a busca pelo trabalho no país de acolhimento, quais os sentimentos, vivências e adaptações que ocorreram durante a trajetória Haiti- Brasil e de como se encontravam hoje. Para a análise dos dados foi feita a transcrição das entrevistas e na sequência o conteúdo destas foi separado por categorias e dividido em subcategorias. Realizou-se, então, a análise dos discursos, respeitando todas as falas, pronúncias, gírias, emoções, etc. Os principais resultados versam sobre os relatos dos migrantes que vivem a realidade pela busca do trabalho como sobrevivência e o que sofrem pela quebra de vínculos familiares e comunitários, pela exclusão social, por encontrarem inúmeras dificuldades na convivência nos espaços de trabalho e pela dificuldade de serem inseridos novamente na vida em sociedade. Obteve-se como resultado que a inserção no mercado de trabalho e a inclusão social do migrante haitiano consiste na necessidade de considerar todas as suas características enquanto migrantes e atentar para o seu desenvolvimento como um todo, de forma que possibilite a eles, ocupar espaços além do ambiente de trabalho, possibilitando o diálogo entre as diversas culturas existentes. Verificou-se que as razões sociais migratórias não ocorrem de forma aleatória, hoje os haitianos no Brasil somam mais de trinta mil migrantes (IBGE, 2017) e pela dinâmica dessa migração, estimamos que esse número terá uma variável em um espaço de tempo de alguns anos, e que a inserção social é uma dificuldade para os migrantes no que se refere a aceitação da sociedade local e o fato das políticas públicas não deixar claro como acolher este migrante. A tarefa de refletir sobre o fluxo migratório de haitianos para o Brasil se mostra um desafio triplo para que os respectivos agentes – a academia, o Estado e a sociedade – aceitem e pensem-no mais detidamente não como um fato, mas como uma realidade de múltiplas facetas. Assim, percebemos que a história não se repete, ela chama-nos às claras e cobra a construção do presente e do devir. Com a migração há um agravamento neste contexto, será preciso avançar nas discussões das políticas que garantam o acolhimento, atendimento e encaminhamento do migrante, no sentido de garantir a efetivação dos direitos, que sejam pautados na ótica da emancipação humana. Os dados dessa pesquisa são importantes para que os setores que atendem e que elaboram políticas públicas para a população migrante repensem o trabalho que já tem sido feito, e criem formas de articular todos os setores para que se possa incluir essa população na sociedade. Assim, torna-se primordial que possamos avançar na área da assistência social, saúde, trabalho, habitação, cultura e lazer, tornando efetivas as garantias de direitos da população migrante.

Palavras-chave: Migração Haitiana; Trabalho; Inserção Social.

GONÇALVES, ZULEIKA DA SILVA. HAITIAN MIGRANTS IN THREE POND / MS: WORK AND SOCIAL INSERTION / 130 DISSERTATION IN PSYCHOLOGY, CATHOLIC UNIVERSITY DON BOSCO - UCDB. CAMPO GRANDE, STATE OF MATO GROSSO DO SUL. 2019.

ABSTRACT

The present paper has been object feature the social insertion and migrants' work that be customer service on Non Governmental Organization (ONG) and a employment agency, the booth in the city of Três Lagoas - MS. The field research from July to September of two thousand eighteen. It was selected for this paper six male migrants haitian. The methodology used it was qualitative, in fact dialectical historical materialism theory, for data collection it was realize eight meeting, being four with all the group of migrants e two individual meeting. Used interview script semi-structured and the search bibliographic. The interviewed said how was the pursuit job in host country, witch feelings, experiences and adaptations, it has during the trajectory Haiti - Brazil and how found today. For data analysis was made of transcription interviews and sequence their content was separated by categories and divided into subcategories. Realized of analysis speech, respect word, pronunciations, emotions, etc. The main results, said the true about migrants that lived reality looking for work how survivor and what suffer about breakup in theirs families, for social exclusion, for found any difficulties in coexistence in the workspaces and the difficulty of being inserted back into life in society. Obtained as a result that insertion on labor market a social inclusion haitian migrants and consider all their characteristics as migrants and pay attention to their development as a whole, so as to enable them occupy spaces beyond the work environment, enabling dialogue between the various existing cultures. Verified the social raisons migrants don't occur randomly, today Haitians in Brazil number more than thirty thousand migrants (IBGE,2017) and dynamic that migration, we estimate that this number will have a variable within a few years, and social insertion it is a difficult for the migrants in what it refers to accept in local society and the fact about public policy not make it clear how to welcome this migrant. The assignment to reflect about haitian migratory flow to Brazil proves to be a threefold challenge for their agents - academia, the state and society - accept and thinking don't how fact and yes as a reality. Therefore, we realize that the story not repeat. With a migracion there is a grievance, it will be need advanced in politics discussions ensure the reception, care and referral of the migrant, in order to ensure the realization of rights, which are based on the perspective of human emancipation. The datas of the search are importants for that sectors that serve and develop public policies for the migrant population rethink the work that has already been done, and create ways and articulate all sectors so that this population can be included in society. Thus, it is essential that we can advance in the area of social assistance, health, work, housing, culture and leisure, making effective the guarantees of rights of the migrant population.

Keys - words: Haitian Migration; Job; Social Insertion.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CNE - Conselho Nacional de Educação

CONARE - Comitê Nacional para os Refugiados

FMI - Fundo Monetário Internacional

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICISS - International Commission on Intervention and State Sovereignty

MEC - Ministério da Educação

MINUSTAH - Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti

OEA - Organização dos Estados Americanos

ONU - Organização das Nações Unidas

ONUBR - Organizações Unidas do Brasil

ONG - Organização não governamental

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

Tabela 01- Análise dos dados dos Migrantes entrevistados

Tabela 02 – Análise de dados dos Técnicos Entrevistados

Tabela 03 – Informações Sociodemográficos dos Migrantes Haitianos entrevistados

Tabela 04 – Tipos de Trabalho

Tabela 05 - Os desafios da Inserção no trabalho

Imagem 1 – Rota Migratória dos Haitianos até o Brasil

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	16
2.	MIGRAÇÕES NO MUNDO CONTEMPORÂNEO: HAITIANOS NO BRASIL	21
	2.1 CONCEITUANDO A MIGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA: CONTEXTUALIZANDO A SITUAÇÃO BRASILEIRA	22
	2.2 O HAITI: HISTÓRIA, PROBLEMÁTICAS SOCIOECONÔMICAS E OS CAMINHOS DA MIGRAÇÃO HAITIANA PARA O BRASIL	31
3.	MIGRAÇÃO E TRABALHO: A MIGRAÇÃO HAITIANA E SUAS CARACTERÍSTICAS	46
	3.1 DESENHANDO O CAMINHO DA PESQUISA COM MIGRANTES HAITIANOS	47
	3.2 PARTICIPANTES DA PESQUISA: HAITIANOS EM TRÊS LAGOAS/MS	56
	3.3 EXPECTATIVAS PARA O FUTURO DE MIGRANTES HAITIANOS QUE ESTÃO EM TRÊS L/MS	65
4.	TRABALHO DE MIGRANTE: MIGRANTES HAITIANOS EM TRÊS LAGOAS/MS	68
	4.1 TRABALHO: ATIVIDADE FUNDAMENTAL DO SER SOCIAL	69
	4.2 A DISCRIMINAÇÃO RACIAL DO MIGRANTE NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO	73
	4.3 TRABALHOS, MIGRAÇÃO E CAPITALISMO: AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO MUNDO ATUAL	77
	4.4 O TRABALHO DE HAITIANOS EM TRÊS LAGOAS/MS	86
	4.5 FAMÍLIA E TRABALHO, HAITI X BRASIL: CONTRADIÇÕES DA VIDA	93
	4.6 O ISOLAMENTO DO MIGRANTE E A IMPORTÂNCIA DAS REDES SOCIAIS	97
5.	POLÍTICAS PÚBLICAS E O TRABALHO MIGRANTE HAITIANO	100
	5.1 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A MIGRAÇÃO	101
	5.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACOLHIMENTO MIGRATÓRIO EM TRÊS LAGOAS/MS	102
	5.3 MERCADOS DE TRABALHO PARA O HAITIANO: EMPRESAS E EMPREGADORES	109
	5.4 TRABALHOS MIGRANTES: EXPLORAÇÃO E DISCRIMINAÇÃO?	111
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
	REFERÊNCIAS	120
	ANEXOS	127

I. INTRODUÇÃO

“O Brasil voltou a ser um país de imigração”. Essa mensagem permeou os pronunciamentos de autoridades na solene abertura da primeira Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio¹, iniciativa do governo federal simbólica de um momento em que o Estado assumiu o número crescente de migrantes no país. De imediato, tal mensagem provocou o público presente a se perguntar sobre o momento em que a migração teria deixado de existir no Brasil.

Pode-se apontar que o Brasil nunca deixou de ser um país que recebeu migrantes², hoje nossa sociedade é formada e misturada por outras raças, migrar é um direito humano e como tal se caracteriza como fenômeno mundial. Entende-se por migrante aquele que se desloca, aquele que chega e aquele que sai de seu território de origem.

Para melhor entendimento deste direito de ir e vir, salientamos que o documento mais importante, no que se refere aos Direitos Humanos, é a “Declaração Universal dos Direitos Humanos”, promulgada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (1948), “como ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações”. Nesse documento, o direito de ir e vir aparece assegurado pelo art. 13, que dispõe: “I) - Todo homem tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado. II) - Todo o homem tem direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar”. Nele estão sucintas as aspirações humanas manifestadas em tantas lutas e movimentos libertários que se desenvolveram, com maior ou menor êxito, durante o longo período que percorreram mais de dois milênios. O movimento de ir e vir, próprio do ser humano, materializa-se nos fluxos migratórios caracterizados por sujeitos assim definidos:

a) Migrante – caracteriza-se toda a pessoa em movimento com a intenção ou não de residir em outro local. O migrante pode apresentar-se documentado; pode ficar sem documento (entra no país com a documentação em dia, mas deixa vencer o prazo sem renovação, ficando em situação irregular) e pode ser clandestino (ou seja, entra sem a documentação exigida pelo país que o acolhe e nele permanece sem regularizar os documentos). A mídia e muitos governos

¹ O evento foi realizado em junho de 2014, na cidade de São Paulo- SP, promovido pelo Ministério da Justiça, Ministério do Trabalho e Ministério das Relações Exteriores, com apoio de organizações internacionais (ONU, OIM, ACNUR e PNUD, UNODC) e da Prefeitura Municipal da cidade de São Paulo. Disponível em <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/migracoes1/conferencia-nacional-sobre-migracoes-e-refugio> - acesso em 10 julho 2019.

² Embora todos os termos mencionados anteriormente sejam encontrados na literatura consultada, neste trabalho utilizaremos o termo migrante, pois é a nova nomenclatura utilizada no Brasil depois da promulgação da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017.

o tipificam pejorativamente (criminaliza – como migrante ilegal, que não merece direito à cidadania).

b) Refugiado – pessoa que por via de fato ou temor de perseguição (raça, religião, política) ou, ainda, devido à grave e generalizada violação de direitos humanos e é obrigada a deixar o seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

c) Apátrida – pessoa que não é considerada como nacional por nenhum Estado.

d) Vítima de tráfico de pessoas (tráfico humano) - pessoa, submetida à ação criminosa; recrutada, transferida, por fraude, engano, força, rapto, abuso de autoridade com a finalidade de exploração sexual, trabalho escravo ou serviços forçados, remoção de órgãos, adoção ilegal. (BAUMAN E BORDONI, 2016, p. 47).

Independente da nomenclatura utilizada para designar o migrante, Theije (2006) afirma que uma característica em todas as migrações é a insegurança, manifestada, entre outros motivos, pelo fato que muitos deixaram suas famílias em seu país de origem, pelas dificuldades com o idioma, pelas situações irregulares vivenciadas ou ainda pela instabilidade de se manter no país de destino, pois na maioria das vezes não se tem acesso a um emprego estável e nem uma renda segura e deste modo os migrantes vivem em circunstâncias precárias e vulneráveis.

Pode-se considerar que a migração afeta os migrantes e a população nativa da mesma forma, que atinge os países de origem, trânsito e de destino. Alguns efeitos são sentidos diretamente no nível do reduto familiar e comunitário, pela economia local de origem e também pelas economias nacionais. As contribuições das comunidades migrantes e da diáspora são cada vez mais reconhecidas nos países de destino e origem na forma de remessas, inovação, comércio e investimento, e através da transferência de tecnologia, habilidades e conhecimentos.

Entretanto, é preciso apontar, a partir das considerações de Bauman e Bordoni (2016), que, as migrações em massa se constituem como um fenômeno gerado pelo impacto de forças globais, mas que é lançado para um nível local, isto é, o local precisa dar conta de impasses que foram criados no local de origem. Assim, estes processos de globalização e as diversas problemáticas que acontecem no mundo, refletem em pontos de origem e pontos de destino.

Há diversas formas de migrações existentes no contexto migratório, podendo colocar a migração àquela do imigrante branco europeu, a qual teve incentivo para sua entrada no Brasil, entre 1884 e 1959, sendo considerado um “migrante vetor do desenvolvimento”, sendo que eram mais explícitos na definição de quem poderia entrar e permanecer no país, hoje essa questão assume uma roupagem pretensamente mais neutra. Como se mostrará neste estudo, os

critérios seletivos de migrantes bem-vindos possuem perfil definidos; porém, essas mesmas políticas migratórias deixam a parte mais significativa do fenômeno invisível, como se realmente não existisse no país, a não ser, é claro, como um acaso emergencial.

A migração no Brasil tem suas raízes históricas, pois, durante o período imperial, tivemos os africanos trazidos pelos portugueses como forma de mão de obra escrava, que hoje ainda temos e se caracteriza como tráfico de pessoas, pois vieram forçadamente, como eram estrangeiros que entravam no Brasil e que traziam consigo toda uma cultura, identidade e vivências, este foi um deslocamento migratório marcante na história do Brasil, e que de certa forma colaborou para atrelar a migração como forma de entender que o trabalho migrante tem menos valor, enraizadas no preconceito e associada às pessoas sem direitos garantidos, sem poderes político-econômicos.

Recentemente o Relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR) para os Refugiados (2016) apontou que:

Nos últimos cinco anos, as solicitações de refúgio no Brasil cresceram 2.868%. Passaram de 966, em 2010, para 28.670, em 2015. Até 2010, haviam sido reconhecidos 3.904 refugiados. Em abril deste ano, o total chegou à 8.863, o que representa aumento de 127% no acumulado de refugiados reconhecidos – incluindo reassentados. Estes dados constam do relatório divulgado hoje pelo Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), órgão ligado ao Ministério da Justiça. O relatório traz ainda as ações do governo federal para colaborar com o arrefecimento dos efeitos da maior crise humanitária vivida desde a 2ª Guerra Mundial. O relatório mostra dados sobre a migração haitiana eles somam 12.298, seguidos dos angolanos (1.420), colombianos (1.100), congolezes (968) e palestinos (376). Ao todo são 79 nacionalidades. (ACNUR, 2016, p. 03)

Os dados descritos neste relatório apontam a migração haitiana com intensidade em 2010, que corresponde ao período em que o país foi atingido pelo maior terremoto da história do continente, o qual matou mais de 200 mil pessoas e deixou 1,5 milhão de pessoas desabrigadas (ESTADÃO, 12 de agosto de 2012)³. No cenário caótico que se instalou no Haiti, o Brasil mostrou-se uma opção atrativa para aqueles que queriam reconstruir suas vidas. Segundo as Nações Unidas no Brasil – ONUBR (2017), o Haiti é o país mais pobre do

³ Medeiros, R. (2012) [Brasil é a bola da vez, para a imigração], Jornal o ESTADÃO - Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20120812-43398-nac-9-pol-a9-not> - acesso em 17 de março 2018.

hemisfério ocidental, com 80% de sua população vivendo na pobreza, sobrevivendo com menos de US\$ 2 (dois dólares) por dia. Dois terços da população haitiana dependem do setor agrícola, todavia com o terremoto de 2010, a produção agrícola teve inúmeras perdas, gerando grande vulnerabilidade, resultando na falta de postos de trabalho para a população haitiana, fato que contribuiu para impulsionar o primeiro movimento migratório desse país caribenho para o Brasil.

Segundo Silva (2012), estes migrantes entraram no Brasil pela região norte, pelos Estados do Acre e Amazonas, mas a busca pelo trabalho e moradia, aconteceu com mais ênfase nas cidades de Porto Velho, capital de Rondônia e Manaus, capital do Amazonas, estes locais foram o destino de milhares de haitianos, que estavam à procura de permanecer por tempo indefinido ou também como rota de passagem para outras cidades do país, Esta realidade fez com que os migrantes haitianos buscassem lugares onde pudessem minimamente sobreviver, locais onde tinham possibilidades de emprego.

Neste sentido, para que o migrante possa estabelecer-se é necessário que se integre no mercado de trabalho do país de destino, a fim de assegurar a sua sobrevivência e de sua família, a vontade de quem chega, é encontrar um emprego, trabalhar e assim poder ajudar os familiares que ficaram no Haiti.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2017)⁴, a comunidade haitiana que migrou para o Brasil e que está inserida no mercado de trabalho formal corresponde ao número de 14 mil indivíduos, o que representa o maior volume dentre os migrantes estrangeiros⁵ no ano de 2016, os migrantes haitianos trabalham em diversas áreas da atividade econômica e de empregos em todas as regiões brasileiras, tendo em vista que o trabalho dos migrantes são mais utilizados e reconhecidos como de “baixo prestígio” no Brasil e principalmente, subempregos, e em muitos momentos como situações análogas de trabalho escravo. Os migrantes não conseguem trabalho, mesmo tendo estudo e experiência profissional, pois em áreas específicas de mais *status* social, percebemos certa resistência na contratação ao trabalho e além da relutância/preconceito há as barreiras burocráticas que impedem o exercício profissional dos migrantes.

⁴ Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/88/migracao_deslocamento -acesso em 21 de maio 2018.

⁵ Termo utilizado no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no ano de sua divulgação.

Esses trabalhadores migrantes se alternam nas atividades localizadas em áreas periféricas, a princípio, o migrante não existe sem um trabalho, pois segundo Silva (2012), o trabalho faz parte de sua razão de ser como residente no país de acolhimento.

A pesquisa realizada caracteriza-se por um estudo que teve como foco os haitianos que ao chegarem ao Brasil se deslocaram para o Estado de Mato Grosso do Sul, mais especificamente para a cidade de Três Lagoas, em busca do trabalho na indústria e comércio, principalmente. Este ponto de partida indica um estudo direcionado, a fim de que possa contribuir para a compreensão da realidade local ainda desconhecida em sua concretude, pois hoje são quase incipientes os estudos migratórios neste Estado.

A partir de estudos realizados no período de 2016 a 2018, com migrantes haitianos pelo Grupo de Estudos em Teoria Sócio Histórica, Migrações e Gênero e do Laboratório de Estudos Psicossociais em Saúde Frente a Contexto de Desigualdade Social, ambos vinculados e do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia da Universidade Católica Bom Bosco, surgiu o interesse pela questão do trabalho dos migrantes haitianos e passamos a compreender a migração haitiana. Desse modo, tivemos os primeiros contatos com a questão da migração, assim como realizamos estudos exploratórios sobre a temática proposta.

Tomamos então como problema de pesquisa: Quais os processos que se estabelecem na inserção social dos migrantes haitianos para adentrar e permanecer no mercado de trabalho brasileiro e quais as suas expectativas futuras para a vida no Brasil?

No intuito de responder à problemática proposta, esta pesquisa apresenta como objetivo geral a análise e a compreensão de como deu-se a inserção social do migrante haitiano no mercado de trabalho em Três Lagoas/MS. Os objetivos específicos foram delimitados: a) analisar como aconteceu o processo de busca pelo trabalho dos migrantes haitianos em Três Lagoas/MS; b) investigar a trajetória da adaptação no trabalho de migrantes haitianos em Três Lagoas/MS; c) compreender as relações de trabalho sob a ótica do migrante; e, d) identificar as expectativas futuras dos migrantes haitianos no Brasil.

Para esta pesquisa utilizamos a forma qualitativa, na qual o pesquisador procura entender os fatos a partir da perspectiva das pessoas envolvidas na situação observada, utilizamos o Método do materialismo histórico dialético como forma de entender a relação sujeito-objeto, ou seja, o de compreender como o ser humano se relaciona com as coisas, com a natureza, com a vida, analisando assim, a totalidade e a coleta de informações do presente estudo foi realizada por meio da aplicação de entrevista semiestruturada.

Para organizar a escrita e o pensamento, esta dissertação está dividida em cinco capítulos. **O primeiro capítulo:** A introdução onde colocamos de forma geral o que propusemos a pesquisar. **No segundo capítulo:** Migração no mundo contemporâneo na qual contextualizaremos a situação da migração brasileira, a história e problemáticas socioeconômicas do Haiti juntamente com os caminhos da migração haitiana para o Brasil. **No terceiro capítulo** abordamos a migração para o trabalho e as principais características e as situações na qual o migrante vivência como ser social e as expectativas para o futuro de migrantes haitianos que estão em Três Lagoas- MS. **No quarto capítulo** tratamos do trabalho, da migração e do capitalismo e como esta relação se estabelece no mundo atual, os conflitos sobre suas condições de vida, isolamento social e a falta da família. **No quinto capítulo** abordamos o panorama das políticas públicas no Brasil e o trabalho migrante, entendendo como é o acolhimento e o mercado de trabalho para o migrante haitiano em Três Lagoas- MS.

Espera-se que os resultados dessa pesquisa possam contribuir para o avanço da produção científica no que se refere à temática, migração e trabalho, assim como contribuir para a reflexão das políticas públicas vigentes e novas práticas de acolhimento e permanência do migrante no Brasil, pois o exercício da pesquisa foi o de buscar instrumentos e teorias capazes de fazer uma aproximação da realidade, da existência desses cidadãos de direito que convivem na nossa sociedade.

**CAPÍTULO II - MIGRAÇÕES NO MUNDO CONTEMPORÂNEO: HAITIANOS NO
BRASIL**

2.1 Conceituando a migração contemporânea: contextualizando a situação brasileira

De acordo com Alencar (2010) o fenômeno da migração constitui uma estratégia de sobrevivência da existência humana no mundo. Brzozowski (2012) aponta que a migração é um fenômeno presente na história da humanidade e as primeiras relações sobre movimentos populacionais podem ser encontradas na Bíblia e em outras fontes históricas da antiguidade.

O êxodo dos judeus do antigo Egito e a migração de gregos na região mediterrânea são apenas alguns dos exemplos de processos migratórios que aconteceram no mundo. (BRZOZOWSKI. 2012). Desde os primórdios da história da civilização pessoas deslocam-se em razão dos mais diversos motivos, portanto, a prática migratória constituiu e ainda representa parte importante do processo de construção de comunidades humanas ao longo da história.

Mendes (2013) comenta que o processo migratório trata-se de um fenômeno demográfico e sua percepção pode ocorrer com a análise de momentos históricos, mesmo que de formas e níveis distintos. No sentido mais literal, a migração se define como mudança de habitação diante do afastamento de uma unidade geográfica para outra, seja em relação ao país, federação, município ou Estado.

Assim, os seres humanos podem ou não ter a migração como experiência de vida, colocamos que independente de como foi o processo migratório esse movimento vem acompanhado de experiências e mudanças vivenciadas pelos migrantes, a partir de relações sociais travadas, repletas de subjetividades. Normalmente estas migrações se dão de forma planejada em decorrência de algum fato desencadeador. O exemplo dos nômades é bem significativo nesse contexto, a migração faz parte de sua existência e suas diversas estadias em locais diferentes, seguindo percursos relacionados às suas atividades econômicas, portanto, estas são constantemente planejadas para que a mudança não seja adequada ao seus interesses.

Para além da definição do termo migração, há estudos que apontam diferentes modos de compreender o processo de migração e passam a defini-la como migração interna ou externa, ou seja, dentro ou fora do país de origem, respectivamente.

Tendo como lócus a Inglaterra, a abordagem de Ravenstein (1885) é sobre os fluxos internos e internacionais na perspectiva da Europa e da América do Norte no final da segunda metade do século XIX. Para ele, as leis de migração são sete, a saber, a) majoritariamente os migrantes percorrem curtas distâncias e os fluxos migratórios buscam centros comerciais; b) o processo atrativo para lugares em rápida expansão se inicia pelas áreas de entorno e se estendem para lugares mais distantes; c) na migração, o processo de dispersão ocorre

inversamente ao de atração; d) cada corrente mais representativa no fluxo migratório gera uma contracorrente, o que sai é compensado com o que entra; e) quem migra de lugares longínquos tem preferência pelos centros comerciais; f) o fluxo migratório é preponderante nas populações rurais em relação aos citadinos e g) as mulheres migram mais que os homens (PEIXOTO, 2004, p. 6).

Alencar (2010) por sua vez aponta que as migrações internacionais se caracterizam pelo notável e variável efeito demográfico mundial que causam. Se encontram em uma etapa importante, cujas fronteiras de todo o mundo são atravessadas por um contingente migratório sem precedentes. Para este autor a migração internacional, em síntese, ocorre por diversos motivos, de natureza econômica, cultural e social. Na maior parte das vezes, são processos que ocorrem por meio de dimensões e direções previsíveis, ou seja, todos os anos, movimentando-se mais no sentido sul-norte, cujos cidadãos advindos de terras menos privilegiadas migram em busca de novas oportunidades que, geralmente, encontram-se em países desenvolvidos economicamente.

Patarra (2006) explica que as teorias da migração internacional podem ser classificadas em dois grupos, no primeiro estão os modelos que determinam o surgimento do movimento internacional contemporâneo; no segundo, se encontram as teorias que explicam a perseverança dos fluxos migratórios e sua continuidade no tempo. A análise é iniciada partindo dos modelos teóricos que explicam a migração de brasileiros a partir desses conceitos, abordando como o movimento foi iniciado.

Para a referida autora esta perspectiva neoclássica é a mais conhecida no grupo de trabalhadores, destacando a desigualdade na distribuição internacional do capital e a mão de obra como principal fator de movimentos populacionais de nível macroeconômico. Existem, portanto, países que são mais densos e rarefeitos de capital, ao passo em que áreas abundantes de capital são polos atrativos para os migrantes, uma vez que ofertam remunerações relativamente elevadas.

Por outro lado, Faria (2015) destaca que é inegável a dimensão global das migrações internacionais, pois não há país ou região do planeta que seja imune ao fenômeno migratório, bem como não há povo que não tenha sido influenciado por diversos fluxos de migrantes ao longo de sua concepção. Ainda que sempre tenham presença na história humana, as migrações assumem uma dimensão ainda maior na contemporaneidade, estimuladas por avanços tecnológicos nos campos de transporte, comunicações, devido à internacionalização acelerada da economia e pelo agravamento de disparidades sociais e econômicas entre regiões e países.

As migrações internacionais passam, portanto, a impactar muito dos países, tanto de origem quanto de destino, um fato que ocasionou a definição utilizada por alguns estudiosos de que essa é a “era das migrações”.

Patarra (2006) ainda comenta que a crescente importância das migrações internacionais no contexto da globalização torna-se um objeto de volume expressivo e com contribuições importantes de natureza teórica e empírica, atestando a sua diversidade, seus significados e implicações. Uma parcela significativa desse arsenal de contribuições é voltada à reflexão das grandes transformações econômicas, sociais, políticas, demográficas e culturais que ocorrem no campo internacional, iniciadas, especialmente a partir da década de 1980.

É imprescindível que se considerem, hoje, o contexto de luta e os compromissos internacionais assumidos em prol da ampliação e da efetivação dos direitos humanos dos migrantes, mas é também necessário que se discutam quais os grupos sociais contemplados nas políticas oficiais ancoradas em direitos humanos; é preciso reconhecer, nesse contexto, que os movimentos migratórios internacionais representam a contradição entre os interesses de grupos dominantes na globalização e os Estados nacionais, com a tradicional óptica de sua soberania; há que tomar em conta as tensões entre os níveis de ação internacional, nacional e local. Enfim, há que considerar que os movimentos migratórios internacionais constituem a contrapartida da reestruturação territorial planetária intrinsecamente relacionada à reestruturação econômico-produtiva em escala global (PATARRA, 2006, p. 7).

Conforme Mendes (2013), no que concerne aos processos migratórios internacionais, não são importantes apenas o traslado de pessoas e bens materiais por fronteiras, mas também, envolvem-se as culturas, valores e informações que as pessoas carregam consigo. Esses elementos que possibilitam, graças à globalização, potencializar a diversidade, especialmente cultural e ideológica, influenciadas pelas tecnologias de informação e pela flexibilidade de acordos bilaterais entre países.

Para Patarra (2005) os processos migratórios imprimem como contrapartida dessa dinâmica, o aumento da pobreza, da desigualdade e da exclusão, distanciando-os ainda mais dos países de primeiro mundo. A fim de superar a distância que separa os países desenvolvidos⁶

⁶ A expressão país desenvolvido é utilizada para descrever os países que têm alto nível de desenvolvimento econômico e social, tomando como base alguns critérios. Quais critérios devem ser utilizados e quais países podem ser classificados como "desenvolvidos" são questões controversas e há um debate feroz sobre isso. Critérios econômicos têm vindo a dominar as discussões. Um dos critérios utilizados é a renda per capita e o valor do

dos outros, a América do Sul⁷ desenvolve estratégias – muitas vezes oscilando entre obediência aos cânones neoliberais e tentativas de incrementar o resgate social acumulado.

Para Alves Filho e Villen (2018) as migrações internacionais contemporâneas apresentam características diferentes dos fluxos registrados nos séculos XIX e XX. Uma das novidades relacionadas ao fenômeno paira sobre a intensificação da migração sul-sul, configurada pelo movimento cada vez mais intenso de pessoas entre e em direção aos países da América Latina e Caribe, assim como movimentos migratórios advindos da África e países como Síria, Líbano, Paquistão, Bangladesh e Nepal.

No caso brasileiro, Faria (2015) explica que o país foi, ao longo de sua história, uma nação altamente receptora de migrantes, cujas migrações foram grandes contribuintes para a formação da nacionalidade brasileira, bem como da significativa diversidade e riqueza cultural hoje vista no Brasil, que são o legado de diversas ondas migratórias, de continentes e países diversos que, durante os séculos, por diferentes formas e razões, ocuparam e colonizaram o território nacional.

Conforme Faria (2015), entre 1836 e 1980, houve uma diversidade de raças, povos e nacionalidades que migraram para o Brasil. Os principais contingentes, nesse período, foram de portugueses, italianos, espanhóis, alemães, japoneses, russos, austríacos, sírio-libaneses, poloneses e franceses. Até a década de 1980, as questões migratórias interessavam ao Brasil na perspectiva de país de destino.

A partir desse período, o aumento das facilidades de informação e o transporte transcontinental, atrelados ao processo de globalização, se conjugaram ao quadro doméstico de estagnação econômica e desemprego. Tais fatores desencadearam o início das correntes migratórias que se prolongaram até a contemporaneidade, de forma que o Brasil se deu conta,

produto interno bruto per capita de cada país. Outro critério econômico é a industrialização. Os países onde os setores terciário e quaternário da indústria predominam na economia são considerados desenvolvidos. Mais recentemente, uma outra medida, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), começou a ser utilizado. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mede três dimensões: riqueza, educação e esperança média de vida e é uma maneira padronizada de avaliação e medida do bem-estar de uma determinada população. Os países desenvolvidos geralmente são os que apresentam IDH elevado. Países que não entram em tais definições são classificados como países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos. Disponível em https://mds.gov.br_desenvolvido – acesso 15 de julho 2019.

⁷ A construção do termo “América do Sul”, separada em alguma medida de “América Latina”, teve sua base no entendimento do lugar que as elites governantes do Brasil esperavam que o país ocupasse na região, fora da órbita dos Estados Unidos da América e do seu aliado: o México (que pelo peso da sua economia representava na região o único país capaz de competir verdadeiramente com o Brasil, já que cada vez ficava mais claro que a Argentina, outrora rival e que agora optava pela cooperação, não representava ameaça em termos competitivos reais). Somado ao fator do Brasil dispor, pelas suas características geográficas, de produção, população, e história diplomática; de condições para uma suposta liderança. Disponível em https://economia.gov.br_acervohistorica - acesso 15 de julho 2019.

de forma paulatina, inclusive na formulação da política nacional de migração, de que se tornou um país também de emigração. Desde os anos 2000, devido à retomada econômica, entre outros fatores, o Brasil segue progressivamente a condição de país de destino. O número crescente de haitianos, bolivianos e outros que adentram o país diariamente, é sinal da natureza dual do Brasil no sentido migratório (FARIA, 2015).

Brzozowski (2012) explica que a transformação do padrão migratório ocorreu, no Brasil, nas décadas de 1980 e 1990, fazendo parte de um processo mais universal. A inversão migratória começou na década de 1980, quando o país passou por uma perda líquida de, aproximadamente 1,8 milhão de pessoas por meio de fluxos migratórios internacionais, que ocorreram entre as décadas de 1980 e 1990. Esse volume de emigração foi significativo e correspondente a 1,6% da população residente no Brasil na década de 1990, ainda segundo Brzozowski (2012), o processo de conversão para uma nação de emigração, foi continuado na década seguinte.

O saldo migratório internacional entre 1991 e 2000, foi também negativo, estimado em 550 mil pessoas, um número correspondente a 0,4% da população brasileira em 2000. Houve então uma redução do fluxo migratório internacional na década de 1990, mas a maior parte dos emigrantes que deixou o país na década de 1980, não retornou mais para o Brasil. Nesse caso, surge um significativo grupo de brasileiros no exterior, denominado por alguns pesquisadores de “diáspora brasileira”, na década de 2000, o número de emigrantes brasileiros alcançou quase dois milhões. (BRZOZOWSKI, 2012, p.56)

Nos últimos anos, esse número quase dobrou, pois, em 2008 havia 3,7 milhões de brasileiros residindo no exterior. As principais áreas de residência foram: América do Norte – especialmente Estados Unidos da América, que recebeu 1,5 milhão; Europa – Espanha, Portugal, Itália e Grã-Bretanha – um milhão; América do Sul – especialmente o Paraguai, que recebeu 766 mil; e Ásia – sobretudo o Japão, que recebeu 320 mil (BRZOZOWSKI, 2012).

No que tange à entrada de migrantes no Brasil, Patarra (2005) comenta que os dados censitários apresentam uma maior dificuldade estimativa, pois, ao longo do século XX, observa-se um intenso declínio em sua participação no total da população, considerando-se o total de migrantes residentes no Brasil nos levantamentos. Nas últimas décadas, esse número alcançou um total de 912 mil em 1980, decaindo para pouco mais de 767 mil em 1991 e mais ainda em 2000, quando foi para pouco mais de 651 mil (PATARRA, 2005, p 48).

A autora ainda explica que grande parcela desse contingente é formada por sobreviventes de grandes fluxos migratórios das etapas anteriores, sendo que os dados de estudos censitários possibilitam observar ainda a entrada de novos imigrantes em seus respectivos períodos. Constituindo-se que, nas últimas duas décadas do século XX, nota-se a entrada de mais de 89 mil pessoas entre 1981 e 1991, bem como mais de 98 mil pessoas entre 1990 e 2000 (PATARRA, 2005, p 48).

Conforme Patarra (2005, p.51), a entrada de novos contingentes de migrantes, ainda que em volumes bem menores do que no passado, conforme o Censo Demográfico (1991), demonstra que, em 1991, havia no Brasil uma população estimada de 606 mil migrantes, o que representa 0,41% da população residente no país. Em 2000, houve um pequeno aumento, para pouco mais de 683 mil, correspondendo a 0,40% da população – devido ao aumento populacional durante esse período.

Deste contingente que passou a residir no Brasil nessas décadas, foram concentrados no Mercosul ampliado, respondendo a aproximadamente 40% dos migrantes internacionais, seguidos dos migrantes da Europa – que são mais de 20%, da Ásia – que são 12,5% e da América do Norte – que são 9,1%⁸. Tais evidências que apontam, por um lado, que o Brasil ampliou sua inserção nas migrações do Mercosul. Por outro lado, Patarra (2005) demonstra que houve uma retomada relativa das migrações de ultramar, com fluxos da Europa e da Ásia. Ainda ressalta que a imigração internacional norte-americana recente, se encontra relacionada à alocação temporária de mão de obra qualificada. Além disso, a autora apresenta informações sobre pedidos de concessão de vistos específicos do Ministério do Trabalho e Emprego.

Esses dados revelam que, entre 1993 e 1996, foram concedidas mais de 45 mil autorizações/vistos de entrada no país; entre 1997 e 1999 foram mais de 49 mil autorizações; no primeiro semestre do ano de 2000, foram concedidas mais de nove mil autorizações – a maioria, de aproximadamente 30%, de estrangeiros europeus, além de 20% de estrangeiros do Canadá e Estados Unidos da América (PATARRA, 2005).

Esses dados estão permitindo trabalhar com a hipótese da configuração de um mercado dual de imigrantes: com os pobres não documentados – oriundos principalmente de países sul-americanos – e, em menor número, imigrantes documentados, mão-de-obra qualificada, empresários e pessoal de ciência e tecnologia – de origem europeia e americana (PATARRA, 2005, p. 28).

⁸ Disponível em <https://nacoesunidas.org>- acesso em 28 de novembro 2018.

Conforme Brzozowski (2012), as regiões com escassez de mão de obra barata nos setores de produção, cujos salários são baixos, se tornam os principais pontos de exportação desta população migratória. O sujeito migra, pois espera um retorno financeiro que supere os gastos com a mudança e investimentos em capital humano. Nesse sentido, não surpreende que na década de 1980, no Brasil – período cujo país tinha uma renda relativamente baixa – iniciou-se um contingente migratório para países ricos e industrializados, como Estados Unidos- EUA e Japão. A crise econômica nacional, contrastante com a situação relativamente positiva nas economias dos países desenvolvidos, certamente pode ser considerada um fator motivacional para o início dos fluxos migratórios.

Para Brzozowski (2012, p. 139): “Esse movimento era entendido por muitos brasileiros como um investimento com retorno financeiro melhor, que oferecia carreira profissional nacional, já que a emigração era associada com o padrão de vida mais alto”. O autor explica que conforme a nova economia de migração, o movimento populacional deve ser avaliado no contexto das imperfeições do mercado de trabalho em países em desenvolvimento – que são os principais exportadores de mão de obra.

Em outros mercados o principal agente econômico, cuja estratégia é diferente da que foi descrita pela teoria neoclássica. Ao invés de maximalizar suas necessidades, nesse caso o principal objetivo é minimizar os riscos econômicos. A lógica de alocação de bens da unidade familiar procede da diversificação dos recursos disponíveis.

Conforme Brzozowski (2012), o principal recurso da unidade familiar é o trabalho, portanto, a diversificação significa, em uma família, alguns membros que emigram para obter emprego no exterior, oferecendo um fluxo alternativo de renda para toda a unidade por meio de remessas monetárias. Os pesquisadores que representam a abordagem da nova economia da migração ressaltam que o movimento populacional para o exterior, se torna uma forma de investimento que requer recursos não disponíveis em todas as unidades familiares.

Os migrantes não pertencem às partes mais pobres da sociedade – mas são aquelas pessoas em situação de privação relativa. As pessoas relativamente privadas passam pela recente redução de nível de renda e, em consequência disso, o padrão de vida desse grupo é mais baixo quando comparado à situação anterior e com grupos de referência. A migração pode contribuir para o aumento de renda e a melhoria da posição econômica da unidade familiar na sociedade (BRZOZOWSKI, 2012).

Faria (2015) também fala do Brasil como país de destino, apontando que, recentemente o país voltou a crescer como destino de migrantes. Em 2009, existiam aproximadamente 870 mil migrantes, em condições migratórias regulares, um montante que é, contudo, baixo no sentido percentual, representando 0,45% da população. A maioria dos migrantes – aproximadamente 270 mil – é de portugueses, seguidos por japoneses, italianos, espanhóis, argentinos e bolivianos, paraguaios e chineses, em menor proporção.

Em 2010, o então presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, realizou uma visita no Haiti, declarou apoio humanitário e disposição para prestar acolhimento aos cidadãos haitianos que desejassem migrar para o Brasil (SILVA, 2012). Naquele mesmo ano, iniciou-se um fluxo migratório do Haiti para o Brasil.

Silva (2012) argumenta que no ano de 2012 o número de migrantes no Brasil aumentou para 939 mil, uma tendência de aumento que reflete não apenas o desempenho econômico positivo, mas também a política de maior integração e regularização migratória no plano regional. Em relação aos imigrantes irregulares, as estimativas variam significativamente, conforme a Pastoral dos Migrantes existiam 600 mil migrantes irregulares no Brasil, em 2008; ao passo que para o Ministério do Trabalho esse volume seria de 180 mil, equivalente a 20% do número de estrangeiros registrados no país (FARIA, 2015).

Alves Filho e Villen (2018) comentam que pesquisas recentes, possibilitam visualizar não somente o país de origem e o local de entrada do migrante no Brasil, como o local onde fixa residência. Essa questão é importante e considerada nova no contexto brasileiro, pois anteriormente essa mobilidade interna da migração internacional não era visível, devido à falta de documentos para a permanência dos migrantes internacionais no país.

Segundo Alves Filho e Villen (2018), entre os anos de 2000 e 2015 foram registrados mais de 870 mil migrantes no Brasil, vindos de todo o mundo. Desses, mais de 367 mil foram registrados no Estado de São Paulo e acompanhando a movimentação desses imigrantes, os autores informam que houve uma intensificação da interiorização das migrações internacionais, especialmente em São Paulo. Além disso, houve uma mudança na configuração de tais migrações, o que ocorreu a partir de 2010, especialmente devido à entrada mais expressiva de haitianos e sírios no Brasil, além de migrantes latino-americanos. Dessa forma, poucos são os municípios do Estado de São Paulo que não tiveram registro da chegada de migrantes nos primeiros 15 anos do século XXI.

A presença dos primeiros migrantes haitianos no Brasil foi registrada, inicialmente, no Estado de Mato Grosso do Sul⁹, na divisa com a Bolívia. Iniciou-se, assim, um fluxo migratório que se intensificou em 2011, em outros locais de entrada, principalmente na fronteira do Brasil com a Bolívia e o Peru, pelas cidades de Brasília e Assis, no Estado do Acre e no Amazonas, pela cidade de Tabatinga.

PRINCIPAIS ROTAS DO FLUXO MIGRATÓRIO DE HAITIANOS PARA O BRASIL



IMAGEM 1: Rota migratória dos haitianos até entrar em solo brasileiro. Esta rota compreende o fluxo principal com entrada em Tabatinga, no estado Amazonas e Assis Brasil e Brasília, no Acre. Fonte: <http://ponto.outraspalavras.net/2012/01/20/brasil-os-desafios-da-lei-de-migracoes/>

Os primeiros registro de grupos de haitianos que entrou em Mato Grosso do Sul, o fez logo após o terremoto acontecido no Haiti em janeiro de 2010, chegando ao Brasil no dia 17 de

⁹ Bejarano. C. (2010) - Sem dinheiro, malas ou visto, 8 haitianos são detidos em MS- Disponível em: <http://www.jb.com.br/pais/noticias/2010/03/18/haitianos-ilegais-sao-detidos-no-ms/> e <http://videos.r7.com/mais-um-grupo-de-imigrantes-haitianos-ilegais-e-presno-no-ms-/idmedia/4946d0081a9884e30cd195664f1a27a5.html>- acesso em 28 de janeiro de 2019. Não se sabe ao certo quando os primeiros haitianos desse fluxo entraram no Brasil. De acordo com essa informação, de março de 2010, o grupo pretendia alcançar a Guiana Francesa, mas os planos mudaram. Mais uma vez, não há uma explicação clara para isso, mas pensamos que a recepção feita pela sociedade civil, organizações não governamentais e a concessão de um visto provisório pelo governo brasileiro para poderem trabalhar no país podem ter sido um incentivo para a permanência do grupo e contribuído para difundir a notícia no Haiti, pela relativa facilidade de obtenção de documentos, trabalho e hospitalidade no Brasil.

março¹⁰ de 2010 e o segundo, no dia seguinte¹¹. De acordo com as notícias da mídia eletrônica (Janeiro e Fevereiro/2019), o primeiro grupo era composto por oito pessoas e o segundo por sete, ambos tendo como destino a Guiana Francesa. De táxi, seguiram da cidade de Corumbá, no Mato Grosso do Sul, com destino à capital do Estado, Campo Grande.

O primeiro grupo foi detido pela Polícia Federal e o segundo pela Polícia Militar Ambiental. Desse modo, o início da entrada dos primeiros haitianos coincide com o momento pós-terremoto e o destino não era o Brasil, mas sim a Guiana Francesa. Após esses dois casos, não encontramos relatos de outros antes do final do mesmo ano, quando Brasileia, no Estado do Acre, se tornou um local intenso da migração haitiana, conseqüentemente, dos noticiários brasileiros.

2.2 O Haiti: história e problemáticas socioeconômicas e os caminhos da migração para o Brasil

Antes de apresentar a reflexão sobre a migração haitiana para o Brasil, vale retomar um breve histórico das relações entre os países, a fim de tentar compreender o que fez do Brasil um dos destinos migratórios para os haitianos.

Após a Guerra Fria¹² (1947-1953) houve uma respeitável evolução e ampliação em suas relações interestatais, entre os países envolvidos neste conflito, embora o Brasil, neste momento fosse considerado país de emergência, com suas dificuldades econômicas internas, procurava atribuir uma diversificação de seu *status* global, tentando mostrar para o mundo uma estabilidade, marcando presença como Estado emergente de importância à nível mundial e considerando uma retórica pacifista e uma postura de respeito à soberania. O Haiti, por outro lado, se apresentava no contexto global como o país mais empobrecido do hemisfério ocidental,

¹⁰ Bejarano.C. (2010) -Sem dinheiro, malas ou visto, 8 haitianos são detidos em MS- Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/policia/sem-dinheiro-malas-ou-visto-8-haitianos-sao-detidos-em-ms,77491054a250b310VgnCLD200000bbceeb0aRCRD.html> – acesso em 28 de fevereiro de 2019.

¹¹Fabretti.M. (2010) - Haitianos ilegais são detidos em MS Disponível em: <http://www.jb.com.br/pais/noticias/2010/03/18/haitianos-ilegais-sao-detidos-no-ms/> e http://videos.r7.com/mais-um-grupo-de-imigrantes-haitianos-ilegais-e-presno-no-ms-/idmedia/4946d0081_a9884_e30cd195664f1a27a5.html - acesso em 28 de janeiro de 2019.

¹² Foi um conflito de natureza política, econômica e ideológica entre Estados Unidos (sistema capitalista) e União Soviética – (URSS) (sistema socialista), denominado desta maneira por não ter contado com conflitos diretos, mas sim, pela disputa de zonas de influência por ambos os países. Ao passo que a URSS tentava implantar o socialismo em diversos outros países, os Estados Unidos tentavam ressaltar o sistema capitalista (HOBBSAWM, 2008).

de forma que 80% de sua população vivia e sobrevive ainda hoje na linha da extrema pobreza, com renda aproximada de menos de dois dólares por dia. O país enfrenta dificuldades constantes e, após o terremoto que assolou seu território, em janeiro de 2010, passou a contar com a cooperação técnica de diversas nações do mundo, inclusive do Brasil, para se recuperar.

Conforme Sardenberg (2004), o Haiti possui uma história marcada pela exploração colonial, um cenário de ditadura desumana que ocorreu devido a diversas instabilidades políticas e que resultou na posição ocupada atualmente pelo país, como o mais pobre da América, encarando inúmeras dificuldades e fazendo-se notar devido à sua complexidade, fragilização e graves problemas políticos, econômicos e sociais.

Um ponto delicado no Haiti é a questão do analfabetismo, que para James (2000) apresenta índices altíssimos, seguido pela total carência de um sistema de saúde, bem como da deficiência alimentar, que compõe a base da extrema pobreza que assola o país. Conforme o autor, a ironia da situação em que o Haiti se encontra na contemporaneidade, é o fato de que, foi um país altamente revolucionário, sendo o primeiro país do mundo a abolir a escravidão, um fato ocorrido em 1794.

Deste modo, conforme nos diz Nogueira (2007), o Haiti foi a nação onde viveu Toussaint L'Ouverture¹³. No ano de 1804, este revolucionário que formou um exército de escravos comandados por Jean Jacques Dessalines, participou das revoltas de escravos da colônia francesa de Santo Domingo. A serviço de Toussaint, essa tropa derrotou o exército francês na metrópole da colônia, alcançando a independência do país.

Este fator gerou intensa fragilidade no Haiti, pois como o país se encontra hoje na atualidade tem fundo histórico e foi desencadeado pelas manobras de políticas internas de compressão/ influências estrangeiras. Assim, no contexto da Guerra Fria, quando os Estados Unidos passaram a apoiar a investida do médico François Duvalier e de sua tropa, os denominados *tontons macoutes*¹⁴ subiram ao poder por meio de um golpe de Estado que ocorreu

¹³ François-Dominique Toussaint L'Ouverture foi um dos líderes da Revolução Haitiana e, em seguida, governador de Saint Domingue, o nome do Haiti na época. L'Ouverture é o maior revolucionário negro das Américas, o qual é reconhecido por pesquisadores C. L. R. James como o maior comandante, depois de Napoleão Bonaparte no período de 1793 a 1814. Ele carregava consigo conhecimentos, estratégias, honrado com uma personalidade de guerrilheiro e capaz de em palavras simples aumentar cada vez mais um exército, sendo assim, organizou na ilha de Saint Domingue com cerca de meio milhão de escravizados, a chamada Revolução do Haiti, aonde mesmo depois de sua morte o seu legado continuou, dando vigor para a construção de um novo território, dotado de liberdade e igualdade. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Toussaint_Louverture - acesso em 19 abril 2019.

¹⁴ Nome dado aos membros da polícia política dos ditadores haitianos François e Jean-Claude Duvalier. Durante o regime duvalierista, os Tontons Macoutes receberam carta branca para reprimir todos os opositores. Os ditadores,

em 1957. Após esse fato foi outorgada uma nova constituição, na qual Duvalier toma o seu poder vitalício na qualidade de presidente do país. Assim, quando o regime de Duvalier passou a valer, o país se encontrava em um verdadeiro cenário de horror, cuja pressão do então presidente contra sua oposição era feroz, repleta de casos de torturas e assassinatos. Duvalier governou o país numa ditadura que durou de 1957 até 1971, quando então veio a falecer, todavia antes disso, assegurou que o poder continuasse em sua família, nomeando para substituí-lo seu filho Jean Claude. O sucessor se valeu dos mesmos métodos do pai para controlar o país e, sua presença no poder durou até 1986, quando houve a tomada do poder do governo por meio de uma junta militar (Nogueira, 2007).

Em 1990, ocorreram as primeiras eleições livres no Haiti e o político e ex-padre católico Jean-Bertrand Aristide ligado à teologia da libertação foi eleito com a maioria dos votos, mas seu primeiro mandato teve duração de poucos meses até 1991, quando seu governo foi derrubado por meio de um golpe militar. Todavia, em 1994, após forte pressão internacional, o poder militar que tomara o país na ocasião anterior, decidiu recolocar Jean-Bertrand Aristide no poder, no qual permaneceu por dois mandatos até 2004. Em 2003, diversos movimentos populares surgiram juntamente com acusações de corrupção e violência por parte do governo religioso, o que colocou a posição presidencial em risco e gerou uma grave crise interna no país.

Assim em 2004, o Haiti enfrentou uma nova crise política que resultou na queda do então presidente, sendo o governo tomado por uma junta governativa civil. Nesse período a questão da segurança se tornou uma prioridade na gestão haitiana. Essa crise política foi resultante da negligência com o setor governamental do país, bem como devido à intensa exploração econômica externa, advinda de países como Estados Unidos e França, além disso imperava neste período uma forte desorganização política generalizada, ladeada pela intensa miséria e corrupção que assolava o Haiti desde a conhecida “era Duvalier”. (Valler Filho, 2007)

Altemani (2005), destaca que na década de 1990, o Brasil deixou de lado o paradigma de relações internacionais com base no modelo desenvolvimentista, adotando o paradigma liberal, o “Estado normal”¹⁵ e, posteriormente, o “Estado logístico”¹⁶. Isso porque o regime

como recompensa, garantiram-lhes bons salários e benefícios, tais como posse de terras e cargos para familiares. Disponível em <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/t/tontons-macoutes-> acesso em 19 abril 2019.

¹⁵ O paradigma do Estado normal foi a grande invenção da inteligência política latino-americana da década de 1990, Irrompeu com tamanha força, coerência e convergência regional entre os países, que nada se lhe compara em outras partes do mundo. CERVO, A.L (2003) - Rev. bras. Polít. int. vol.46 no.2 Brasília Jul./Dez. 2003.

¹⁶ O paradigma do Estado Logístico o malogro das experiências neoliberais latino-americanas fazia-se prever desde sua instalação no início da década de 1990. Claramente pelos seus críticos, na forma de dúvida por outros. Foi

neoliberal promoveu um reordenamento da política externa brasileira, optando pela política externa de reincorporação ao Primeiro Mundo. Segundo Altemani (2005), dessa forma o país pode eliminar as fronteiras econômicas e se tornou rapidamente popular diante da economia mundial, o que lhe oportunizou um novo direcionamento da política externa. Desse modo, novos temas dominaram a agenda internacional brasileira como:

Direitos humanos, meio ambiente, demografia e fluxos migratórios, segurança [...], a não proliferação, o exacerbamento das restrições de acesso à ciência e à tecnologia, dentre outros, impunham, desde a década de 1980, de um lado, a necessidade de construção de alianças operacionais pautadas pela concertação política em foros multilaterais para a negociação de regimes internacionais regulatórios, e, de outro, a própria cooperação científica e tecnológica com a intenção de ultrapassar as limitações ao acesso aos insumos para o desenvolvimento (CERVO apud ALTEMANI, 2005, p. 257).

Em 1996, quando vigorava o Estado normal, deu-se início a um plano de reforma da defesa nacional, que resultou na concepção do Ministério de Defesa e de uma sucessão de políticas públicas que objetivavam a defesa de interesses nacionais. Nesse contexto, a política externa brasileira passou a assumir importante papel em relação à segurança internacional. Em 2004, o Brasil associou-se aos países do Cone Sul¹⁷, Argentina e Chile e obteve a cooperação do Uruguai, do Peru, e da Bolívia, se propondo a levar a paz, o desenvolvimento e a redemocratização ao Haiti, o mais importante envolvimento em missões de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) desde 1946 (CERVO, 2008, p. 504).

Assim, o Brasil estipulou objetivo e metas claras acerca de sua política de segurança internacional, destacando a Reforma Brasileira que passou pelo Conselho de Segurança da ONU e a pretensão de ocupar um assento permanente nele. Esses acontecimentos fizeram com que o Brasil passasse a firmar e reafirmar seu discurso em favor da paz e da democracia mundial, aumentando sua participação ativa na promoção da paz e dos direitos humanos em nível internacional. Nesse contexto, diante de suas afirmações e aspirações, o governo nacional viu-se em uma situação de obrigatoriedade para se incluir como participante da missão de paz no Haiti. Em discurso enunciado por Celso Amorim, ministro das relações exteriores durante o

confirmado, doze anos depois, por estudos que avaliaram os resultados das experiências. CERVO, A.L (2003) - Rev. bras. polít. int. vol.46 no.2 Brasília Jul./dez. 2003.

¹⁷ Nome instituído ao Centrado de iniciativas de integração e processo de unificação dos espaços econômicos, países, que evoluiu ao Mercosul diante do processo de negociação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). CERVO, Amado Luiz & RAPOPORT, Mario (orgs.). História do Cone Sul. Rio de Janeiro: Revan, Brasília: EdUnB, 1998, 336 p.

governo de Luís Inácio Lula da Silva, demonstra o interesse do Brasil em dirigir a Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti (MINUSTAH):

A preocupação com a paz e justiça social reflete-se no compromisso do governo Lula com os esforços das Nações Unidas no Haiti. Nossa principal motivação ao assumir a liderança das Forças de Estabilização (MINUSTAH) foi a de evitar que o Haiti, a primeira república negra do mundo, caísse no abandono, em um círculo vicioso de instabilidade e conflito. Trata-se de uma operação de estabilização diferente das anteriores, que, no nosso entendimento, deve assentar-se sobre um tripé: a promoção da estabilização; o diálogo entre as diversas facções políticas; e a capacitação institucional, social e econômica do país. Não haverá reconciliação e paz no Haiti se não adotarmos essa perspectiva integrada (AMORIM, 2004, p. 79).

Assim, diante dos intensos problemas que o Haiti se encontrava no início do século XXI, este passou a contar com a assistência da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), criada em 2004, cujo país eleito para conduzir a operação foi o Brasil, na tentativa de reestabelecer a ordem interna no país. Além da MINUSTAH, diversas organizações não governamentais também promoveram ações de apoio ao Haiti, como a Cruz Vermelha, que prestava assistência local e integrava forças a fim de arrecadar recursos destinados à sobrevivência e cuidados da população em situação de miséria.

A decisão do Brasil de não apenas participar, mas de liderar a MINUSTAH é um fator que pode ser facilmente entendido, pois “... a motivação para o governo brasileiro seria, portanto, uma possibilidade de ter um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU” (DINIZ, 2005, p. 91).

Dessa forma, o autor reforça a ideia de que esse tipo de apoio humanitário não ocorre sem estar permeado por um jogo de interesses políticos, já que o Brasil e os demais países que ofereceram esse apoio também tiveram benefícios em troca dos esforços empreendidos na recuperação haitiana. Por outro lado, na perspectiva humanitária, as medidas brasileiras no território haitiano, poderiam auxiliar no fornecimento de melhores condições de vida para a sociedade, com a promoção do bem-estar social e a possibilidade de assegurar a sobrevivência de uma população que requeria auxílio emergente. Ao encontro a isso, as ações no país garantiram a visibilidade para a política externa brasileira, que buscava neste período estreitos laços e a consolidação dos relacionamentos com outros países multilaterais.

Para Lamas (2005) o Brasil possuía três objetivos em três principais setores, quando se inseriu na MINUSTAH em 2004 e partiu para as missões no Haiti, foram esses: prover a segurança e a estabilidade; apoiar o processo político no país; e preparar o Haiti para as eleições de 2005. De fato, a ajuda humanitária apresentou resultados importantes para o Haiti, como exemplos: a organização satisfatória do processo eleitoral, o desarmamento de grupos da região de Porto Príncipe, a implementação de policiamento urbano, etc.

Conforme publicação do Ministério das Relações Exteriores (BRASIL, 2011), em maio de 2008, o então presidente Luís Inácio Lula da Silva realizou uma visita ao Haiti e, no local, assinou o acordo de cooperação entre o governo brasileiro e haitiano, junto ao Presidente Préval. Esse documento objetivava implementar no Haiti um programa estratégico de cooperação técnica, que vigoraria entre 2008 a 2010 e seria voltado para as áreas de segurança alimentar e agricultura. A publicação aponta ainda que essa estratégia de cooperação tinha como objetivo realizar uma contribuição para melhorar os níveis de segurança alimentar e nutricional da sociedade haitiana, além de promover e estimular o desenvolvimento do país por meio de uma agricultura sustentável. Para isso, foram determinados quatro subprogramas ou eixos temáticos que são explicitados em: 1) Segurança Alimentar e Nutricional e Redes de Proteção Social; 2) Desenvolvimento da Agricultura Sustentável e Familiar; 3) Fortalecimento Institucional; 4) Pesquisa e Extensão Rural (BRASIL, 2009, p. 13).

A partir desses subprogramas os projetos que envolviam a cooperação técnica com o Haiti foram firmados, gerenciados e implementados de forma integrada e complementar. Em fevereiro de 2009 foi dado um importante passo em relação à atuação de projetos integrados previstos em diretrizes de colaboração, uma nova missão com a função de coleta de informações e obtenção de um conhecimento mais profundo sobre a realidade do país. O principal projeto de cooperação brasileira no Haiti apresentou a proposta para a criação de políticas públicas de combate à pobreza e exclusão social, sobretudo fazendo uso de um dos mais importantes recursos que o país possui, a agricultura, com focos do programa baseados em: formar extensionistas rurais; estimular a produção familiar; e direcionar uma parcela da produção à doação para programas públicos de segurança alimentar para pessoas em situação de vulnerabilidade.

Assim, a cooperação técnica que fora prestada pelo Brasil no Haiti, toma como objetivo a capacitação de instituições a fim de que elas se tornem capazes de elaborar e implementar estratégias viáveis e úteis para as políticas públicas, objetivando a construção de uma produção

nacional mais relevante. O que ocorreu por meio da aquisição de produtos locais de natureza alimentar direcionados à agricultura familiar. Além disso, a cooperação técnica objetivou atuar sobre associações de produtores rurais para capacitação das pessoas para a construção de seus próprios sistemas de logística, contemplando as fases de armazenamento, transporte e distribuição final (BRASIL, 2009).

Desse modo, quando inserido na MINUSTAH, o Brasil achou por bem adotar uma postura de comprometimento ético como Haiti, tanto no sentido moral quanto social. Contudo, a Política Externa Brasileira, para além de seu discurso formal, mantinha interesses na dimensão e visibilidade internacional. O compromisso ético e moral firmado pelo Brasil com o Haiti justificou não apenas sua inclusão na MINUSTAH, mas também os esforços bi e trilaterais que foram ofertados pelo Brasil como um projeto de cooperação (BRASIL, 2009).

Nesse ponto, vale ressaltar que de todos os países sul-americanos membros da MINUSTAH, o Brasil, o único que demonstrou uma atenção para o que estava acontecendo e demonstrou a disponibilidade, que podemos dizer “ética” com o Haiti. Esse fator se confirma por meio do relatório elaborado pela *International Commission on Intervention and State Sovereignty* (ICISS, 2001), que reconhece que o Brasil teve a ideia de soberania como um elemento de responsabilidade que deve ser entendida como um elemento fundamental da cidadania internacional exitosa.

Seitenfus (2006) afirma que quando um país adota medidas de diplomacia solidária: “Não há ganho real na intervenção. Há somente a ideia [sic] de que esta fortalece o sistema multilateral, moldando-o segundo percepções dos Estados intervenientes na medida em que da própria intervenção decorre uma maior autoridade moral e política”, e assim, reafirma que a postura brasileira entre 1986 e 2004 em relação ao Haiti foi envolvida pela adoção intensa do princípio de não intervenção, o que se refletiu por meio da posição de neutralidade e indiferença. A partir de 2004, o envolvimento brasileiro, muda sua forma de intervenção na MINUSTAH.

Uma guinada no modo como o Haiti é percebido pela política externa brasileira, que resulta da mudança de perspectiva em relação ao clássico princípio da não intervenção. A defesa da igualdade formal entre os Estados começa a ceder algum espaço para a solidariedade (SEITENFUS, 2006, p. 4).

Conforme Valler Filho (2007), o terremoto foi fator agravante da situação do país, que já era catastrófica antes disso, pois o Haiti enfrentava inúmeros problemas internos de natureza

política, econômica e social, bem como outros desastres naturais que já haviam assolado o Haiti no passado. Portanto, como se pode observar, a necessidade de auxílio do Haiti precede a catástrofe do terremoto de 2010, pois nos anos anteriores o país já evidenciava sua necessidade de auxílio externo, dado os problemas de recuperação interna que enfrentava, o país já sofria com questões socioeconômicas geradas ao longo de sua história, com dificuldades emergentes. Portanto, o terremoto que assolou o país em 12 de janeiro de 2010 se tornou apenas um agravante para uma situação interna já precária.

No dia 12 de Janeiro de 2010, um terremoto de 7.0 na escala Richter atingiu o Haiti, o país mais pobre das Américas. O terremoto teve seu epicentro em Léogâne e se expandiu por quase toda a extensão norte-sul do país, atingindo inclusive a capital, Porto Príncipe, se tornando um dos mais intensos sofridos na ilha caribenha nos últimos dois séculos. A ocorrência foi classificada como tragédia natural, responsável por deixar um número elevado de mortos, aproximadamente 240 mil e estimou-se que mais de 1,5 milhão de pessoas ficaram desabrigadas¹⁸. Além disso, o fenômeno natural intensificou ainda mais a situação de desestruturação do país.

O abalo alcançou a magnitude 7,0 M_w e ocorreu a uma profundidade de 10 km (6,2 mi). O Serviço Geológico dos Estados Unidos registrou uma série de pelo menos 33 réplicas sismológicas, 14 das quais eram de magnitude 5,0 M_w a 5,9 M_w ¹⁹.

Em 2008, o país havia sido intensamente afetado por furacões e tempestades que levaram à óbito parte de sua população, culminando em um prejuízo avaliado em um bilhão de dólares aos cofres do país. Por ocasião do terremoto de 2010 esta situação agravou-se ainda mais.

O terremoto causou grandes agravos, principalmente à capital Porto Príncipe e outros locais da região, danificando diversos edifícios e atingindo grande parte da população, assim sendo, muitos foram os que perderam seus familiares e amigos. Muitos países forneceram ajuda humanitária nessa situação de extrema dificuldade, pois o sismo causou comprometimento nas

¹⁸ GOMBATA, M. Haiti: quatro anos após o terremoto, nada mudou. Carta Capital. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/internacional/reconstrucao-inexistente-deixa-haiti-em-limbo-5533.html>>. Acesso em: 12 agosto 2018.

¹⁹ STEINMAMM M, GUMERA M S, FERRETTI M, ALMEIDA C I, IOSHIMOTO M T A, GUSMAN S, NETO M C, SANTOS O F P, KATAMURA A H, LOTTEMBREG C L - Terremoto no Haiti: uma experiência multiprofissional.

Disponível -www.scielo.br/pdf/eins/v9n1/pt_1679-4508-eins-9-1-0001.pdf - acesso em 15 de julho de 2019.

redes elétricas atingindo sistemas de comunicação, transporte e outros. Além do congestionamento do atendimento nos hospitais, dificultando o trabalho de socorro dos resgates. Muitos países “estenderam a mão” para oferecer apoio, lembrando que existiam interesses estratégicos de algumas dessas nações em oferecer auxílio ao Haiti neste momento. Para muitas delas, por exemplo, o engajamento na promoção da paz é visto com bons olhos pela política internacional. (VALLER FILHO,2007)

Com o terremoto, os prejuízos se agravaram e a instabilidade interna do país provocou o aumento da violência, da pobreza e da falta de alimentos para a população. Esse último fator estaria intimamente relacionado ao fato de que o Haiti importa a maior parte de seus produtos alimentícios, o que significa que seu consumo se torna altamente sujeito às instabilidades do mercado externo. De forma que quando os valores aumentam, o país sente os impactos de forma intensa, promovendo uma queda de consumo de produtos desse gênero.

Valler Filho (2007) explica que a escassez de alimentos para consumo é o que chamou à atenção do resto do mundo. Isso fez com que as atenções internacionais se virassem para o Haiti e levando a diversos protestos e manifestações no país. Todos esses fatores relacionados a problemas graves de instabilidade política que o país passava, fomentaram uma situação interna de caos.

Assim o Brasil tomou medidas iniciais para auxiliar o Haiti, quando ocorreu o terremoto, as iniciativas tomadas foram: incluir o perdão da dívida de 1,3 bilhão de dólares que o Haiti tinha com o Brasil, além de fazer uma doação de quinze milhões de dólares e doar quatorze toneladas de produtos alimentícios, que foi ordenada pelo então Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, após sua visita à cidade de Porto Príncipe, em fevereiro de 2010.

A missão da ONU passou a ser a grande protagonista das ações que ocorriam no país após o terremoto de 2010. A MINUSTAH foi a oitava missão realizada pela ONU em direção ao Haiti desde 1993. Foi aprovada pelo Conselho de Segurança da Organização, por meio da resolução nº 1.542/04, reunindo mais de sete mil militares e mais de mil policiais de 44 nações do mundo. Ou seja, os países passaram a promover ações humanitárias para auxiliar as condições de sobrevivência da população daquela nação, que fora constantemente vitimada pelo caos tanto natural quanto político. Ainda no ano de 2010 foi realizada a Conferência de Montreal, no Canadá, que reuniu vinte nações e instituições para determinar algumas metas que objetivavam reestabelecer o território haitiano. Nessa reunião, decidiu-se que seria de

responsabilidade do próprio governo do país, liderar as medidas de recuperação (VERENHITACH et al, 2007).

Em pronunciamento, o então primeiro ministro do Haiti, Jean Max Bellerive, em publicação ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil, disse que: “...*embora o país esteja em situações precárias e careça de ajuda internacional, ele será capaz de prover a liderança na reconstrução*”. Essa reforma que era tão necessária e urgente na perspectiva da sociedade haitiana (BRASIL, 2011, p. 192).

Todavia, mesmo com a liderança governamental do país, a missão era protagonizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), que coordenava esforços e ações, além de outros órgãos que fizeram parte do processo, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Organização dos Estados Americanos (OEA) e do Mercado Comum e Comunidade do Caribe (Caricom)²⁰, que articularam recursos que possibilitavam a reestruturação do país.

Assim, após o terremoto, a situação de miséria aprofundou-se e gerou uma situação de “caos”, o que levou várias famílias haitianas a idealizarem a saída do país como forma de buscar uma melhor condição de vida e saúde para si e para os seus.

Um dos primeiros destinos migratórios tentados pelos haitianos, após a ocorrência do terremoto foi a Guiana Francesa, mas a entrada dos haitianos foi proibida por aquele país. Assim, os haitianos começaram a recorrer aos mais diversos países latino-americanos, dentre estes o Brasil (VALLER FILHO, 2007).

A opção pelo Brasil parece ter acontecido, especialmente devido à presença do país no Haiti, por conta da MINUSTAH, assim como dos índices econômicos que se apresentavam positivos no Brasil em 2010-2011, e, também pela sensibilização do Governo Brasileiro em oferecer ao Haiti o “visto humanitário”, possibilitando ao haitiano a entrada e permanência no país de forma documentada e regular. Assim, é importante destacar que a migração haitiana é considerada até os dias atuais como “migração regular”. O Brasil optou pela acolhida aos

²⁰ Caricom é um bloco de cooperação econômica e política que foi criado no ano de 1973, formado por quatorze países e quatro territórios da região caribenha. O bloco foi formado por ex-colônias de potências europeias que, após alcançarem sua independência, viram-se em situação de contingência, aliando-se para suprir as limitações decorrentes de sua nova situação e acelerando seu processo de desenvolvimento econômico. São países-membros do Caricom: Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, Montserrat, Santa Lúcia, São Cristóvão e Neves, São Vicente e Granadinas, Suriname e Trinidad e Tobago ((BRASIL, 2011, p. 192).

migrantes chegados e a promoção da migração regular, visando à preservação dos direitos e dignidade dos migrantes.

Todavia, ocorreu uma situação diferenciada na migração haitiana, muitos por falta de conhecimento sobre o país de destino optaram pela entrada irregular no Brasil, principalmente na fronteira com o Acre, na qual recebiam “acolhimento” e orientação, diferentemente se estes chegassem via aeroporto de São Paulo, assim a diferença desta migração é que tivemos grupos que chegaram já sabendo de sua situação de regularidade e outros grupos de migrantes que não tinham conhecimento desta informação (VALLER FILHO,2007).

Esta rota de chegada ao Brasil foi estimulada ainda pela falta de exigência de vistos para o ingresso no Equador, bem como em decorrência do controle precário de fronteiras do Peru e Bolívia. Assim, se pôde observar grandes correntes migratórias de haitianos ao Brasil, diversas delas organizadas por operadores de tráfico de pessoas, popularmente conhecidos como “coiotes”. Neste sentido, o Brasil, mesmo assim, não optou pela proibição da entrada desses migrantes, mas sim, escolheu acolhê-los e promover a migração regular, visando preservar os direitos e dignidade dos migrantes. Esta ação do governo brasileiro não teve avaliação unânime pela sociedade, especialistas e nem mesmo entre os órgãos estatais. O caso da migração haitiana, na realidade expôs as contradições da não existência de uma Política Migratória Nacional.

Podemos colocar que está acolhida não aconteceu de forma efetiva, pois o Brasil não estava preparado com políticas públicas para atender esta população, e assim, foram as instituições da sociedade civil, as Organizações não governamentais com segmento religioso, que fizeram um efetivo e básico acolhimento para esta população migratória.

Deste modo, Faria (2015) aponta que a questão da acolhida à migração haitiana para o Brasil foi um caso emblemático de uma tendência contemporânea do governo brasileiro, de dar prioridade aos aspectos de defesa dos direitos humanos do migrante e estrangeiro na aplicação prática da legislação migratória.

A corrente migratória Equador – Peru – Bolívia - Brasil, que foi iniciada após o terremoto, já passou por oscilações no que tange ao fluxo migratório, alcançando pontos críticos ao longo de 2011 e início de 2012. Sendo que inicialmente a maior intensidade do fluxo migratório haitiano destinou-se à região Norte, sobretudo no Acre e Amazonas, principalmente em pequenas cidades como Brasiléia e Epitaciolândia no Acre, com 20.237 e 15.126 habitantes respectivamente e Tabatinga no Amazonas, com 52.279 habitantes, portanto, a migração

haitiana proporcionou grande impacto à estrutura precária dos serviços públicos destas cidades que lidavam pela primeira vez com a questão migratória (Faria, 2015, p.87).

Deste modo,

Os haitianos chegados ao Brasil, na esteira do terremoto, passaram a utilizar indiscriminadamente o instituto de refúgio como canal de ingresso e permanência em território brasileiro. A vista da inaplicabilidade do reconhecimento da condição de refugiado aos cidadãos haitianos, o Comitê Nacional de Refugiados (Conare) encaminhou os pedidos ao CNIg para análise, à luz da Resolução Normativa n° 27/98 e da Resolução Recomendada n° 08/06, que disciplinam a avaliação de casos omissos e situações específicas (FARIA, 2015, p. 88).

A autora explica que a Casa Civil convocou inúmeras reuniões interministeriais de coordenação para deliberar acerca da resposta emergencial do Governo Federal ao fluxo de migrantes haitianos desde o ano de 2010. Diante da primeira grande massa de migrantes, em fins de dezembro de 2011 e início de 2012, decidiu-se iniciar a campanha de regularização da entrada de haitianos, objetivando reduzir os fluxos de migração irregular. Segundo Faria (2015), o Governo Federal decidiu determinar a exigência de vistos de natureza humanitária aos migrantes haitianos, no início de 2012, aprovando resolução que tratou de criar uma categoria especial e inédita de vistos permanentes, exclusiva aos cidadãos haitianos e, praticamente isenta de requisitos.

Essa resolução passou a prever que, devido à razões humanitárias, pode ser concedido ao nacional haitiano, visto permanente ²¹, com duração de cinco anos. Isso porque, conforme Faria (2015), a intenção era coibir o tráfico de pessoas, preservando a integridade física dos migrantes. Uma decisão que também foi motivada por razões humanitárias relacionadas aos direitos humanos dos migrantes, bem como de proteção à vítima de tráfico de pessoas, atrelada ainda, ao compromisso coerente do Brasil com o apoio à recuperação do Haiti.

Nesse contexto, ressaltamos que o visto especial ²² é atribuído pelo Brasil até mesmo aos cidadãos haitianos que foram deportados ou que não tenham condições de comprovar

²¹ A autorização de residência é concedida ao migrante, residente fronteiriço ou visitante que pretenda residir temporária ou definitivamente no Brasil, desde que cumpra os requisitos da modalidade requerida, nos termos da Lei de Migração (Lei 13.445, de 24 de maio de 2017) e seu regulamento (Decreto 9.199, de 20 de novembro de 2017). Disponível em <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/migracoes/autorizacao-de-residencia>. Acesso em 19 de julho 2019.

²² A autorização concedida através de pedido formalizado pelo migrante, que é concedida ao migrante, residente fronteiriço ou visitante que pretenda residir temporária ou definitivamente no Brasil, desde que cumpra os requisitos da modalidade requerida, nos termos da Lei de Migração (Lei 13.445, de 24 de maio de 2017) e seu regulamento (Decreto 9.199, de 20 de novembro de 2017). Disponível em <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/migracoes/autorizacao-de-residencia>. Acesso em 19 de julho 2019.

situação migratória regular. Para além da concessão do visto especial aos haitianos, aprovaram-se, no campo das reuniões emergenciais convocadas pela casa civil, ações de apoio humanitário para o atendimento aos haitianos abrigados no país, que envolveram recursos repassados ao Acre por parte do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e combate à fome, assim como ao governo do Haiti por parte do Ministério da Saúde.

Segundo Faria (2015), dados do governo do Acre, de 2013, apontam que os migrantes, na maior parte haitianos, compunham aproximadamente 10% da população de Brasília - Acre. Sendo que, desde 2010, teriam passado pelo Estado, mais de dez mil estrangeiros, de dezessete nacionalidades diferentes. Como forma de responder ao agravamento da situação no Acre, foram reforçadas as medidas até então, tomadas pelo governo federal. Procedeu-se ao equacionamento de problemas jurídicos a fim de assegurar o pronto repasse de recursos federais ao governo do Estado acreano. Além disso, manteve-se a força tarefa enviada para as fronteiras e aumentou-se a emissão de vistos permanentes especiais aos haitianos.

Conforme Moraes et al. (2013) juntando a superlotação com a precariedade das instalações, locais onde geralmente são destinados para uma moradia provisória dos migrantes que chegam, com a baixa nutrição e o esgoto a céu aberto, diversos haitianos passaram a adoecer e, conseqüentemente, sobrecarregar o já deficiente sistema de saúde de Brasília no Acre. A partir desse cenário, instituições da sociedade civil passam a desempenhar um papel importante na situação delicada dos haitianos que vivem em zonas de fronteira. Por exemplo, a atuação de instituições relacionadas à Igreja Católica, que buscam cooperar para a regularização da situação dos migrantes, fornecendo abrigo e alimentação.

Para Moraes et al. (2013), os haitianos procuram o Brasil como destino migratório a fim de reconstruir suas vidas, uma vez que a maioria destes migrantes, possuem algum nível de qualificação profissional, o que significa que não são migrantes iletrados e sem preparo. Muitos deles possuem curso técnico, superior e dominam até três idiomas, dentre eles, espanhol e francês. O mercado de trabalho no Brasil, porém, explora a mão de obra desses migrantes, especialmente os que residem de forma indocumentada no país, a fim de obter mão de obra barata e, não raramente, oferecendo poucos ou nenhum direito trabalhista.

Baeninger e Peres (2017) apontam que falar sobre a migração haitiana para o Brasil, faz emergir alguns aspectos teóricos importantes a sua compreensão, dentre os quais, o aumento do deslocamento de refugiados, deslocados internos, de novas rotas migratórias no mundo, debates sobre o nacionalismo metodológico, a migração de países periféricos para a periferia

do capital, além da consequente inserção do Brasil nas rotas migratórias do século XXI. A migração do Haiti, se configura como um elemento histórico construído socialmente no país de origem, um elemento que forma a definição da migração de crise, assim como pelo Estado brasileiro ter adotado o visto humanitário, com a não condição de refugiados para a recepção da migração haitiana, indicando uma ação específica e paliativa para a situação migratória que fora adotada para solucionar a crise do tema migratório no destino.

Ainda que o fluxo de migrantes haitianos no Brasil não faça uso da categoria jurídica de refugiados para sua permanência no país, o que foi uma decisão do governo brasileiro ao adotar a concessão de visto humanitário para esse contingente migratório, na perspectiva teórica, as interpretações dessa migração envolvem uma crise. A definição de migração de crise, é ancorada em fenômeno condicionado socialmente, refletindo problemas econômicos, políticos, civis, religiosos, ideológicos e humanitários e diz respeito a um campo social da migração, entre origem, etapas e destino, que reflete um microcosmo no bojo de um espaço global, um espaço de disputas e poder entre os distintos agentes da estrutura social, com a circulação de um capital econômico, simbólico, social e humano, (BAENINGER E PERES, 2017).

Na ampliação do conceito de migração de crise, consideramos o escopo teórico-conceitual dessa migração, incorporando imigrantes com a condição jurídica de refugiado, imigrantes solicitantes de refúgio, imigrantes com “refúgio humanitário”, crise humanitária e imigrantes refugiados ambientais. Estas categorias revelam a presença histórica da “crise” na origem do fluxo migratório – com a conotação de uma “migração forçada” – e requerem instrumentos jurídicos no país de destino para o enfrentamento da “crise” migratória atribuída ao país de origem, mas que revela também a crise na sociedade receptora, despreparada para enfrentar essa imigração (BAENINGER; PERES, 2017, p. 122).

Todavia, é importante enfatizar que essas categorizações se pautam em convenções internacionais, uma vez que as diferentes formas de refúgio, como as que foram elencadas anteriormente, se encontram totalmente articuladas com migrantes econômicos. Esse cenário retrata o funcionamento de um mercado global e do mercado de trabalho migrante no interior de relações hierárquicas. Dessa forma, para Baeninger e Peres (2017), as condições sociais e históricas reproduzem a migração de crise no Haiti, calcada em um intenso processo emigratório.

O Haiti permanece atrelado a uma rede de múltipla dependência, a um conjunto de relações de dominação cuja força motriz é o capitalismo em escala mundial. Outro ponto

importante é que o Haiti é historicamente construído com a presença econômica e militar estrangeira, com o domínio colonial no século XVIII, o controle político e militar dos Estados Unidos, no século XX, além da presença brasileira no início do século XXI. Seus processos emigratórios, então, são vinculados também às presenças militares em seu território.

A migração de crise é socialmente construída na origem, mas também trata de anunciar a crise migratória no destino, por meio de regimes de controle migratório e de restrições à imigração e suas formas de regulamentação, como é a questão do visto humanitário no Brasil e as condições precárias de vida em que se encontram os migrantes haitianos no país.

Baeninger e Peres (2017) apontam que o caso da migração haitiana para o Brasil é emblemática na migração de crise, entendendo-a no campo social das migrações, em um campo de forças e disputas que perpassam espaços migratórios entre origem – etapas – destino - trânsito, agentes e atores institucionais, relações socioeconômicas e políticas transnacionais, processos que se encontram engendrados na conformação social de tal migração internacional. Dessa forma, comentam que a escolha pelo Brasil como destino migratório, forma um movimento geopolítico transnacional cuja periferia do capital dirigir-se-á, cada vez mais, aos fluxos de países periféricos. Dessa forma, o entendimento do fenômeno migratório demanda a consideração de processos que passam pelos Estados-nação. Contudo, no caso de políticas migratórias adotadas pelos países.

No contexto dos novos fluxos migratórios ao Brasil e a disponibilidade de informações recentes sobre a migração, é importante não desconsiderar os fatores histórico-estruturais que construíram socialmente o processo emigratório no país de origem, articulando-o com o país receptor, a reconfiguração da migração haitiana e suas características no campo sócio econômico no Brasil. Destarte, a migração haitiana para o Brasil se dá numa configuração de busca pela sobrevivência caracterizando-se principalmente por uma migração vinculada à questão socioeconômica, embora seu agravante tenha sido por motivo ambiental “terremoto de 2010”, sendo assim a busca por trabalho e sobrevivência demarcam este fluxo migratório.

CAPÍTULO III – MIGRAÇÃO E TRABALHO: migração haitiana e suas características

3.1. Desenhando o caminho da pesquisa com migrantes haitianos

Como já descrito no início dessa dissertação, o percurso desta pesquisa faz-se com os migrantes haitianos que se encontram na cidade de Três Lagoas no Estado de Mato Grosso do Sul. Compreender a realidade vivida é um desafio que se impõe a todo pesquisador que se interessa pela vida humana em todas as suas facetas, principalmente no que tange as estruturas da vida cotidiana da espécie humana, pois é por meio dessas que se pode procurar entender como se travam as relações sociais. Somente por meio do conhecimento é que a práxis transformadora pode ocorrer.

Deste modo, para melhor compreender a questão migratória dos haitianos em todo o seu aspecto optou-se nesta pesquisa por um caminho da pesquisa qualitativa, pois pela nossa compreensão é este o caminho que procura se aproximar da realidade em sua totalidade, embora todas as formas de pesquisa possam demonstrar suas perspectivas e seus acertos, acredita-se que a pesquisa qualitativa pode aproximar o pesquisador do sujeito. Destarte, a obtenção dos dados de estudo se dá na relação direta e interativa do pesquisador com a situação e objeto de estudo. Compreende-se, portanto, que o objeto das ciências humanas e sociais deve ser considerado complexo, contraditório, inacabado e em permanente transformação.

Assim sendo, para Minayo (2004), a pesquisa qualitativa considera o sujeito de estudo como um indivíduo que faz parte de uma condição social, que pertence a um grupo social ou classe, que por sua vez, apresenta suas crenças, valores e significados. A abordagem qualitativa leva-se em conta o universo das relações humanas, e diferentes parcelas que faz parte da construção da pesquisa e o diálogo como troca de experiências de vida.

Um conjunto de bases teóricas que caracterizam esse tipo de estudo, tais como:

[...] a) a realidade social é vista como construção e atribuição social de significados; b) a ênfase no caráter processual e na reflexão; c) as condições objetivas de vida tornam-se relevantes por meio de significados subjetivos; d) o caráter comunicativo da realidade social permite que o refazer do processo de construção das realidades sociais torne-se ponto de partida da pesquisa (GÜNTHER, 2006, p. 202).

As pesquisas de abordagem qualitativa levam em consideração as características subjetivas baseadas na troca de experiências entre pesquisador e o sujeito pesquisado. Nesta, o pesquisador aproxima-se do participante da pesquisa procurando compreendê-lo em seu

contexto social, assim o campo de pesquisa é um terreno fértil para o entendimento da realidade. Compreende-se aqui o campo como o universo, o espaço, a realidade social que envolve o participante da pesquisa.

Uma vez no campo, o pesquisador pode ser convocado a exercitar a alteridade, mudar seu olhar em relação à realidade, aprender a língua, se for o caso, gírias ou vocabulário, os costumes, alimentar-se com as pessoas e participar do convívio social, assim, o resultado do trabalho que vem a público é uma versão lapidada e organizada de um conjunto imenso de dados observados, vivenciados e coletados.

Entendendo todas as nuances de uma análise social, a pesquisa descortina-se no município de Três Lagoas, no Estado de Mato Grosso do Sul. E assim, a partir da realidade social deste município que se procura compreender o migrante haitiano.

Três Lagoas é o único município do Estado de Mato Grosso do Sul que é beneficiado por duas produtoras de energia elétrica: a hidrelétrica de Jupiá, com capacidade de geração para 1560 mil megawatts, e uma termelétrica, que utiliza gás natural, com capacidade de 240 megawatts²³. A infraestrutura de transportes também favorece o município, as empresas instaladas dispõem da Hidrovia Tietê - Paraná, Ferrovias e de Rodovias que escoam suas mercadorias ao restante de Mato Grosso do Sul pela BR-262, e aos mercados do Sudeste, pela Rodovia Marechal Rondon (SP -300), que liga a cidade ao Estado de São Paulo. É uma cidade que fica no entroncamento de malhas viárias fluviais, divisa com o Estado de São Paulo- SP dando acesso privilegiado às regiões Centro-Oeste, sudeste e Sul do país, e no qual está situado atualmente um polo industrial.

A partir dos anos 90, apontou outro salto qualitativo, quando diversas empresas e indústrias atraídas pela isenção fiscal do Governo do Estado e da Prefeitura se instalaram em Três Lagoas provocando um grande crescimento de industrial na cidade. De acordo com o portal da Prefeitura de Três Lagoas em 2017, a cidade possui quase 3 mil empresas e 54 indústrias de grande e meio porte.

A cidade de Três Lagoas é considerada o terceiro município mais populoso do Estado de Mato Grosso do Sul com uma população de aproximadamente 117 mil habitantes segundo estimativa populacional anual do IBGE feita em 2017²⁴, é reconhecida internacionalmente

²³ Site da Prefeitura Municipal de Três Lagoas- Mato Grosso do Sul - Disponível em <http://www.treslagoas.ms.gov.br> - acesso em 28 de janeiro de 2019

²⁴ Portal do Governo Brasileiro /IBGE - Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br> - acesso em 04 de janeiro de 2019.

como a “Capital Mundial da Celulose” devido ao crescimento do setor industrial nos últimos anos, além da transição da agropecuária para a industrialização e o aumento de florestas de eucalipto na região e sendo uma cidade fronteira com Estado de São Paulo.

Muitas propriedades rurais investiram em plantações de eucaliptos para a produção de celulose e passou a ser reconhecida internacionalmente como a “Capital Mundial da Celulose”, no qual seu apogeu se deu com a implantação da Votorantim Celulose e Papel – em parceria com a *International Paper*, em 2009. Em 2010, se instalou a Eldorado Brasil e Fibria e estas empresas juntas transformaram o município no maior centro de produção de celulose do mundo.

Assim sendo, a cidade de Três Lagoas tornou-se polo de atração para milhares de trabalhadores de várias regiões do Brasil, inclusive de migrantes, no qual aumentou consideravelmente sua população em uma média de 30%. Portanto, era de se esperar que a cidade pudesse chamar a atenção da população haitiana que chegou ao Brasil a partir de 2010, justamente no momento de plena efervescência do mercado de trabalho da cidade, na qual se podia contar com o pleno crescimento de ofertas de trabalho nas empresas e indústrias, assim como plena expansão da construção civil.

Logo, a opção por se realizar a pesquisa sobre migrantes haitianos em Três Lagoas, deu-se devido aos deslocamentos desta população à procura de trabalho na cidade.

Para entender da melhor forma possível a realidade, principalmente no que tange ao trabalho do migrante, optou-se pelo método de compreensão teórico materialista histórico e dialético como forma de entender a relação sujeito-objeto, ou seja, o de compreender como o ser humano se relaciona com as diversas situações da vida, com a natureza, com a vida, analisando assim, a totalidade. Sendo este uma indagação central em todas as ciências humanas e sociais, podendo ser compreendido a partir de diferentes abordagens.

A totalidade destas relações de produção forma estruturas econômicas da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma estrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (NETTO, 2006, p. 26).

A categoria totalidade que aparece discutida na dialética apresentada no pensamento de Marx surge como uma tentativa de superação da dicotomia, da separação entre o sujeito e o objeto. Para Netto (2006), o método de pesquisa de Marx consiste em um processo que avança,

busca a sua gênese histórica e o seu desenvolvimento interno e reconstrói, no plano do pensamento, todo esse processo. Para Marx, segundo o autor, a cada retorno do pensamento o circuito investigativo é compreendido de modo mais inclusivo e abrangente. Contudo, o materialismo histórico-dialético compreende a realidade como algo aberto. Ao relacionar a temática “trabalho” na perspectiva da migração internacional, este estudo objetiva dispor a base empírica sobre a qual os fenômenos devem ser pensados, caminho para apreender cientificamente a realidade e desenvolver compreensões do concreto pensado, fonte que orienta a práxis das intervenções capazes de contribuir na transformação da vida real.

Para a realização desta pesquisa procurou-se desenvolver um estudo seguindo padrões éticos e normatizados para pesquisa com seres humanos, todas as exigências éticas e científicas para o desenvolvimento da pesquisa foram seguidas, tomando como referência a resolução do Ministério da Saúde, de n.196, de 10 de outubro de 1996, (BRASIL, 1996), que regulamenta a pesquisa envolvendo seres humanos e a apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa, como também seguiu a normatização do Conselho Nacional de Saúde (CNS), pelo Decreto nº 5.839/06, que define as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos e pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa e obteve a aprovação do mesmo com o Número do Parecer: 2.797.675 (Anexo B).

O protocolo da pesquisa, o consentimento livre e esclarecido e o termo de consentimento foram encaminhados ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica Dom Bosco, para realização da devida análise e aprovação.

No Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (anexo A) foi informado aos participantes que a sua aceitação para participar da pesquisa deve ser dada livremente, conscientemente, sem práticas de coação física, psíquica, moral ou enganosas impeditivas de livre manifestação da vontade pessoal.

Trata-se de uma investigação não invasiva e que não envolve qualquer tipo de manipulação que poderá atentar contra a ética em pesquisa e aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UCDB, o qual tem a missão de salvaguardar os direitos e a dignidade dos sujeitos da pesquisa, além de contribuir para a qualidade das pesquisas e para a discussão do papel da pesquisa no desenvolvimento institucional e social da comunidade.

A coleta de dados da pesquisa foi realizada na Instituição Centro Juvenil Salesiano na qual atende os migrantes, oferecendo cursos profissionalizantes localizada na cidade de Três

Lagoas – Mato Grosso do Sul- MS. No ano de 2018 esta instituição atendeu diariamente sessenta e cinco haitianos que estavam matriculados e frequentando os cursos de “Português para Haitianos” e “Qualificação Profissional voltadas ao mercado de trabalho” e também com os técnicos do Centro Integrado de Atendimento ao Trabalhador de Três Lagoas - MS, que fazem atendimentos aos migrantes haitianos que buscam trabalho, a fim de compreender o olhar das políticas públicas à respeito do trabalhador migrante.

Na escolha dos locais para desenvolver a pesquisa considerou -se o fato de duas instituições que atendem migrantes que se encontram na cidade de Três Lagoas, pois estas instituições têm atendimentos diferenciados, sendo que uma tem caráter de acolhimento e promoção do convívio social e comunitários e a outra instituição tem o atendimento formal na qual o migrante busca uma vaga de trabalho.

A pesquisa de campo ocorreu no período de julho a setembro de 2018, enviamos o convite às instituições participantes desta pesquisa que foram as seguintes: Organização da Sociedade Civil (ONG), Centro Juvenil Salesiano e uma Instituição Pública, Centro Integrado de Atendimento ao Trabalhador, assim, ao obter os aceites de cada uma, foram agendadas as datas e os horários das entrevistas, conforme a disponibilidade das instituições, dos migrantes e dos técnicos. Todos os contatos realizados com as instituições, os técnicos e com os migrantes para esta pesquisa, foram realizados por esta pesquisadora.

Para as entrevistas com os técnicos e migrantes desenvolvemos um roteiro de perguntas (Anexo C e D) e optamos por pessoas do sexo masculino, devido se encontrarem mais homens trabalhando nas indústrias do que mulheres haitianas. Também consideramos outros pontos para a escolha de sujeitos da pesquisa, serem homens, pois existem elementos culturais marcantes na sociedade haitiana com características “machistas”, a de se destacar que estas características inferiorizam e desqualificam as mulheres como trabalhadoras. É uma construção social determinada pela marcante força patriarcal que na qual produz a divisão do trabalho, entende-se por divisão sexual do trabalho, a hierarquização dentro do mercado de trabalho que caracteriza certas funções como “feitas para homens” ou “destinadas às mulheres”.

Essa noção está presente em todo o mundo, trazendo disparidades de salários, de direitos trabalhistas, de condições físicas e morais no ambiente de trabalho, inclusive assédios morais e sexuais, assim na cultura haitiana a relação trabalho/individuo/gênero se estabelece de formas diferentes. Para entrevistar uma mulher haitiana ela precisa da autorização do marido/ homem.

Também há de se destacar, como considera Marinucci (2007), que os elementos constitutivos da migração da mulher apresentam características diferentes da migração do homem, daí a necessidade de considerar as especificidades da experiência migratória conforme o gênero, neste caso específico.

Durante a pesquisa constituímos vínculos com a comunidade de haitianos para podermos realizar a pesquisa e tivemos contatos com homens e mulheres migrantes, observamos que as mulheres cobram dos homens o sustento integral da casa e elas falam do trabalho fora de casa com indignação, pois tem fortemente impregnado o patriarcado.

As entrevistas foram realizadas individualmente na própria instituição de atendimento e com o tempo de duração em torno de quarenta minutos. Os temas discutidos durante o diálogo de entrevista versaram sobre o processo pela busca de trabalho, trajetória de adaptação, relações de trabalho e expectativas futuras. As entrevistas foram realizadas no período de três meses ²⁵ (Julho a Setembro de 2018) com seis migrantes haitianos e dois técnicos do trabalho do Centro Integrado de Atendimento ao Trabalhador de Três Lagoas – MS. O contato deu-se sempre aos finais de semana para propiciar um maior convívio e proximidade com os participantes da pesquisa. As entrevistas foram gravadas, mediante a autorização do participante de pesquisa. Ainda utilizamos do diário de campo para anotações diversas de observação durante o processo de aproximação com o campo.

Na sequência a análise foi orientada pelas proposições do marxismo, principais fundamentos do método materialista socio-histórico e dialético que é um enfoque os teóricos que contribui para desvelar a realidade, pois busca apreender o real a partir de suas contradições e relações entre singularidade, particularidade e universalidade. Esse enfoque tende a analisar o real a partir do seu desenvolvimento histórico, da sua gênese e desenvolvimento, captando as categorias mediadoras que possibilitam a sua apreensão numa totalidade, no qual utilizamos categorias e subcategorias.

²⁵ Devido às dificuldades de acesso aos participantes da pesquisa e do fato de serem um tanto receosos em relação a conceder entrevistas, o período de entrevista teve que se estender, pois era necessário que se estabelecesse um certo vínculo, a fim de conquistar maior proximidade e confiança dos participantes da pesquisa.

Tabela 01 – ANÁLISE DE DADOS DOS MIGRANTES ENTREVISTADOS

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	UNIDADE TEMÁTICAS
PROCESSO MIGRATÓRIO	Antes da migração	Trabalhava na formação recebida; Estudava e trabalhava Morava com a família;
	Decisão de Migrar	Buscar sobrevivência; Buscar emprego; Imprevisibilidade; Desamparo; Contato com a morte.
	Definição do destino	Intenso fluxo de pensamentos/indecisão; Apoio de outras pessoas e familiares; Grupo de apoio que o recebeu no Brasil; Busca de Emprego
ACOLHIDA	Dificuldades na chegada	Dificuldade de comunicação/ Língua estrangeira; Discriminação; Problemas financeiros; Dificuldade de integração com brasileiros; Vulnerabilidade; Fome;

PROCESSOS DE SOBREVIVÊNCIA	Mercado de Trabalho	Dificuldades de encontrar trabalho; Insegurança / Medo; Trabalhos secundários; Discriminação;
	Manutenção de Vínculos	Perda do Convívio familiar; Tristeza Percepção de mudanças em si Envio de dinheiro para família no Haiti;
EXPECTATIVAS	Projetos Futuros	Voltar para o País de origem; Continuar estudando; Colocar nas mãos de Deus;

Tabela elaborada pela autora.

Tabela 02 – ANÁLISE DE DADOS DOS TÉCNICOS ENTREVISTADOS

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	UNIDADE TEMÁTICAS
ACOLHIMENTO AOS MIGRANTES	Aceitabilidade	Dificuldade de comunicação/ Língua estrangeira; Vulnerabilidade; Baixos Salários;

TRABALHO MIGRANTE	Acesso	Coação; Exploração; Discriminação;

Tabela elaborada pela autora.

O processo de análise dos dados deste trabalho pautou-se na abordagem materialismo histórico-dialético. O que se apresenta como base para o processo de análise dos dados parte de uma descrição minuciosa e o objeto a ser investigado deve ser explicado com o fenômeno em seu movimento, a fim de revelar a gênese e as bases dinâmico-causais. Gênese, entendida como processo pelo qual uma realidade material se transforma engendrando outras realidades. (NETTO, 2006).

Conforme Netto (2006, p. 53) para Marx: “... o método implica uma determinada posição (perspectiva) do sujeito que pesquisa. Aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação como o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações”. Também reforça dizendo que Marx, não opera com definições, pois pode haver múltiplas determinações que constituem o concreto real. O sujeito tomando consciência de sua volatilidade, de forma progressiva, corrobora com a natureza de seu próprio crescimento e das condições que lhe permitem avançar. Portanto, diante dessa proposta panorâmica de pesquisa, este trabalho consistirá em estudo qualitativo de orientação sócio-histórica, fundamentalmente entre sujeitos, de perspectiva dialógica que converge para o prisma dos fenômenos humanos, uma retratação de relações de textos com o contexto; interrogações e trocas, ou seja, diálogo. O pesquisador está com os sujeitos produzindo sentidos para os eventos observados.

Para Netto (2006) é possível afirmar que a inquietação do materialismo histórico-dialético compreende o homem como unidade de corpo e mente, ser biológico e ser social, membro da espécie humana e participante do processo histórico. Percebe os sujeitos como históricos, datados, concretos, marcados por uma cultura como criadores de ideias e consciência que, ao produzirem e reproduzirem a realidade social são ao mesmo tempo produzidos e reproduzidos por ela (NETTO, 2006).

Portanto, a seguir apresenta-se os resultados discutidos e analisados em forma de texto dissertativo procurando oferecer ao leitor uma compreensão da realidade do migrante haitiano e o mundo do trabalho na cidade de Três Lagoas - MS.

3.2. Participantes da Pesquisa: Haitianos em Três Lagoas

A ditadura política e a exploração econômica vivenciadas no Haiti são aspectos relevantes a se considerar na tentativa de compreender a saída e a conseqüente busca por melhores condições de sobrevivência em outros países pelos haitianos. As precárias condições socioeconômicas e políticas, historicamente construídas, em que vivem agravadas pelo terremoto de 2010, foram e ainda são mola propulsora para que deixem seu país e suas famílias e empreendendo todos os esforços na tentativa de sobrevivência.

De acordo com os dados colhidos na pesquisa, identificou-se que em julho de 2012 chegou à Três Lagoas- MS um grupo composto por volta de cinquenta migrantes haitianos²⁶ em busca de trabalho nas indústrias da cidade. O grupo havia saído da região da tríplice fronteira com a Bolívia, na cidade de Brasileia e Assis no Acre, fronteira com o Peru, depois havia realizado uma breve passagem por São Paulo, seguindo viagem para Três Lagoas²⁷.

Outros grupos de migrantes haitianos chegaram ao Brasil e se instalaram em diversos Estados brasileiros. Além da rota apontada, os migrantes participantes desta pesquisa vieram por rota panamenha com destino à São Paulo, permanecendo por lá por algum tempo e sem sucesso empregatício resolveram seguir para Três Lagoas- MS.

Durante os depoimentos colhidos por meio da pesquisa, foram descritos os percursos realizados por estes migrantes, os nomes utilizados foram da cidade que nasceram no Haiti;

Saí do Haiti e passei no Panamá. Aí de Panamá, São Paulo e São Paulo em Três Lagoas²⁸. Tenho visto no passaporte de 5 anos. Fiquei um ano em São Paulo, mas lá não tinha emprego e dormi nas ruas

²⁶Ewerton. L.- Disponível em: <http://www.jb.com.br/pais/noticias/2010/03/18/haitianos-ilegais-sao-detidos-no-ms/> e <http://videos.r7.com/mais-um-grupo-de-imigrantes-haitianos-ilegais-e-presos-no-ms-/idmedia/4946d0081a9884e30cd195664f1a27a5.html> - acesso em 28 de outubro de 2018.

²⁷ Ewerton. L. - Disponível em: <http://www.jb.com.br/pais/noticias/2010/03/18/haitianos-ilegais-sao-detidos-no-ms/> e <http://videos.r7.com/mais-um-grupo-de-imigrantes-haitianos-ilegais-e-presos-no-ms-/idmedia/4946d0081a9884e30cd195664f1a27a5.html> - acesso em 28 de outubro de 2018.

²⁸Os grifos são nossos.

vários dias, para depois vim para Três Lagoas, por que um amigo falou que tinha emprego aqui. (Derác)²⁹

Passei por Rondônia e fiquei lá um mês e um amigo falou vamos para Três Lagoas e eu vim. Rondônia já tem muito haitiano, já não tem emprego e as pessoas lá te tratam mal. Tenho amigos aqui, gosto de morar, aqui, todos os passos que deu aqui no Brasil foi em busca de trabalho, preciso trabalhar, preciso...tenho que sobreviver...é isto. (Aquim)

Pelos relatos descritos é possível observar que os deslocamentos de migrantes haitianos foram em sua grande maioria realizados por rotas aéreas, pela via de países da América Central e Latina até chegarem a alguma fronteira brasileira, onde utilizaram transportes terrestres. O que se observa é que a totalidade da rota migratória é sempre longa e cheia de dificuldades, privações, abjeções, face esta que traduz esta realidade revelando um problema complexo de múltiplas dimensões.

Nesta pesquisa, foi possível observar que o momento da chegada ao país de destino é marcante para os haitianos que utilizam a expressão *anpil mizè*³⁰, denotando sentimentos e dificuldades concretas no traslado. Após terem passado por diversas privações *mizè*, em seu dialeto, chegam ao Brasil. Já em território brasileiro os haitianos colocam que são recebidos com desconfiança, são lhes solicitados documentos e são registrados para que possam transitar pelo país. Situações estas que serão melhor exploradas no decorrer deste estudo.

Os participantes desta pesquisa, como já dito anteriormente, constituíram-se de seis migrantes haitianos, todos do sexo masculino e que frequentavam uma instituição profissionalizante da cidade de Três Lagoas – MS. O ponto inicial desta pesquisa parte, portanto, do sujeito de quem se fala, ou seja, os participantes da pesquisa. Neste sentido, se esboça um quadro com as principais características do grupo pesquisado, e pelo qual pode-se melhor compreender quem são. (Ver tabela 1).

A escolha dos participantes foi aleatória e sem critério de idade, assim o primeiro ponto que se apresenta nesta tabela é a idade apenas um dos participantes da pesquisa apresenta a idade de 21 a 31 anos, os outros cinco possuíam mais de 31 anos, o que denota que o grupo

²⁹Os nomes dos entrevistados foram trocados para preservar o sigilo, colocamos nomes das cidades que nasceram no Haiti.

³⁰ Palavra dita pelos migrantes durante as entrevistas, que quer dizer: as privações e dificuldades por que passam e passaram. Na língua crioula haitiana reflete as dificuldades que os migrantes passaram antes mesmo de sua saída do Haiti, muitos se endividam ou vendem o que têm em busca de uma vida melhor.

migrante, embora jovem, em sua grande maioria já havia passado a faixa etária mais nova indicando que seria provavelmente um grupo que ao migrar possuía compreensão de todo o processo de sua opção.

Tabela 03 Informações Sociodemográficos dos Migrantes Haitianos entrevistados

Dados Sociodemográficos dos Migrantes		Nº
Sexo	Masculino	06
Idade	21 - 31 anos	01
	Mais de 31 anos	05
Estado Civil	Solteiro	03
	Casado	03
Tempo de Migração	02 – 03 Anos	05
	Mais de 03 Anos	01
Escolaridade	Ensino Médio	01
	Ensino Superior	03
	Ensino Técnico	02
Emprego no Haiti	Professor	02
	Agrônomo / Agricultura	01
	Empresa Plástico Multi internacional	02
	Fábrica Cerâmica	01

Tabela elaborada pela autora.

Ainda de acordo com a tabela apresentada, pôde-se observar na pesquisa que metade dos participantes eram solteiros, no qual possuíam pai, mãe e irmãos, os casados afirmam que deixando no Haiti esposa e filhos;

Lá em casa ficou minha mulher meus dois filhos...deixei eles lá...por que não tinha dinheiro para trazer comigo e também não sabia o que encontrar aqui no Brasil, e ainda bem que não trouxe...por que aqui é difícil...sinto muita diferença de pessoas...me tratam com desconfiança... não quero isto para meus filhos, sinto pela falta que eles me fazem e eles irão crescer e não vou acompanhar...” (Porto Príncipe)

A grande parte destes migrantes havia migrado há dois a três anos, portanto uma migração considerada recente ao território brasileiro. Somente um haitiano estava no Brasil há mais de três anos. Isto denota o quanto ainda é recente o fluxo migratório haitiano no Brasil e que muito ainda se tem a estudar sobre esta corrente migratória e suas implicações.

Com relação à escolaridade no país de origem é possível identificar que os haitianos participantes desta pesquisa possuíam escolaridade, ou seja, metade destes possuía o ensino médio e a outra metade possuía o ensino superior completo. As profissões relatadas foram de engenheiro, professor e tecnólogo. Aqui, se observa outra questão bastante discutida referente a dificuldade de validação de diplomas, sendo esta considerada um dos elementos que limita o acesso a posições no mercado de trabalho garantidoras de um bom nível de renda, lembrando que a qualificação profissional, também não é uma garantia de uma boa renda, a qualificação, é apenas uma possibilidade de ascensão social por meio de melhores salários, mas estas possibilidades são enredadas por outros fatores que limitam o acesso a melhores rendas de acordo com questões como gênero, etnia, deficiência física, entre outros.

A esta questão vem a se somar à fragilidade psicológica, às condições de vulnerabilidade e à falta de domínio do idioma. Esta fragilidade tende a fortalecer ainda mais os laços com aqueles que compartilham da mesma dificuldade, aumentando o isolamento e prejudicando a inserção no mercado de trabalho e a ascensão social. Deste modo, é possível observar os depoimentos abaixo:

Sou formado em agronomia no Haiti e trabalhava normalmente no Haiti, mas lá ficou muito mais difícil. Depois do terremoto eu migrei para o Brasil, mas até hoje eu não consegui a revalidação do meu diploma e trabalho com jardinagem em uma fábrica, “Beira rio”, que vende flor natural. Faz jardins na casa das pessoas. (Jerémie)

Já entrei com a documentação para obter a validação do ensino superior, mas tem sido muito difícil é grande jogo de empurra-empurra, ninguém sabe aonde, leva documento. Sempre falta, mais documento

e tenho que pedir no Haiti, lá precisa de dinheiro para pedir documento e demora a chegar por carta... (Suez)

É possível observar pelos depoimentos acima colocados o quanto o processo de validação de certificação da educação superior brasileira ainda precisa vencer várias barreiras, principalmente por fazer-se demais burocrática em suas exigências. Ao solicitar diversos documentos, além do diploma, o migrante tem que recorrer a amigos e parentes residentes no Haiti solicitando que estes busquem estes documentos, isto tem um custo e também um tempo de demora na providência da documentação. Após a chegada da documentação é necessário traduzi-la, do francês para o português, de forma juramentada, outro custo que no Brasil é altíssimo³¹ devido ser um serviço altamente especializado.

Desde 2014, o Brasil já possui mecanismos educacionais que legitimam o diploma de um migrante³², porém o processo de revalidação é bastante complicado e o reconhecimento de diplomas pelas Instituições de Ensino Superior Brasileiras, continua a ser um entrave. Há de se ressaltar, conforme já mencionado, que uma vez o migrante necessitando de documentos tanto para estudo, como para outras situações, como por exemplo, casamento, essa solicitação faz-se ao país de origem, mais especificamente à quem ainda encontra-se no país e por vezes o retorno destas solicitações são morosas fazendo com que o requerente perca prazos ou não consiga o documento solicitado, também estes fazem-se onerosos, dificultando ainda mais o processo.

Frente a esses desafios, em 14 de março de 2017, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) lançou a Plataforma Carolina Bori para informar diplomados no exterior sobre o processo de revalidação do diploma no Brasil, sejam eles estudantes brasileiros ou estrangeiros, refugiados, asilados, migrantes, entre outros. Essa iniciativa, ainda em fase de implementação, se insere no contexto da Resolução nº3, de 22 de junho de 2016 do Conselho Nacional de Educação – CNE-CES – e da Portaria Normativa nº22 de 13 de dezembro de 2016, que visam acelerar o processo de revalidação/reconhecimento e preencher lacunas jurídicas dentro da Política de Internacionalização do Ensino Superior.

³¹ Os diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras serão revalidados por universidades públicas que tenham curso do mesmo nível e área ou equivalente, respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação”. (Art. 48, § 2º, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394, de 20/12/1996). Pesquisadoras Ana Lúcia Manan e Gisele Real – Universidade Federal da Grande Dourados- UFGD

³² Portaria Normativa MEC n. 22 de 13 de dezembro de 2016, a revalidação de diplomas de graduação poderá ter tramitação regular ou tramitação simplificada.

Outro ponto que se pode extrair dos depoimentos mencionados é que os haitianos entrevistados com nível superior completo exerciam em seu país de origem a profissão em que se graduaram, mas que pelas dificuldades econômicas que o país enfrentava decidiram mudar-se, denotando que a migração deu-se devido às condições socioeconômicas em que se encontram no Haiti.

*Trabalhava lá no Haiti em uma empresa de plástico S/A e tinha uma oficina mecânica e funilaria. Tinha emprego e mesmo assim a vida era difícil. **Temos muita pobreza e falta de alimentos para a compra.** Tem dinheiro, não tem comida, quando você vê sua família passando fome ...não tem como ficar parado, precisa arranjar outras formas de viver...aí você sente um inútil e precisa fazer alguma coisa.. (Porto Príncipe)*

***Sou professor de matemática, trabalhava em uma escola com crianças e jovens haitianos. Nesta escola meus filhos estudavam, mas agora não tem mais escola o terremoto acabou com ela, já tinha pouca escola, agora com a destruição das que tinham, nada restou...** (Aquim).*

Apesar de serem profissionais com formação educacional, buscam oportunidades de trabalho mesmo que em outro setor da economia do país de acolhimento, tais como a indústria e a construção civil. Podemos afirmar que esta busca, não é uma escolha, é o que o mercado de trabalho oferece para o migrante, o que lhe é dado e as condições de possibilidades para permanecerem no Brasil. Observamos que os migrantes querem trabalhar e se sustentarem, nesta perspectiva podemos considerar o trabalho fonte de satisfação e de autorrealização, como fundante para construção do sujeito e de sua missão de vida.

Também é importante denotar, que muitos deles falam de 3 a 4 idiomas (francês, espanhol, inglês e créole - língua nativa do Haiti).

A decisão de migrar, nestes casos, normalmente, não pode ser atribuída exclusivamente às pessoas, pois vincula-se a uma gama de acontecimentos que os próprios migrantes muitas vezes desconhecem, como embargos econômicos, decisões políticas internas ou internacionais, entre outros. Dessa forma, o fato de que migrar não é algo novo para os haitianos, mas uma atividade que faz parte do cotidiano desse povo já há algum tempo. Assim, migrar é uma prática que faz parte do imaginário coletivo haitiano e já levou milhões deles a deixarem o país rumo

a outros, especialmente os Estados Unidos e seu vizinho, a República Dominicana, numa tradição que lançou suas bases ainda no século XIX.

Tendo o Brasil como destino, milhares de haitianos deram início a um novo processo histórico no campo da migração coletiva. Diante de diferentes experiências em diferentes lugares, como para os Estados Unidos, Canadá, República Dominicana, a rede de solidariedade se estende para um lugar novo, o Brasil e, nesse contexto, as relações sociais que se estabelecem nesse processo migratório indicam que atendem a uma constante na lógica migratória desse povo. Migrar, ao que constatamos, não é uma prática recente dos haitianos, mas algo que se registra há um tempo relativamente considerável.

O Haiti foi o primeiro lugar das Américas a declarar a liberdade dos oprimidos, todavia essa liberdade não se traduziu efetivamente na prática. Se com os franceses a opressão fazia-se de senhores sobre escravizados, com a independência o jugo opressor externo não foi totalmente abolido e o explorador parece ter, em certa medida, mudado apenas a cor da pele. A construção da desigualdade interna no Haiti tem sido, a seu tempo, um dos entraves que a população encontrou frente ao desenvolvimento social.

É certo que o Haiti, antes de ser pobre, é um país que se tornou empobrecido ao longo dos últimos dois séculos, mas nem por isso devemos buscar a explicação para as desigualdades sociais no país apenas no passado colonialista e imperialista. O processo de desigualdade teve início no período colonial e se consolidou no contexto independente. O lema revolucionário era destruir tudo o que remetesse à ideia ou o imaginário dos brancos e, assim, foi com a queima dos canaviais, dos engenhos, das casas e da destruição dos elementos que remetessem à ideia do opressor branco. Após a independência, alguns elementos permaneceram e, dentre eles, os privilégios da camada social dirigente.

A sociedade haitiana é um lugar no qual as desigualdades grassaram o tempo, alcançaram a contemporaneidade e se manifestam até hoje sob diferentes aspectos, como na questão racial, de gênero, de escolaridade, na religião, de classe social ou de origem. Essas questões também foram reportadas nos depoimentos dos participantes da pesquisa.

Meu pai me deu dinheiro para vir para o Brasil. No Haiti tem muito sofrimento, famílias inteiras mortas ou separadas pela migração. Não tem mercadoria para comprar, lá tem gente trabalhadora, pessoas sem preguiça nenhuma ...mas não tem trabalho, governo não faz nada, pessoas morrendo de fome e de tristeza.. (Jerémie)

*Morava com minha família, normal. Tenho 02 filhos que estudavam na escola em que eu trabalhava, aí o terremoto veio e a escola acabou, fiquei sem emprego e sem dinheiro. Falei para esposa volta para sua família e eu vou trabalhar longe. Decidi vim para o Brasil por que aqui já tinha haitianos que falavam que tinham emprego e eu ia poder trabalhar como professor. **Eu vim, mas aqui não conhecem meu estudo e não posso trabalhar na escola, aí fiquei sem comida e sem casa, a igreja me ajudou me deu uma cama e comida.** (Aquim)*

*Morava com minha família, aí no terremoto meu pai morreu, com minha mãe e com meus dois irmãos. Estava muito triste no Haiti, muito sofrimento, aí decidi vir para o Brasil. **A pobreza é muito grande, pessoas com fome e tristeza pela morte da família, sinto que para o Haiti não quero mais voltar lá pode trabalhar muito, nunca sai da pobreza ... Eu vim para o Brasil trabalhar e estudar e quem me ajudou foi um dinheiro que minha mãe tinha guardado, minha família toda morreu no terremoto...eu estou sozinho, não tenho mais família.** (Carice)*

Portanto, nos depoimentos pode-se perceber claramente que os deslocamentos de haitianos foram provocados principalmente pela pobreza e desigualdade social no país de origem. O Haiti consubstancia-se como um lugar de contradições por excelência, onde se tem um dos maiores feitos da história moderna, como a primeira república negra da história e o primeiro lugar a acabar com a escravidão negra nas Américas, todavia ao mesmo tempo é o lugar onde uma elite buscou, com êxito, perpetuar algumas desigualdades com base no passado que aboliram. Assim, a reflexão sobre as desigualdades internas no Haiti conduzem-nos a um campo vasto e complexo, que excede os limites do alcance deste trabalho.

Rosa (2006) aponta para uma herança colonial do Haiti.

Pelo fato de o Haiti ocupar a posição de país mais pobre das Américas, as chances reais de ascensão social estão localizadas fora da nação. A reprodução da desigualdade incide com muita ênfase nos grupos mais aptos à migração e nas escolhas das rotas migratórias. A produção de conhecimento e a instauração de uma educação formal em uma língua colonial é um dos principais geradores das desigualdades instauradas no Haiti, já que são as mulheres monolíngues (falantes apenas do Kreyòl) e sem qualquer tipo de acesso à educação formal constituem o grupo de maior vulnerabilidade social, pois embora os homens também compartilhem do mesmo grau de desamparo social, eles conseguem migrar em um percentual significativamente maior do que as mulheres, seja para a República Dominicana, para o trabalho no plantio e colheita de cana-de-açúcar ou para a construção civil, ocupações marcadamente masculinas, seja para os Estados Unidos ou Canadá porque

gozam de uma rede de solidariedade muito mais consolidada nos países de destino, ao passo que as mulheres haitianas encontram muito mais dificuldade no processo migratório, pois não encontram o mesmo suporte que seus compatriotas. Isto ocorre devido à fragilidade nas redes de cooperação femininas de incentivo à imigração, na baixa exposição das mulheres à vida pública, obrigando-as à dedicação quase que exclusiva à reprodução familiar, limitando as chances de sobrevivência social fora do lar e do seu próprio país (ROSA, 2006, p. 22).

Neste sentido, Rosa (2006) nos apresenta que a questão da desigualdade social no Haiti tem muito a nos mostrar sobre um dos principais motivos dos deslocamentos haitianos. Muito importante notar que esta questão está intrínseca à colonização e à educação. Assim, observa-se que aquele que migra, é justamente àquele com melhor condição socioeconômica para o fazê-lo, pois ao buscar melhores condições no país de origem e não o encontrando busca uma melhor opção. Acertadamente Rosa (2006) também explicita a condição feminina no Haiti, notadamente expressa em relações desiguais e de vulnerabilidade social denotadas principalmente por uma condição social e histórica do patriarcalismo vigente no país, sendo estas expostas, portanto, a condições de subordinação ao gênero masculino e ao trabalho voltado somente ao lar.

Para Marx (2017 apud ROSA 2006), a pobreza não é apenas um aspecto marginal ou um problema de ordem natural, trata-se de um elemento central e fundante da acumulação capitalista. Para entender a pobreza na sociedade capitalista, segundo essa perspectiva, é necessário conhecer as determinações impostas historicamente pelas contradições próprias desse modelo de sociedade. Essas determinações constituem a realidade na qual os sujeitos empobrecidos se encontram.

A pobreza, no modo de produção capitalista, não pode ser lida como um fenômeno isolado, distante da relação social posta por essa sociedade que se mantém sob os pilares da contradição de classes, uma relação entre aqueles que vendem sua própria força de trabalho e aqueles que a compra (Rosa, 2006, p. 16).

A pobreza absoluta está relacionada diretamente ao desemprego (exército industrial de reserva)³³, a pobreza constitui o exército ativo dos trabalhadores e o peso morto do exército

³³ Entende-se que: “Constitui um exército industrial de reserva, um contingente disponível, que pertence ao capital de modo tão absoluto como se tivesse sido criado e se mantivesse às suas custas. Oferece-lhe o material humano, disposto a ser sempre explorado, à medida que o exijam suas necessidades variáveis de exploração e, além disso,

industrial de reserva, sendo, no entanto, condição de existência da produção capitalista, pois quanto maior a pobreza, maior o exército industrial de reserva e vice versa.

Mas, se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo, essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado à sua própria custa (MARX, 1867-2017, p. 162 a 163).

Para o autor, a pobreza relativa se caracteriza pela diferença quantitativa da divisão daquilo que é produzido pelo trabalhador e dividido de forma desigual entre o trabalhador e o capitalista. Dessa forma, mesmo podendo algum trabalhador ter um salário satisfatório comparado aos demais, que lhe possibilite um nível de vida elevado, o valor que ele recebe é cada vez menor, se comparado com o total da riqueza produzida e apropriada pelo capitalista. O valor do salário não anula a exploração controlada e necessária à existência do capital.

Sendo assim, para melhor compreender a questão, faz-se importante compreender o trabalho como fator da existência sócio-econômica para a sobrevivência do ser humano e é o que será discutido no próximo subitem.

3.3. Expectativas para o futuro dos migrantes haitianos participantes que estão em Três Lagoas- MS

Os migrantes tomam decisão de migrar e tentar outras possibilidades, estas escolhas incluem um processo decisório e a mudança, a chegada e a necessidade de inserirem tanto profissional, como pessoal no novo meio, nem sempre esse processo será rápido, pode durar anos, mas em geral, estando adaptado ou não o migrante volta-se para suas expectativas.

Alguns idealizam o retorno à terra natal, sonham poder acumular algum patrimônio para então retornarem e serem muito mais do que eram quando partiram, segue a fala comum entre os migrantes:

independente dos limites que o aumento real da população lhe possa opor.” (MARX apud IAMAMOTO; CARVALHO, 1996, p. 60).

*Não sei, sem dinheiro não faz nada, somente se sobrevive...preciso trazer família ou ir para junto de família...estudei muito e aqui não tenho valor meu estudo..., mas eu tenho e não posso trabalhar como professor. **Quero voltar para minha família, comprar um a casa e ajudar meu país.... NÃO POSSO FICAR AQUI SEM ESPERANÇA.** (Aquim)*

O retorno se torna algo idealizado, assim essas formas de expectativas levantadas pelos migrantes, ou seja, a do retorno, colocam em evidência um aspecto perverso da migração. A busca de realização de seus projetos de melhoria de vida levou os participantes desse estudo a considerar a migração como o meio mais eficaz para atingir seus objetivos. Neste sentido, o sonho de muitos deles é melhorar sua condição de vida e ajudar sua família, portanto, seria o sonho da conquista e realização por meio do trabalho de reunir condições suficientes para poder voltar ao país de origem e poder oferecer melhor condição socioeconômica para os seus. Contudo, as condições de trabalho intensivo e a falta do convívio familiar geram danos muitas vezes irreversíveis a sua saúde mental e biológica.

Assim, o migrante se coloca também num contraponto, o do retorno ou o da permanência, pois ao mesmo tempo em que se quer retornar ao país de origem se quer ficar no país de destino. Pode-se observar isto no depoimento de Jeremie:

*Tenho dois planos, primeiro é reconhecer meu diploma.... **Ter emprego melhor aqui do Brasil, vou ficar aqui, casar aqui, quero fazer filho aqui, fazer tudo aqui, só vou lá no Haiti ver minha família.** Segundo plano se não pode trabalhar na minha área aqui, vou tentar fazer mestrado aqui, se não conseguir vou embora para outro país. Mas também quero voltar, acredito que meu país precisa de mim...áí sabe eu não sei, sei que hoje estou aqui. (Jeremie)*

Por outro lado e por fim, o depoimento forte de Jeremie diz respeito a não poder permanecer no Brasil sem esperança, portanto, o sonho do migrante é a esperança, a esperança num futuro melhor, da convivência com sua família garantindo a esta os mínimos necessários e o conforto sonhado.

*Meu plano é de Deus eu sou cristão, Deus sabe se devo ficar aqui, vai ser meu plano, também.
Se Deus quer eu fico, se Deus quer eu vou no outro, no outro país, eu faço o que Deus quer. (Porto Príncipe)*

No sonho sonhado, se coloca nas mãos de Deus, o futuro tão esperado. Se a justiça dos homens não é capaz de alcançar o feito, a justiça divina se encarregará de melhorar a vida e dar a direção tão sonhada. Assim, é possível ver no depoimento de Porto Príncipe.

**CAPÍTULO IV - TRABALHO DE MIGRANTE: Migrantes Haitianos em Três Lagoas-
MS**

4.1 Trabalho: Atividade fundamental do ser social

Para compreender o fundamento ontológico da categoria trabalho, utilizou-se como referência o livro *O Capital*, em que Marx, define:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não trata-se aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho. O estado em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho deixou para o fundo dos tempos primitivos o estado em que o trabalho humano não se desfez ainda de sua primeira forma instintiva. Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente (Marx, 1867-2017.p. 149-150).

Portanto, compreende-se que para Marx (1867-2017) o trabalho é a base da sociabilidade humana, ou seja, o fundamento do ser social. Nessa perspectiva, o trabalho se funde ao processo de transformação, uma vez que, naquilo que produz, o homem passa a se reconhecer e ser reconhecido. Para Marx (1867-2017), o homem é o primeiro ser que conquistou alguma liberdade de movimentos diante da natureza. Tal descoberta é a chave para compreensão da raiz do processo social. Neste sentido, Marx conclui que:

[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. (MARX, 1867-2017, p.47).

Assim, o trabalho é a categoria que funda o ser social. É por meio dele que ocorre a interação homem e natureza. Os homens atuam sobre a natureza para produzir os meios necessários a sua subsistência e os meios de produção, garantindo sua sobrevivência e, portanto, a reprodução social. O trabalho é a forma que assume no modo de produção capitalista, ou seja, neste modelo de sociabilidade, o homem é reduzido à força de trabalho, simples mercadoria para o capital. Este trabalho não vai ser direcionado para atender as necessidades humanas, mas a sua prioridade é atender as necessidades de reprodução do capital. É pelo trabalho que o homem faz-se diferente da natureza, e para entender este processo convém ressaltar as três esferas ontológicas: a inorgânica (reino/mundo mineral), a orgânica (animais e plantas) e a social (ser social, o homem em sociedade).

O trabalho acontece no intercâmbio orgânico homem e natureza. Desta relação, verificamos que só pode existir vida humana se o homem desenvolver uma interação constante com a natureza, pois a própria reprodução biológica para garantir a perpetuação da espécie depende desta relação homem e natureza. É impossível imaginar sociedade sem natureza e até mesmo vida humana sem a base natural. A natureza é uma esfera anterior ao desenvolvimento da sociedade. Isto a torna essencial e imprescindível para que possa existir e reproduzir a sociedade. Então, não existe trabalho sem a interação homem e natureza. Ao eliminar a natureza, elimina-se a base que permite a existência da vida humana e os recursos para o homem se reproduzir.

Percebe-se, neste sentido, a síntese do processo de trabalho, ou seja, é o homem o único ser na natureza que possui a capacidade de desenvolver o trabalho, já que o ato de trabalho é a síntese de prévia ideação e objetivação para transformação da natureza e do próprio homem. Ao transformar a natureza pelo trabalho, o homem também se transforma, pois no processo vai adquirindo novos conhecimentos e habilidades que não possuía antes. Este é um ciclo constante e interminável. Pelo trabalho, temos a criação constante de algo novo. Por isso, o trabalho remete para além dele mesmo, gerando novas necessidades, novas possibilidades e, conseqüentemente, novos conhecimentos e novas habilidades.

As novas necessidades e possibilidades decorrentes do trabalho dão origem às novas relações que se organizam na forma de complexos sociais, que apesar de terem a base ontológica no trabalho vão além deste, pois já não trata-se apenas da interação homem e natureza, mas da interação entre os homens.

Oliveira (2007) observa que o trabalho se apresenta como um importante, senão o principal, determinante da formação de sociedades. Pois é por meio dele que o homem constrói seu ambiente e a si mesmo conforme as reais condições que dispõe, uma vez que o trabalho será a base da sociedade, em qualquer sociedade, estabelecendo as formas de relações entre os indivíduos, classes sociais, criando relações de poder e propriedade, determinando o ritmo do cotidiano do trabalhador e da sociedade.

Para uma concepção hegeliana, o trabalho funciona como a relação peculiar que existe entre os homens e objetos, unindo-se o subjetivo e o objetivo, o particular e o público, concretizando-se por meio de mecanismos de trabalho, que serão mediadores entre o homem e a natureza, (MARX, 1867- 2017, p. 65). O homem, portanto, se revela na relação social que existe no que se dá sua produção e será por meio do uso dos instrumentos de trabalho que se cria a relação dos homens com outros homens e com a natureza.

Por meio de instintos e forças naturais em geral, a natureza dita aos animais o comportamento de sobrevivência que lhes é necessário. Assim, o homem devido ao seu trabalho, conseguiu dominar, ao menos em parte, as forças da natureza, colocando-as a seu serviço, outrossim, a essência humana reside no trabalho, pois por meio dele o homem transforma a natureza.

[...] trabalhando, o homem se relaciona com outros homens, produz máquinas, obras de artes, cria instituições sociais, crenças religiosas, hábitos diferentes, modos de vida específicos, adquirem novas potencialidades e capacidades, se socializa. Assim, o que os homens produzem é o que eles são. O homem é o que ele faz e a natureza dos indivíduos depende, portanto, das reais condições materiais e do modo como os homens se relacionam socialmente no processo de produção que determinam sua atividade produtiva e o tipo de sociedade que existirá (OLIVEIRA, 2007, p. 2).

A reprodução social dos homens é um processo complexo que remete para além de si e tem o trabalho como categoria fundante. O trabalho demanda o surgimento de novos complexos sociais que têm seu fundamento no próprio trabalho, mas possuem funções e especificidades incomuns. Como exemplo desse novo complexo social identifica-se: a linguagem, a educação, a arte, a política, a religião, as ideologias e tantos outros. O trabalho e os complexos sociais compõem a totalidade social.

De acordo com Tonet (2003)³⁴, existem três relações entre o trabalho e os complexos sociais: 1) a dependência ontológica de todos os complexos sociais manifesta na relação fundante e fundado; 2) a autonomia relativa de todos os complexos sociais, expressa na função que desempenham na reprodução social; 3) e a determinação recíproca de todos os complexos sociais, exposta pela forma em que se relacionam mutuamente. Vejamos o que diz o referido autor:

Contudo, embora o trabalho seja o fundamento ontológico do ser social, este não se resume àquele. Com a complexificação da realidade social, surgem novas necessidades e novos problemas, que não poderiam ser enfrentados no âmbito do próprio trabalho. É a partir disto que surgem novas dimensões sociais, tais como direito, política, arte, ciência, religião, educação, etc., cada qual com uma natureza e funções específicas para resolução destas novas questões. Natureza e funções que só poderiam cumprir se tivessem uma autonomia (sempre relativa) com relação à matriz que lhe deu origem. Daí dizermos que elas têm uma dependência ontológica e uma autonomia relativa em relação à matriz fundante que é o trabalho (TONET, 2003, p. 14-15).

Considera-se, pois, que foi a partir da categoria trabalho que Marx teve condições de demonstrar que o ser humano é histórico e social, isto significa, que toda a realidade é social. Para Marx (1867-2017), a natureza humana decorre da construção dos próprios homens por meio do trabalho. Com isso, afirma que os homens são aquilo que eles próprios construíram em cada momento histórico. Ou seja, a história humana é fruto da atividade dos próprios homens. Em suma, o trabalho é a categoria fundante do mundo dos homens, pois atende à necessidade de produzir os meios de subsistência e de produção que são necessários para reprodução dos homens. Assim, o trabalho funda o ser social. Sem trabalho não pode haver reprodução social dos homens. O trabalho estará presente em qualquer sociedade, porém, o que vai alterar não é a base ontológica do trabalho, mas a forma que se configura em cada sociedade ao longo da história. No modo de produção capitalista, este trabalho assume a forma de trabalho abstrato, cuja finalidade é reprodução do capital antes de garantir a reprodução dos próprios homens.

4.2 A discriminação racial do migrante haitiano no mercado de trabalho brasileiro

Vivemos em uma sociedade na qual a maior parte dos brasileiros se declara descendente dos africanos ou assume ser mestiça, em suma uma população miscigenada, marcada por traços

³⁴ Tonet, Ivo. (2003) *Marxismo para o século XXI*. Maceió – AL. Disponível em: < http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/Marxismo_para_o_Seculo_XXI.pdf > Acesso 22 abril de 2109.

de múltiplas culturas. Mas isso não garante ao migrante estrangeiro, ou até mesmo ao cidadão brasileiro, uma vivência harmônica ou a garantia de que será aceito nessa sociedade, sobretudo se o migrante for negro, pobre e em situação de extrema vulnerabilidade social, o que acontece com o grupo de migrantes pesquisado.

Me entristece viver aqui porque, pelo fato de você ser negro e migrante, tem que se esforçar em dobro para mostrar seu potencial... no Haiti temos orgulho de ser negro, isso foi um susto para mim... não sabia que o racismo aqui era tão forte. (Carice)

Há que se compreender que a análise da totalidade social implica em reconhecer os indivíduos sociais imbricados na vida social. A diversidade como valor não é plena na sociabilidade, assim, a emancipação humana dos indivíduos sociais negros e trabalhadores, passa, necessariamente pela negação dos direitos humanos se a realização é requerida exclusivamente na esfera política, a emancipação humana ultrapassa a emancipação política.

O racismo já teve vários sentidos, como doutrina, dogma, ideologia ou conjunto de crenças. O elemento essencial dessa doutrina era que a “raça” determinava a cultura, e dela derivavam as alegações de superioridade racial. Posteriormente a palavra foi usada num sentido ampliado para incorporar práticas, atitudes e crenças. Nesse sentido, o racismo denota todo o complexo de fatores que geram a discriminação racial e que produzem as desvantagens raciais (CASHMORE, E. et al, 2000).

Segundo Cashmore (2000), o racismo pode ser compreendido como:

[...] o termo pode ser encontrado nas obras acadêmicas. Diz-se que expansão do capitalismo no Novo Mundo necessitou da exploração da mão de obra africana. A exploração poderia ser mais efetiva se a mão de obra negra pudesse ser tratada como um bem; para tanto criou-se todo um complexo para facilitar isso. As crenças a respeito da inferioridade dos negros podem ser adequadamente compreendidas apenas como parte de uma nova criação histórica que nos séculos subsequentes foi modificada justamente com a estrutura econômica. O nome desse complexo histórico é racismo (CASHMORE, E. et al, 2000, p.458).

Xenofobia é o termo que significa literalmente medo de estrangeiro (do grego *xenos*, para estranho, e *phobia*, para medo ou aversão). São pessoas que temem ou abominam grupos tidos com “estrangeiros”. A xenofobia origina-se no medo das diferenças entre as culturas (CASHMORE, E. et al, 2000).

Pode-se afirmar que esses atos acontecem de forma velada em uma sociedade que vive buscando um padrão “branco” e europeu, algo que nunca será alcançado em uma sociedade em que a miscigenação é a sua maior marca cultural. Sendo assim, toma-se o caminho da negação e da não aceitação. Vivemos em uma sociedade preconceituosa, racista e em que se praticam constantemente atos de racismo, de preconceito contra a sua população e temos aos poucos presenciado atos de xenofobia contra os migrantes recém-chegados no País:

A herança rural e escravocrata lembrada por Sérgio Buarque de Holanda deixou profundas marcas no Brasil e, inclusive, no imigrante. Aqui, a cultura de direitos custou a fincar suas raízes e, ainda hoje, os imigrantes sentem o peso tanto do Brasil Colônia quanto do capitalismo liberal: os negros e pobres – e quase todos os imigrantes negros são pobres – se tornam “refugiados”, sem que para isso seja necessária a formalidade do direito internacional. Já os imigrantes brancos e ricos – e quase todos os ricos são brancos – são “estrangeiros”, carregando estigmas por vezes positivos como o do europeu civilizador e detentor de uma “cultura” superior (CAMPOS, 2015, p.528, 529).

Em alguns momentos da entrevista com os migrantes, quando indagados sobre esse tema, primeiro observamos a negação, ao mesmo tempo em que os relatos apontam contradições. A maioria dos participantes da pesquisa, quando questionados se já sofreram algum ato de preconceito, racismo ou xenofobia, e responderam simplesmente que “às vezes” sentem um desrespeito da sociedade brasileira. Na verdade, os migrantes sofrem atos discriminatórios, mas negam por ser algo que a sociedade pratica rotineiramente e se não questiona:

*O problema do racismo é muito difícil pra mim, é muito sofrido para mim. Quando eu fui alugar um quarto para morar durante um mês em São Paulo, liguei para o dono do hotel e ele acertou um mês de aluguel. Quando eu cheguei no hotel para pagar o dono do hotel falou que não ia mais alugar o quarto para mim. **Acho que ele não quis alugar porque eu era migrante.** (Aquim)*

*Acho que tem racismo, sim, **porque quanto eu pego o ônibus as pessoas não sentam ao meu lado, mesmo se o ônibus estiver cheio as pessoas não gostam de sentar do meu lado, mas quando outro lugar vaga elas vão e se sentam, parece que as pessoas não gostam de mim, porque eu sou migrante.** (Suez)*

Para muitos cidadãos brasileiros, os atos racistas e discriminatórios que ocorrem na sociedade, na verdade, não são caracterizados como tal, são apenas brincadeiras, ou seja, não têm a finalidade de configurar atos racistas. Diante disso, observa-se que as ironias, os escárnios, os deboches, são direcionados principalmente aos negros, e são na verdade um tipo de violência, que podemos classificar como física e psicológica.

Campos (2015) afirma que na sociedade brasileira os negros não são respeitados, são considerados seres inferiores, ignorantes, sujos e perigosos. Conclui-se então, que os escárnios, os deboches, as brincadeiras são impregnadas de preconceito, o que configura atos racistas.

Um participante desta pesquisa narrou que, certa vez, ao chegar em sua cama para dormir, ela estava urinada e suas poucas roupas estavam jogadas e encharcadas no box do banheiro coletivo destinado aos trabalhadores.

Eu fiquei assustado e com vergonha e, por não saber o que fazer e “não fez nada”. Aí eu não entendia se isso era uma brincadeira, se isso era comum de fazer aqui no Brasil, algo da cultura... com o tempo fui entendendo que era algo porque sou haitiano, e que isso não faz no Brasil... que não era algo legal de fazer com as pessoas. (Jerémie)

Na situação estudada, uma dupla discriminação se apresenta: pela cor da pele e pelo status de estrangeiro. Ser estrangeiro marca a alteridade, faz lembrar a condição estrangeira de cada um de nós e, portanto, tombar a presunção de ser “um”, inteiro, sem limites e único (SOUZA, 1998). É como se a presença dessas pessoas, imigrantes e negras, fizesse retornar o passado sofrido de uma história silenciada, que incorporou as relações de poder dos tempos de colonização, sem nenhuma elaboração. Na impossibilidade de fazer diferente, repete. Para além das dificuldades com aprendizagem do idioma e dos trâmites burocráticos para fazer valer seus conhecimentos laborais, os participantes se vêem diante de desafios econômicos que impactam muito suas vidas. Esses desafios não são dissociados do histórico de desigualdades no contexto brasileiro bem como das características que levam à discriminação.

Podemos observar as seguintes falas dos haitianos entrevistados:

A diferença entre os brasileiros para nós, é que eles podem escolher o cargo que querem já a gente tem que trabalhar gostando ou não do setor, muitas pessoas ficam nos chamando de “escurinhos”. Como vou trabalhar em um país assim, mas são várias coisas que me mantem aqui...tenho várias coisas que eu sinto também. (Porto Príncipe)

Discriminação, migrante haitiano trabalha mais que trabalhador brasileiro, tudo que está sujo e ninguém quer fazer colega de trabalho manda eu fazer...tenho que fazer por que preciso e trabalho, brasileiro fala – Está aqui para trabalhar, então trabalha – não me sinto bem... mas preciso. (Jerémie)

Segundo Vieira (2016) de todas as situações cujo migrante haitiano se encontra suscetível no Brasil, estão dois principais crimes, a discriminação e exploração de sua mão de obra, que violam sua dignidade e que ocorrem com alguma frequência, conforme denúncias e notícias que o autor analisa. A questão da xenofobia pode ser observada nas falas dos participantes também do presente estudo, quando observam que são delegadas a eles, por serem estrangeiros às atividades que nenhum outro brasileiro quer fazer.

O autor comenta que, em seu campo de estudo a questão da xenofobia foi ainda mais além, pois dois haitianos relataram terem sido atacados na rua por um homem armado proferindo palavras preconceituosas. Aponta que a xenofobia tende a se agravar ainda mais em situações de crise econômica, com o crescimento do desemprego, que acarreta uma disputa maior no mercado de trabalho, bem como a redução das oportunidades de emprego e um rebaixamento generalizado de salários.

Para Vieira (2016), a conjuntura econômica do Brasil no atual momento, cujos indivíduos sofrem com a expansão do trabalho precário, parcial, temporário, terceirizado, etc., se torna um campo propício a esse tipo de cenário. O medo da proletarização, da perda de capacidade de consumo, faz com que encontrem no migrante, no estrangeiro, uma justificativa para essa situação, ou um bode expiatório a quem deseja culpar por essa situação.

Percebemos que o confronto inclusive o movimento operário e as reivindicações da classe trabalhadora nacional. De forma que o destaque de diversas notícias de agressões, ofensas xenófobas e racistas, além da sujeição de migrantes a trabalhos precários ou condições incompatíveis com sua dignidade, o autor se refere ao seu campo de estudo, que esse tipo de ocorrência demonstra de forma clara o caráter da sociedade brasileira, uma herança direta do sistema escravocrata.

O que se torna um indicador de que:

[...] no Brasil ainda persiste a discriminação e o preconceito racial, além, é claro, aos haitianos, a xenofobia decorrente dessa predisposição brasileira [...], de modo que se vislumbra a exploração das condições de trabalho do imigrante pelo capital, como no caso da construção civil, um dos principais

ramos em que os haitianos trabalham no Estado, que é inclusive objeto de investigação do ministério público do Paraná, [...] ressaltando as denúncias de diversos haitianos com relação à violação de direitos trabalhistas por muitas construtoras (VIEIRA, 2016, p. 110).

Conforme Vieira (2016), a questão da xenofobia é praticada, via de regra, entre os setores mais pobres da sociedade, no interior das classes trabalhadoras, enxergando nos migrantes uma concorrência direta pelas vagas de emprego no mercado de trabalho, isso porque o empresário capitalista, mesmo quando não tem preconceito, não deixa de contratar o migrante, especialmente se ele pode lhe atribuir alguma taxa de lucro, por meio do rebaixamento dos níveis salariais.

4.3. Trabalho, Migração e capitalismo: as relações de trabalho no mundo atual

Como vimos no capítulo anterior o conceito de trabalho ocupa um lugar privilegiado no espaço de reflexão teórica, pois para o materialismo histórico e dialético ele ocupa um lugar ontológico na constituição do ser social. Ao longo da história da humanidade o trabalho humano adquiriu diversas formas, deste modo se pode citar exemplos nas antigas comunidades, como o trabalho de caçadores e coletores datado de 8000 a.C., a agricultura do Oriente Médio, na China, Índia e no norte da África e ainda o trabalho escravo nas civilizações da antiguidade e a relação servil da Idade Média, Vieira (2016).

As ideias sobre o trabalho na Antiguidade, certamente são associadas ao pensamento greco-ateniense e às práticas escravistas do Império Romano. A literatura resgata o pensamento de Platão e Aristóteles sobre o trabalho, Borges e Yamamoto (2014), esses filósofos clássicos exaltavam a ociosidade, como uma forma de se dedicarem a outras atividades, não somente ao trabalho propriamente dito, mas a cultura, esporte, lazer, preenchendo o homem com outras vertentes.

O cidadão, para Platão, deveria ser poupado do trabalho. Aristóteles valorizava a atividade política e referia-se ao trabalho como atividade inferior que impedia as pessoas de terem virtude. Todo cidadão deveria abster-se de profissões mecânicas e da especulação mercantil: a primeira limita intelectualmente, e a segunda degrada eticamente. A filosofia clássica

caracterizava o trabalho como degradante, inferior e desgastante (BORGES; YAMAMOTO, 2014, p. 28).

O trabalho competia aos escravos, sendo realizado sob um poder com base na força e coerção, de forma que o senhor dos escravos detinha o direito sobre a vida deles. Essa organização de valores fora possível em razão da extrema concentração de riquezas, da submissão dos povos dos territórios conquistados e da legitimação da escravidão. A concepção do trabalho partiu de um conceito mais restrito, limitando-o às atividades braçais e/ou manuais executadas pelos escravos.

Borges e Yamamoto (2014) prosseguem dizendo que a política, atividade superior dos cidadãos, não era considerada trabalho, assim a sociedade grega entendia a escravidão como um fenômeno natural, pois sustentava que havia pessoas destinadas a fazer uso exclusivo da força corporal e que deveriam satisfazer suas necessidades no campo restrito das atividades manuais. Em sua concepção, o escravo jamais estaria apto às descobertas e aos inventos, seria essa a condição que determinaria a perda da liberdade.

Segundo Borges e Yamamoto (2014), as ideias de senhor e escravo, em questão, eram de dominância na visão da população grega. Contudo, em Hesíodo (três séculos antes de Platão) encarnava-se a vontade dos camponeses, assinalando que os deuses e os homens odiavam os que viviam na inatividade e que exaltavam àqueles que tomavam o trabalho como sagrado e se unia a terra.

Mudanças ocorreram de forma paulatina durante a Idade Média no que tange à economia e estrutura das sociedades, sendo que as ideias mais influentes na Antiguidade se tornaram gradativamente inadequadas. Devido ao surgimento do capitalismo, se constrói e se consolida uma mudança mais notável na reflexão sobre o trabalho. Os autores apontam que, para Marx, as novidades na concepção do trabalho são um reflexo das mudanças concretas em sua organização, bem como na organização da sociedade.

Hobsbawm (2016) aponta que o empreendimento do trabalho industrial passou a gerar mudanças no mundo do trabalho, tanto na estrutura quanto em sua organização, bem como no processo de urbanização, uma vez que a revolução industrial gerou um intenso fluxo migratório para as cidades. Essas, por sua vez, passaram por um crescimento acelerado, fazendo com que a concentração de pessoas se tornasse um dos principais fenômenos do período, especialmente na Inglaterra, no início do século XIX, cuja classe trabalhadora teve que alcançar esses novos espaços e inserir-se dentro deles. Deste modo, nas primeiras “cidades industriais”, como foram

denominadas, nem sempre a ampliação inicial necessária para receber os fluxos migratórios, significava a existência de uma ampliação em si e, mais importante, não significava que ocorreria uma evolução contínua e permanente desses espaços.

Os fluxos migratórios eram crescentes, sejam eles dos trabalhadores provenientes do campo ou de outros países que se encontravam em crise econômica, devido à demanda crescente por mão de obra “barata” para o trabalho nas fábricas. Engels (1885-2015) cita a população expulsa dos campos ingleses para os grandes centros e que se acumularam em frente às fábricas a procura de trabalho. Estes eram chamados de superpopulação relativa, ou exército industrial de reserva, que serviam também para regular a margem de lucro do capitalista, visto que o salário pago pelo empregador poderia sofrer inflação ou deflação conforme a falta ou excesso dos homens e mulheres que ofereciam sua força de trabalho como mercadoria.

Mas quando se trata de um trabalho simples, menos preciso, que requeira rigor em vez de jeito, os irlandeses eram tão bons como os ingleses. E por isso que todos estes ofícios foram invadidos pelos irlandeses: tecelões manual, serventes de pedreiro, mogos-de-fretes, jobbers e, etc., incluem um grande número de irlandeses; esta invasão contribui em muito, nestas profissões, para baixar os salários e, com estes, a própria classe operaria. E mesmo que os irlandeses que penetraram nos outros ramos tenham sido obrigados a civilizar-se, ainda ficaram as marcas suficientes do seu antigo modo de vida, para que enxergam sobre os seus camaradas de trabalho ingleses uma influência degradante sem falar na influência do próprio meio irlandês. Porque, se tivermos em conta que em cada grande cidade um quinto ou um quarto dos operários são irlandeses ou filhos de irlandeses criados na sujidade irlandesa, não nos espantaremos que na existência de toda a classe operaria, nos seus costumes, no seu nível intelectual e moral, nas suas características gerais, se encontre uma boa parte daquilo que constitui a base da natureza do irlandês. Compreendemos assim facilmente como a revoltante situação dos trabalhadores ingleses, nascida da indústria moderna e das suas consequências imediatas, foi ainda mais aviltada pela presença da concorrência irlandesa (ENGELS, 1885- 2015, p.45).

Hobsbawm (2016) aponta que o início do processo de industrialização, a classe trabalhadora vivia em péssimas condições de vida, morando em habitações precárias, sendo, na maioria dos casos, construídas rusticamente, sem fonte de iluminação e apinhadas de pessoas vivendo em uma única residência. Estas cidades se viram diante da necessidade de organizar-se, a fim de acomodar toda a população. Os espaços urbanos no início do século XIX, eram uma mistura entre centro industrial e centro comercial, com transporte, administração e diversos serviços típicos de cidades. Isso fomentava ainda mais sua atratividade às pessoas, o que causava um superpovoamento dessas regiões, gerando condições de vida sub-humanas à

população residente, uma vez que a classe proletária ocupava cortiços e espaços que rapidamente se tornaram vetores de epidemias e problemas de saúde.

Hobsbawm (2016) comenta que, como resultado desse crescimento acelerado, ocorreu o surgimento de doenças endêmicas derivadas, especialmente, das precárias condições de higiene das ruas e casas, da ausência de fornecimento de água potável, no déficit do serviço sanitário, isto é, de todas as condições que caracterizam a pauperização a qual era relegada a classe trabalhadora. Se tornavam cada vez mais claras, nesse contexto, as divisões de classes, cuja população era segregada entre ricos e pobres, considerando, sobretudo sua condição econômica. Essa questão passou a doutrinar até mesmo a arquitetura das cidades e a formulação dos transportes. Isso porque a população burguesa, com condições econômicas favoráveis, poderia viver junto ao centro urbano, enquanto a população trabalhadora, tinha os trens que alcançavam os vilarejos distantes das cidades, a fim de que não dividissem a mesma região de moradia dos ricos.

Engels (1885-2015), ao contextualizar a classe operária da industrialização inglesa aponta que a classe burguesa a tratava como se fosse sua propriedade, tanto quanto o eram as fábricas para as quais vendiam seu trabalho. A partir de então, passou-se a gerar no trabalhador o sentido de ausência de sua própria condição humana. Nesse período, devido à extrema pobreza intensificou-se a ocorrência de roubos. Assim, o autor explica que houve um aumento exponencial de delitos conforme a indústria se ampliava. Isso gerou também um aumento da população encarcerada nas cidades.

Assim, o processo de industrialização se traduz na intensificação do trabalho como ação ou resultado de um esforço realizado pelo homem, capacidade de trabalho que passa a ser notada na sociedade capitalista como uma mercadoria que é comprada e vendida, (BERTANI, BARRETO, 2004). Uma relação trabalho e trabalhador, que se torna determinante com a revolução industrial, passando determinar contratos de trabalho para as pessoas. Nessa relação o sujeito que detém a força de trabalho passa a satisfazer as exigências de quantidade, prazos, especificações e valor combinado pelo que detém o capital.

A inter-relação de compra e venda da força de trabalho estrutura o nível socioeconômico e pessoal de cada pessoa na sociedade, limitado ao nível salarial, um fator que definirá como o sujeito se diverte, com quem ele se relaciona, onde mora, o que come, o que possui em bens materiais, etc. Essa inter-relação também especifica seus horários, seu tempo ocioso, seu tempo reservado ao lazer, enfim, lhe dá identidade tanto familiar quando social.

Conforme Borges e Yamamoto (2014), para Marx, os dois principais fatos que marcaram o surgimento da produção capitalista foram: a ocupação pelo mesmo capital individual de um grande número de operários, ampliando seu campo de ação e fornecendo produtos em grande quantidade e a eliminação, conforme alguns limites, das diferenças individuais, sendo que o capitalista passou a lidar com o operário médio ou abstrato. Os autores comentam que Marx falou sobre a cooperação, determinando-a como:

[...] a atividade de um número maior de trabalhadores, ao mesmo tempo, no mesmo lugar (ou, se se quiser, no mesmo campo de trabalho), para produzir a mesma espécie de mercadoria, sob o comando do mesmo capitalista, constitui histórica e conceitualmente o ponto de partida da produção capitalista (MARX, 1983 apud BORGES; YAMAMOTO, 2014, p. 29).

Borges e Yamamoto (2014) explicam que esses fenômenos ocorreram devido ao surgimento da manufatura que, por seu turno, pressupõe um adiantado processo de acumulação de capital. De forma que, aquele que detém os meios de produção é o capitalista, enquanto o sujeito desprovido desses meios não terá como reproduzir sua existência. Uma situação que coloca, de um lado o dono do capital e, do outro, os detentores da força de trabalho, um fato não natural, mas que resulta de um processo histórico.

Ao citar os interesses do capital chama-se atenção para o antagonismo entre capital e trabalho que se constitui no sistema capitalista e que visa o desenvolvimento em detrimento das condições dignas e justas de trabalho, da qualidade de vida do ser humano e da natureza, causando o entrave social que tanto anuncia superar, o subdesenvolvimento. À medida que o capitalismo necessita do trabalhador para que haja a produção em larga escala e a produção de mais-valia, o trabalhador, dentro do sistema em questão, necessita do capitalista para trabalhar e garantir o mínimo sustento de sua família e garantir o consumo da produção. Definindo essa contradição diz que “o resultado é a riqueza de poucos, em troca da miséria, opressão e exploração da maioria dos trabalhadores e trabalhadoras” (VALIM, 1996. p.9).

A partir desse desdobramento do trabalho no modo de sociabilidade capitalista, se extrai do trabalhador as horas de trabalho que não lhe são pagas (mais valia) e são apropriadas pelo capitalista, expandindo o seu capital e reiterando o processo de exploração do trabalhador.

Tais processos são intensificados ao mesmo passo em que há o desenvolvimento de uma forma de produção exclusivamente capitalista, isto é, a que, na forma da grande indústria, intensifica a vigência e a capilaridade de suas leis, promovendo um intenso pauperismo no século XIX. A partir daí reside o histórico que representa o conjunto de fenômenos, incluindo

o pobreza, que reproduzem para além dele, representando a gênese da questão social. Nesse contexto, Estanque (2006), afirma que a “questão social” colocada por Marx, reside um debate central à discussão política ocidental iniciada no século XIX e que estende desde então. Uma temática que se encontra no cerne do próprio surgimento das ciências sociais e que encontra, no triunfo do capitalismo e da revolução industrial, suas principais problemáticas, como: doenças laborais e problemas econômicos – que ganharam significado político altamente relacionado ao protagonismo do movimento operário em contraposição com Estado burguês.

Na mesma direção Badaró (2013) explica que a questão social se apresenta como a gênese do conflito capital-trabalho que, na contemporaneidade se expressa por meio de múltiplos fatores, tais como: pobreza, desemprego, violência, discriminação de gênero, raça, etnia e orientação sexual, precarização do trabalho, dificuldade de acesso à saúde, educação, moradia, violação de direitos, etc. Nesse sentido, deve ser fomentada uma articulação a fim de diversificar ações que poderão incluir no jogo social e assegurar os direitos, àqueles que são historicamente excluídos dele. Não apenas considerando a desfiliação, mas sim, devido à conjuntura própria da história do país, pois, no Brasil, as expressões da questão social também repercutem de formas diversas na vida da sociedade, especialmente das “minorias”. Essa questão pode gerar violência, ao passo em que a rede pública de segurança e proteção social encontra-se insuficiente para o atendimento da demanda que possui.

Marx (1867-2017) coloca que, além de socialmente produzida, a escassez que direciona ao pauperismo, não consiste em uma expressão solitária da questão social. É sim, outra de suas características específicas no campo da sociedade burguesa, encontrando-se relacionada intrinsecamente aos desdobramentos sociopolíticos. De forma que a escassez é reproduzida nos marcos capitalistas e resulta da forma como se determinam as relações sociais produtivas.

O autor fundamenta sua ideia em uma percepção sobre o capital que leva a entender que as mesmas condições que podem gerar riqueza para a burguesia, podem gerar miséria e, em condições semelhantes, se processa por meio do desenvolvimento de forças produtivas, desenvolvendo uma força de repressão cujas condições somente gerarão riqueza burguesa, eliminando continuamente os membros que formam essa classe e formando um proletariado cada vez maior, (MARX, 1867-2017).

O trabalho está intimamente relacionado ao fenômeno da migração, isso por que o trabalho é um dos fatores de atração das grandes e médias cidades em emergência industrial, talvez o mais importante fator. As populações migrantes, em sua maioria, saem de sua terra em

busca de melhoria de condições vida, essa é a definição mais simples de migração. O trabalho é, na maioria dos casos, o objetivo dessas populações, que buscam por qualidade de vida e julgam ser o trabalho a forma de conseguir alcançar seu objetivo.

Migrar faz parte do direito de ir e de vir, porém, a questão da migração envolve muita polêmica, quando esta gira em torno das condições em que ocorrem esses processos migratórios: se de um modo livre, que assim está se exercendo este direito ou se de modo obrigatório, que tende a realizar interesses políticos e econômicos desumanos, visando sempre o capital (VALIM, 1996). Para este autor, a participação de trabalhadores migrantes é explicada por um processo de divisão do mercado de trabalho que implica uma demanda nos setores de menor qualificação e baixos salários da mobilidade dos trabalhadores locais em direção a mercados de trabalho com melhor remuneração. Este processo é o produto de uma divisão de mercado de trabalho em que setor primário é composto por postos de trabalho estável, com bons salários e boas condições de trabalho. O secundário, no entanto, consiste em trabalhos instáveis, com remunerações deficientes e, em geral, são empregos com baixos salários e com insalubridade.

Valim (1996) ressalta que na busca pelo emprego os migrantes enfrentam a desigualdades que podem ser interpretadas de duas maneiras, conforme as sínteses realizadas pelo autor. A primeira nos remete à herança escravocrata que ainda permeia as relações sociais no Brasil, redundando em um tratamento inferior para os negros, pardos e migrantes consolidando a sua participação nos estratos inferiores da sociedade. A segunda interpretação considera que a discriminação na nossa sociedade se baseia em um preconceito negativo com relação aos mais pobres ao invés de raça.

A discriminação de migrantes no mercado de trabalho, por outro lado, se sobrepõe àquela de raça e incide, de forma altamente negativa, especialmente sobre “os que não são daqui”³⁵, o que revela por meio de mecanismos de segregação social e ocupacional instaurados pelo preconceito na nossa sociedade, criando menores oportunidades de mobilidade vertical e estabelecendo salários inferiores para as migrantes, especialmente nos postos de trabalho que predominam. O fato de serem migrantes acarreta à negação ao trabalho com todos os direitos adquiridos. Dessa maneira, esse papel social do migrante contribui para a manutenção de práticas que os discriminam no mercado de trabalho, seja por meio de remunerações menores

³⁵ Forma como os próprios migrantes relataram que são chamados.

e/ou de menores investimentos das empresas em treinamento e capacitação para os seus empregados migrantes, restringindo-lhes sua ascensão profissional.

A existência de valores arraigados, numa dada sociedade, que levam à discriminação do migrante, significa que essas características exercem influência no mercado de trabalho, tanto na admissão em um determinado tipo ou relação de emprego quanto na definição de sua remuneração. Ou seja, pessoas que apresentam atributos iguais, exceto quanto é migrante e o brasileiro, são valorizadas de forma distinta pelos empregadores ou pelos usuários de serviços, apenas em virtude desses últimos atributos, caracterizando a existência de preconceito que leva a uma discriminação direta. Isso seria o motivo pelo qual o mercado remunera mais adequadamente os brasileiros em detrimento dos homens negros, migrantes e ou estrangeiros.

Esse preço de mercado atribuído ao trabalhador, e ao trabalho abstrato ou alienado é essencial à existência e manutenção dos interesses de mercado, por conseguinte, aos interesses do grande capital. Porém, quando se estuda o trabalho humano e social, Marx (1867-2017) acrescenta que é imperioso compreendê-lo em sua dúplici dimensão, dada pelo trabalho concreto e pelo trabalho abstrato. Em suas palavras:

Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força de trabalho do homem no sentido fisiológico, e nessa qualidade de trabalho humano igual ou trabalho humano abstrato gera o valor das mercadorias. Todo trabalho é, por outro lado, dispêndio de força de trabalho do homem sob forma especificamente adequada a um fim, e nessa qualidade de trabalho concreto útil, produz valores de uso (MARX, 1867-2017, p.53).

A partir da vigência do sistema de metabolismo social do capital, o caráter útil do trabalho, suas dimensões concretas tornam-se subordinados a outra condição, a de ser dispêndio de força humana produtiva, física ou intelectual, socialmente determinada para gerar mais-valor.

Ao verificarmos o campo de trabalho para o migrante percebemos que aqui aflora o trabalho abstrato que faz desaparecer as diferentes formas de trabalho concreto que, segundo Marx, reduzem-se a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato, dispêndio de energias físicas e intelectuais, necessárias para a produção de mercadorias e de valorização do capital. Isso nos permite chegar a uma primeira conclusão: se podemos considerar o trabalho como um momento fundante da sociabilidade humana, ao percebermos como ponto de partida do processo de humanização, também é verdade que na sociedade capitalista, o trabalho torna-

se assalariado, assumindo a forma de trabalho alienado, fetichizado e abstrato. Ou seja, ao mesmo tempo em que ele é imprescindível para o capital, ele é um elemento central de sujeição, subordinação, estranhamento e reificação.

O trabalho se converte em mero meio de subsistência, tornando-se uma mercadoria especial, a força de trabalho, cuja finalidade precípua é valorizar o capital.

A dificuldade de inserção do migrante ao trabalho é uma questão social que expressa as ‘contradições’ da relação capital/trabalho, pois também é uma forma de compreensão do contexto social da migração hoje e em outros momentos históricos e a sua relação com o trabalho e, principalmente, com a questão social, está inteiramente ligada nas mais diversas expressões: o analfabetismo, o desemprego, a fome, a falta de leitos em hospitais, a violência, a desigualdade econômica, entre outras.

Dessa forma, é que a questão social se manifesta no sistema vigente, no qual o objetivo é acumular capital e não garantir condições de vida para toda a população. Na contradição existente entre a lógica do capital e a lógica do trabalho, a questão social representa não apenas as desigualdades, mas o processo de resistência e luta dos trabalhadores também.

É importante fazer um entrelace entre a migração, o trabalho e a questão social, pois ressalta o fluxo migratório que acontece devido a diversos fatores, mas o fator econômico e a desigualdade regional são os mais evidentes e são a alavanca de expulsão e de atração ao trabalho. A questão social que se expressa de diversas formas é o foco dessa população que migra, e essa deverá enfrentar os desafios de sair de sua terra de origem e encontrar o trabalho que almejava na região em que vai buscar melhores condições de vida.

4.4. O trabalho de haitianos em Três Lagoas – MS

Ao contrário do que se pensava anteriormente ao desenvolvimento desta pesquisa, na qual a hipótese era de que grande parte dos migrantes haitianos em Três Lagoas estivesse empregado numa fábrica, a pesquisa demonstrou que isto não se efetiva assim na realidade. No caso dos migrantes haitianos participantes desta pesquisa, eles se encontram empregados, em sua maioria, mas desenvolvendo as mais diversas atividades, conforme se pode observar na tabela abaixo.

Tabela 04 - Tipos de Trabalho

Quanto as ocupações	Qd
Jardinagem	01
Construção Civil	01
Catadores de Lixo – Gari	01
Serviços Gerais	02
Produção Industrial	01

Tabela elaborada pela autora.

Embora, os trabalhos apontados na tabela sejam diferenciados, nota-se que fazem-se comuns num ponto, no qual se pode apontar que todos estes são trabalhos considerados braçais ou subempregos. Portanto, ao delegar trabalho ao migrante faz-se oferecendo àqueles à que os brasileiros já não o querem ou no mínimo àqueles em que mal se paga, no âmbito dos trabalhos braçais, e até em alguns casos em que podem-se efetuar contratos clandestinos.

Como foi possível observar, uma das principais queixas dos migrantes haitianos entrevistados, trata-se da precarização do trabalho, do tipo de colocação subalternizada que conseguem no mercado de trabalho e, especialmente o fato de não conseguirem fazer uso de sua formação ou exercer profissão similar à que exerciam em seu país.

Conforme Oliveira (2007) se efetiva uma subproletarização do trabalho e redimensionam-se elevados contingentes que marcham à precarização do trabalho. A partir dessa condição de constrangimento social, se intensificam o trabalho parcial, subcontratado e informal, aguçando ainda mais as contradições socioeconômicas da sociedade. Observa-se, portanto, uma considerável fragmentação do trabalho que impacta o trabalhador, uma vez que as inseguranças do mundo do trabalho dificultam a expansão do crescimento sustentável e durável. Portanto, acentua-se a instabilidade de convivência em uma sociedade em que a sociabilidade sempre se deu com base no trabalho, pois é por meio dele que o ser humano tenta suprir as necessidades que possui e se realiza pessoal e profissionalmente.

Sem distanciarmos da realidade, observamos que o cenário que se apresenta, hoje, se expressa pelo conjunto de fatos simultâneos que se fundamenta, basicamente, nas transformações do modo de produção capitalista, sinalizando desdobramentos diferenciados e permutáveis no que se referem aos processos produtivos – formas diversas de contratação e de definição para o mercado de trabalho (OLIVEIRA, 2007, p. 4).

A partir daí, observa-se uma dinâmica em que, de um lado verifica-se a desproletarização do trabalho industrial, fabril, manual, especialmente nos chamados “países de capitalismo avançado” o que, na prática, reflete uma redução crescente da classe operária, ao mesmo tempo em que se materializa a terceirização do trabalho com base na absorção do assalariamento no setor de serviço. Sem contar também que a incorporação crescente da mulher no mercado de trabalho, requalifica a formação do trabalho, oferecendo-lhe traços de grande heterogeneidade (OLIVEIRA, 2007).

Normalmente, os subempregos estão envoltos por ilegalidades, como remunerações muito baixas, sem garantias e proteções para o empregado, ou direitos trabalhistas, como férias, décimo terceiro, aposentadoria e todos os outros direitos. As condições de subemprego estão intrinsecamente relacionadas com o desemprego, obrigando os trabalhadores a procurarem empregos que possam unicamente satisfazer as suas necessidades de sobrevivência, sem perspectivas de crescimento profissional. Por receberem salários baixos, os subempregados vivem com pouca qualidade de vida, sendo muitas vezes obrigados a viver sem uma infraestrutura básica, em locais com saneamento precário e pouca segurança.

O que pode-se observar nos relatos dos migrantes haitianos entrevistados é de que sua busca foi de sair de uma situação de alta precariedade em seu país, como tentativa de construir uma vida melhor. Contudo, trata-se de pessoas que, mesmo diante das dificuldades de sua nação, estudaram e obtiveram sua formação no ensino superior e vieram para o Brasil, não conseguindo, todavia, fazer uso dela, sendo submetidos a trabalhos subalternos e precários.

*Tem construtora que chegam buscando gente para trabalhar na construção civil e nem falam com a gente. Tem um que veio, aí eu fui trabalhar, **fiquei dois meses trabalhando e eles me pagavam a metade do dinheiro que pagavam para os outros trabalhadores...**ai eu reclamei e eles me mandaram embora, fui lá na secretária do emprego e formalizei o que aconteceu e ainda nada aconteceu...e trata como se a gente fossem coisas. (Carice)*

Os piores afazeres no trabalho é a gente que tem que fazer, ai manda a gente, não me sinto bem... ali somos todos iguais mas, não adianta por que eles (os brasileiros) não quer saber e fazem o que querem, e tem quem comanda ...quando reclamamos eles nem ligam. Sei que somos migrantes, estamos fora de casa, mas não posso voltar agora para a casa... assim tenho que ficar e aguentar por que estou aqui... mas uma coisa eu sei, é que nunca vou fazer isto com outras pessoas, a bíblia coloca que somos todos iguais. (Jerémie)

Para pensar em alguns aspectos que estão presentes na dimensão subjetiva do trabalho subalterno, inspira-se no conceito de segregação social desenvolvido por Castel (1998). Segundo este autor, por segregação social, podemos entender “uma modalidade de angústia disparada pelo impacto traumático da desigualdade de classes”. Trata-se de um fenômeno ao mesmo tempo psicológico e político, com aspectos subjetivos e objetivos na organização capitalista da sociedade. Recorre-se também às reflexões de Carneiro (2017) para pensar as relações entre trabalho subalterno e humilhação. Tal autor afirma que os excluídos e marginalizados têm mais possibilidades de experimentar o sofrimento social “que deixa marcas psíquicas com pouca ou nenhuma visibilidade social” (Carneiro, 2017, p.59). Essa hipótese parece ficar evidente na seguinte passagem:

Nossa análise se volta a certas dimensões do sofrimento social (humilhação, vergonha, falta de reconhecimento) vivido por categorias subalternizadas e aos efeitos produzidos na dimensão comunitária, social e grupal. A hipótese desenvolvida é a de que esse sofrimento não tem visibilidade; ele se inscreve no interior das subjetividades sem, no entanto, ser compartilhado coletivamente (CARNEIRO, 2017, p.60).

A autora denomina “lógica da invisibilidade do sofrimento” este processo de “silenciamento do que sente” pelo qual passam os migrantes que integram as “categorias mais subalternizadas”, “indivíduos que compõem o imaginário da inutilidade” (Carneiro, 2017, p.60), durante as entrevistas com os migrantes fica evidente este “silêncio”, é inquestionável que, à luz das transformações sociais, o discurso sobre migração e discriminação cresce em torno da insegurança e discriminação. São duas características das cidades que existem migrantes e, onde riqueza e exclusão social se encontram lado a lado.

As pessoas submetidas a esta lógica vivem o que Castel (1998) denominou de “invisibilidade social”, o que significa uma impossibilidade de participação na vida pública, de serem sujeitos ativos e não fragilizados pelas condições sociais de vida. Os sujeitos visíveis são

os que fazem-se ouvir enquanto os invisíveis são inaudíveis. A invisibilidade é a perda da voz, é o apagamento de si diante dos outros numa vida marginalizada vivida pelos “desqualificados sociais” (CASTEL,1998, p.6).

Mesmo quando qualificados no país de origem, a maioria dos migrantes haitianos, no Brasil, ocupam postos de trabalho pouco atrativos para os brasileiros. Isso se deve tanto à dificuldade e aos custos ligados à revalidação de documentos comprobatórios, quanto à vulnerabilidade e necessidade imediata de constituir alguma renda por parte dessas pessoas. Desamparados em diversos âmbitos, aceitam propostas pouco atrativas com o risco maior de não terem seus direitos laborais garantidos. Os baixos salários, decorrentes das atividades prestadas marcam a sensação de impotência no intento individual e coletivo, constantemente atravessados na cultura haitiana.

Deste modo, é visível a constatação da precarização do trabalho dos migrantes, considerando que são empregados nos setores com maior estatística de acidentes de trabalho, recebem salários menores, são impedidos de se sindicalizar, além da questão do racismo e da xenofobia, presentes nos discursos de que “eles roubam os nossos empregos”, ou “eles sobrecarregam os serviços públicos”, mesmo se forem levadas em conta as estatísticas de que a migração para o Brasil representa apenas 1% (um por cento) da média mundial. (SCHWINN; FREITAS, 2016, s/p).

A remuneração que não satisfaz todas as suas necessidades, longas jornadas de trabalho, a exploração da força de sua mão de obra, a péssima inserção social referente ao relacionamento interpessoal entre os colegas de trabalho, além da diferença cultural e as pressões geram tensões psicológicas. Estas tensões relacionadas com o trabalho são identificados como uma das grandes ameaças contemporâneas para a saúde física e mental dos trabalhadores.

Outro obstáculo para promover a inserção no trabalho dos migrantes é o domínio da língua portuguesa. Grande parte dos migrantes revela que uma das maiores dificuldades que eles enfrentam é o aprendizado de um novo idioma. O quesito idioma reflete-se diretamente no processo de socialização e na inserção social e primordialmente no mercado de trabalho, como relatam os migrantes haitianos;

A dificuldade com a língua, com a falta de trabalho para quem não fala bem o brasileiro sem paciência para ensinar e fui entregar papel na rua, para comer e dormir, brasileiro não quer dar emprego para quem se veste mal... roupas inferiores e tem comunicação ruim, olha com desinteresse. (Aquim)

Difícil, muito difícil não entendo o que falam para mim, tenho dificuldade na língua, e as pessoas me falam com raiva eu não respondo não entendo... sinto que eu sou pouco humilhado, e isto não é bom para mim. (Suez)

Para Sá (2015), a comunicação, em particular, a prática do idioma, tem um papel de destaque na inserção dos migrantes, pois através do domínio do idioma local os migrantes conseguem desenvolver laços com novos atores, incorporando assim a cultura brasileira e tornando possível a ascensão profissional. Quando o idioma é aprendido estreitam-se os laços com a sociedade, o que ajuda na definição de uma nova identidade que é incorporada ao longo dos anos em que vão assimilando a nova cultura.

Para Bakhtin (2014), a língua não existe por si mesma, mas, em conjunção com a estrutura individual de uma enunciação concreta, ela se consolida através da enunciação, e é dessa forma que a língua se torna realidade. Para o autor, o emprego da língua efetua-se na forma de enunciados, proferidos pelos integrantes dos campos da atividade humana, ele postula ainda que “cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominamos gêneros do discurso” (BAKHTIN, 2014, p.262).

Dessa forma, reafirmamos que tal perspectiva de entendimento da linguagem vem de observar as nuances do migrante que precisa se comunicar para conseguir trabalho, na medida em que buscamos compreender os enunciados relacionados à temática da migração, não somente como estão pautados em documentos, mas também em situações de uso e comunicação nas relações dos interlocutores.

Portanto, concebemos que a linguagem é parte essencial na história da sociedade, e, por isso, nossa abordagem neste estudo que postula a importância fundamental do estudo dos enunciados e dos gêneros discursivos no sentido de superação das concepções simplificadas de comunicação, compreendendo mais amplamente a natureza da língua, teoria que se define gêneros do discurso.

Além disso, atentamos para esse aspecto interativo, pois, ao tomarem posse de uma nova língua, os migrantes podem usufruir mais amplamente dos recursos que essa ferramenta proporciona, bem como na visão de Bakhtin (2014), percebemos que a consciência adquire forma conforme o curso das relações sociais: “A consciência só se torna consciência quando se

impregna de conteúdo ideológico (semiótico) e, conseqüentemente, somente no processo de interação social. ” (BAKHTIN, 2014, p. 34). Nesse sentido, a prática da interação social entre os sujeitos requer aspectos indispensáveis para que a comunicação ocorra de fato:

Com efeito, é indispensável que o locutor e o ouvinte pertençam à mesma comunidade linguística, a uma sociedade claramente organizada. E mais, é indispensável que estes dois indivíduos estejam a unicidade da situação social imediata, quer dizer, que tenham uma relação de pessoa para pessoa sobre um terreno bem-definido. É apenas sobre este terreno preciso que a troca linguística se torna possível; um terreno de acordo ocasional não se presta a isso, mesmo que haja comunhão de espírito. Portanto, a unicidade do meio social e a do contexto social imediato são condições absolutamente indispensáveis para que o complexo físico psíquico-fisiológico [...] possa tornar-se um fato de linguagem. (BAKHTIN, 2014, p. 72-73)

Portanto, o aprendizado da língua é indispensável à qualquer migrante, no sentido desta facilitar a inserção no trabalho e nas relações sociais no país de acolhimento.

Conforme Bertani e Barretto (2004), são desenvolvidas novas relações de trabalho e capital, demandando do homem uma postura de maior competitividade e com mais habilidades e capacidades. Um sistema que explora não apenas a força de trabalho, mas também a capacidade intelectual do sujeito, demandando dele mais esforço. Nesse contexto, o trabalhador deve se adaptar e lidar com todas essas transformações, o que lhe acarreta tensões que podem prejudicar sua saúde.

Existia entre os migrantes uma expectativa geral de que, junto com o trabalho viria uma aceitação da sociedade, mesmo que isto signifique a condição de estar subordinado a um patrão e ter que sobreviver de um salário que está sempre aquém do necessário, ou pior, de ter incerteza da existência de trabalho tendo em vista o que ele significa para a sobrevivência. Aparentemente tratava-se da expectativa da liberdade idílica de voltar e ser dono de si, de realizar o “sonho de ter uma renda”.

No entanto, este trabalho idealizado visto como algo para satisfazer necessidades sociais básicas, para se fixar, enraizar, onde a família poderia ter condições para superar as dificuldades de reprodução social, principalmente no que se refere à alimentação, moradia, educação, saúde e segurança, não ocorre da forma que o migrante sonha, são nestes contextos que eles ressignificam suas relações, mudam suas concepções e práticas sobre o processo trabalho-família-sociedade.

Segundo Bertani e Barretto (2004), é importante atentar para o fato de que as características dos países de origem dos migrantes também têm implicação nos determinantes

de trabalho-família-sociedade que irão ter nos países para os quais migram. Portanto, se o trabalho dos migrantes nos países de origem é pautado por condições de vulnerabilidade, possivelmente a mesma tendência será manifestada nos países receptores. Outro fator preponderante que repercute no nível das relações do migrante refere-se à socialização, em termos de hábitos de convivência durante a infância, tendo em vista que eles afetam os padrões de vida ao longo do desenvolvimento. Os hábitos adquiridos durante a infância, moldados pelas normas sociais, culturais e religiosas, acompanham os migrantes nas suas experiências migratórias, tornando-se manifestas nas suas práticas do cotidiano.

Oliveira (2007) destaca que o trabalho e as relações de trabalho passam por significativas mudanças que decorrem, em grande parte, das transformações que impactam a economia e a forma de produção, determinando uma nova cultura de trabalho. O mundo do trabalho é perpassado por diversas transformações, tanto nas esferas tecnológicas, organizacionais, estruturais, quanto conjunturais.

4.5. Família e Trabalho Haiti x Brasil: contradições da vida

As indicações de que o projeto migratório tem impactos nas relações familiares são recorrentes, estas foram tratadas durante as entrevistas com os migrantes, sendo que a principal diferença nos fatores determinantes da migração individual e da migração familiar é que, no caso familiar, a migração impõe a necessidade de que os membros negociem perdas e ganhos intrafamiliar. Assim, devido ao custo implícito ao processo de barganha, tem-se que o retorno da migração familiar tende a diminuir proporcionalmente os respectivos custos, os quais são variados e dependem da avaliação de muitos outros fatores. Por isso, a literatura migratória é unânime em afirmar que a família é um obstáculo ao deslocamento.

Quando se passa a considerar a existência de filhos, a somatória dos custos e dos benefícios devido à migração se torna mais complexa. É possível afirmar que a migração familiar introduz a questão intertemporal na trajetória do ciclo de toda a família, referente a uma decisão que foi realizada por fatores externos.

Ao falarem dos motivos que os levaram a migrar, vêm à tona situações de vulnerabilidades familiares que demandaram escolhas difíceis na busca de saídas para elas. Esses indícios podem ser mais notados nos depoimentos dos entrevistados, pois deixaram seus filhos e pais para migrar em busca de uma vida melhor.

Ao abordar sobre os impactos advindos da migração na dinâmica familiar frente à migração, Moraes (2013) analisa que não é incomum o surgimento de claros sinais de estresse entre os migrantes, podendo vir à tona desequilíbrios psicossomáticos ou interpessoais. Isto porque, muitas vezes, o processo de migrar representa um luto e às vezes minimizado e evitado em função da necessidade prioritária de adaptação ao novo ambiente. Durante esse período, que pode durar anos, a família se encontra num estado crítico de vulnerabilidade, cujas relações familiares, se notam por vezes, sobrecarregadas, já que os laços se rompem e o outro tenta satisfazer as funções que previamente eram desempenhadas por outros membros do sistema familiar.

Nesta perspectiva, o sentimento de falta de apoio e a necessidade insatisfeita em um novo ambiente, são sentidos como incompetência, traição ou abandono pelo outro membro, o que pode aludir a um ciclo vicioso de tensão dentro da dinâmica familiar. Demais aspectos que derivam implicações na dinâmica familiar a partir da migração compreendem os conflitos que podem se estabelecer nos diferentes subsistemas e seus respectivos limites na relação marital e parental.

As relações estratégicas como as regras e as relações hierárquicas do sistema familiar, são notadas vezes postas à prova em um novo contexto majoritário, cujos papéis que antes eram desempenhados por certos membros, no presente momento, podem modificar-se. Não obstante, o processo de luto pode ser vivenciado de modo e intensidade diferentes, repercutindo no desenvolvimento familiar, consoante às perdas vivenciadas a partir dos rompimentos com os laços afetivos e as referências socioculturais de origem dos membros familiares, Moraes (2013).

Outro ponto identificado durante as entrevistas é que praticamente todos os migrantes têm a responsabilidade de prover a família ou alguém que ficou no Haiti. Atender a esse quase dever é talvez a maior preocupação dos migrantes. Os relatos a seguir ilustram essas situações relacionadas à família que ficou no Haiti.

Sim, tenho família em Haiti, com dificuldade de dinheiro. Envio dinheiro para comida, quero trazer minha família, meus irmãos. (Derác)

Mando dinheiro para o Haiti, porque meu pai tem 84 anos ele não pode trabalhar agora, por que tudo que ele trabalhou muito para nós, agora ficar trabalhando com 84 anos não pode trabalhar. (Jerémie)

*Ganho pouco, R\$ 1.200, preciso pagar casa, comida água e luz e preciso estudar, se não esqueço o que aprendi na faculdade... **Envio dinheiro para minha esposa e meus dois filhos que estão na escola, preciso pagar escola de filhos.** Minha esposa quer vir para cá, mas não tenho como trazer... sinto que trabalho não vai ajudar mais, preciso de dinheiro para buscar família. (Aquim)*

O fato de terem deixado filhos e/ou os pais no Haiti exige que trabalhem mais para juntar dinheiro e enviar a eles para que possam sobreviver, mas afirmam que não ganham o suficiente para isso e se queixam das taxas necessárias para o envio de remessas. Uma vez assumida a migração como um processo social - aí compreendidas todas as idas e vindas em suas diferentes etapas - a família e as relações de gênero fazem-se importantes em momentos distintos das trajetórias desse processo, indo além do papel de provedor dos recursos para a viagem ou de controladora da seletividade dos migrantes dentro do domicílio. São muitos os papéis exercidos pela família nas trajetórias dos que migraram. Neste sentido, as noções “famílias migrantes” ou “famílias de migrantes” se fundem, apontando para as experiências transnacionais, inclusive daqueles que não migraram.

As ajudas ocorrem de maneiras variadas: vão desde presentes para os parentes que moram no Brasil, até o cuidado dos filhos que permaneceram no país pelos avós, ou empréstimos para aqueles que ficaram e a administração do dinheiro que os migrantes remetem pelos parentes, ou uma força dos pais no país de destino quando as filhas estão para ganhar seus filhos/as nos Estados Unidos. Esse dar e receber não ocorre sem conflitos, mas o que importa ressaltar é a relevância dessas conexões para o empreendimento migratório (ASSIS, 2011, p. 63).

Em todos os relatos a família é a primeira provedora dos recursos financeiros nos momentos iniciais das trajetórias migratórias, ainda que supere a visão neoclássica da tomada de decisão, individual e racional, de migrar, não contempla os conflitos e transformações de papéis experimentados pelos migrantes e suas famílias enquanto duram as trajetórias. É a partir dessas transformações que Assis (2011) discute a experiência transnacional também dos membros da família que permaneceram nos lugares de origem. Se as experiências transnacionais são definidas pelos vínculos e vivências simultâneos em lugares de origem e destino, as diferentes formas de inserção das famílias também proporcionam aos que ficaram essas experiências transnacionais, assim, o migrante reconhece a importância e o compromisso com os familiares que permaneceram no país de origem.

Eles afirmaram que no Haiti essa responsabilidade para com a família é uma questão cultural, como relatam os migrantes a seguir.

Todos nós temos essa responsabilidade de ajudar a nossa família. Para nós é uma obrigação! Isto no Haiti é cultural, quem for para outro país. Todo mundo está de olho em você, não quer dizer que a responsabilidade de todo mundo vai cair nas costas da gente. Mas, nós temos obrigação de ajudar o próximo, isto é, mais do que um dever para nós. Nós somos “muitos” felizes quando ajudamos alguém à resolver um problema”. (Suez)

Ganho muito pouco. Ganho o chamado um salário mínimo, tenho despesas minhas e também tenho família no Haiti, assim com o meu dinheiro tento me manter aqui e tento manter eles lá, como vou juntar dinheiro para trazer eles de lá? Me responde, moça! (Jerémie)

A distância dos familiares que ficaram no Haiti, o pequeno ganho salarial, que, apesar de estarem empregados é uma quantia insuficiente para o próprio sustento e também dificulta, o envio de dinheiro para o país de origem como forma de ajuda para os familiares que ficaram, e o próprio migrante tem a esperança de trazer a família para o Brasil. São fatores que abalam a adaptação do migrante no Brasil.

As famílias funcionam como unidades de sustentação dos processos migratórios; o padrão, a motivação e as estratégias migratórias são influenciados pelo nível de recursos das residências, pela estrutura de sexo e idade da família, pelos estágios do ciclo de vida familiar (ASSIS, 2011, p. 71).

É neste âmbito familiar, e em sua dinâmica ao longo das trajetórias migratórias, que se chama a atenção para as experiências traumáticas do migrante. Segundo Assis (2011), a articulação das redes de parentesco, bem como a formação de vínculos entre os membros da família e a criação de redes de apoio mútuo foram habilidades desenvolvidas a partir de rompimentos familiares. Mas como captar as transformações ocorridas nas famílias ao longo das trajetórias migratórias? Como acompanhar as renegociações dos papéis de homens e mulheres, da origem ao destino, e as influências na própria dinâmica migratória? São perguntas que cada migrante faz ao sair de sua casa.

Nesta dinâmica familiar podemos acrescentar outros pontos importantes que influenciam no cotidiano do migrante que pode interferir na família, muitos são os problemas

enfrentados como: a falta de infraestrutura nos serviços públicos de saúde, a falta de assistência jurídica, o que dificulta a tramitação de documentos, ausência de uma legislação atualizada, dificuldade de comprovar a escolaridade, atendimento lento e burocrático nas repartições. Isto nos demonstra que ainda há muito a avançar no Brasil no que se refere à temática da imigração.

A dificuldade da língua, mesmo com programas de estudos desenvolvidos, no caso dos haitianos em Três Lagoas, ainda é um entrave que acaba dificultando o processo de adaptação do migrante, pois, além da comunicação nos órgãos públicos, no trabalho ela também é dificultada. Um exemplo é a falta de entendimento por parte dos trabalhadores migrantes, em relação aos descontos feitos em folha de pagamento. Não entendem os cálculos realizados e, acreditando que estão sendo lesados, acabam se decepcionando com o valor recebido, muito aquém do esperado.

Outro ponto importante são as condições de trabalho. Na busca de uma vida melhor em outro país, de ganhar dinheiro e proporcionar a si e a seus familiares uma melhor condição de vida no país de origem, o migrante se sujeita a condições de trabalho que colocam em risco a sua saúde física e mental. Trabalha sem seguridade, sem equipamentos adequados e por longas e intensivas horas. O estresse que a maioria vive, por não possuir documentação e, conseqüentemente, por correr o risco de ser deportado, provoca um contínuo estado de alerta e medo, causando também danos à saúde psicológica. Na busca de ganhos financeiros rápidos, o migrante se descuida das prescrições de cuidado com sua saúde. Destarte, motivados por realizar seu projeto migratório em curto espaço de tempo, muitos migrantes ignoram os sinais que indicam o esgotamento e as possíveis doenças do corpo e da mente.

A busca pela moradia é outro desafio, pois o salário é baixo, não sendo suficiente para pagar o aluguel, o que os faz viver em casas compartilhadas por duas ou mais famílias ou em quartos alugados em quintais coletivos.

4.6. O isolamento do migrante e a importância das redes sociais

Fator determinante na integração social dos migrantes na sociedade de acolhimento é a aquisição de um conjunto de competências sociais e culturais. Entre estas competências, as habilidades assumem uma importância particular, dado que permitem criar e manter formas de relacionamento com a população local e a aquisição de informações sobre oportunidades existentes nas diversas esferas sociais (oportunidades culturais, econômicas, etc.).

Mesmo com o acolhimento de amigos e alguns familiares os migrantes citavam a falta que a família fazia em suas vidas, enfatizamos que a família é o espaço indispensável para a garantia da sobrevivência e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando. É ela que propicia os aportes afetivos e, sobretudo, materiais, necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes.

Eu disse se tenho dinheiro, eu volto para o Haiti e faço plantação lá, por que tenho um filho, eu gosto de meu filho para colocar na escola para ele terminar escola, não ser igual a mim sem escola...aqui no Brasil eu não tenho estudo, não tenho família, sinto saudades de minha família e minha casa ... não sei o que fazer ... não tenho que pensar nisto... assim sem saber o que fazer, mas...quero voltar para Haiti. Eu tenho que ajudar pessoas lá no Haiti, por que hoje aqui no Brasil estou vivendo muito mal, e viver mal aqui e no Haiti, prefiro viver no Haiti. (Derác)

Deste modo, os problemas vivenciados pelos nacionais são intensificados para àqueles que são migrantes. É importante denotar o quanto tem que ter coragem para prosseguir “lutando” por sua sobrevivência e de sua família, mesmo diante de tantos obstáculos.

A rede social de migrantes é formada por àquelas pessoas do país de origem que já se encontravam no país de destino. Esta rede é composta por pessoas que não possuem vínculos consanguíneos, mas estão próximas e cumpre uma função valorosa. Normalmente a rede social de migrantes faz-se com pessoas de um mesmo país, devido a sua identificação linguística e cultural, sendo assim podem se ajudar mutuamente e sentem-se apoiados e protegidos uns pelos outros. Como substitutivos dos familiares os laços compostos pela amizade tecem uma rede fundamental para garantir a sobrevivência e estabelecimento de vínculos no país de destino.

A dificuldade da continuidade de laços com brasileiros, discutidos anteriormente neste texto, tem relação com o fato de esse tipo de laço a ser estabelecido geralmente com conterrâneos e migrantes de outras nacionalidades, principalmente africanos. No entanto, reflexões acerca da constituição do sujeito, sua socialização na cultura e os próprios impactos da migração apontam questões importantes nesse sentido.

O fato é que os migrantes que se deslocam à procura de sobrevivência, são pessoas que trabalham muito. Outro fato perceptível é que têm pouco tempo e recursos para o lazer. Como resultado, observa-se a restrição no que se refere à circulação na cidade de residência e, conseqüentemente, a redução nas relações sociais que poderiam advir desses percursos. Assim,

esses imigrantes restringem-se, de maneira geral, aos períodos de trabalho/estudo e de permanência em casa, tanto pela falta de tempo quanto de dinheiro. Esse aspecto dificulta a integração na cultura de acolhimento, o que certamente é envolto por outras características além dos recursos concretos.

Assim, a dificuldade de integração com os brasileiros nativos também emergiu das narrativas como algo que opera na manutenção do isolamento dessas pessoas. Suas relações se restringem, de maneira geral, à convivência com conterrâneos ou outros imigrantes africanos.

A tristeza e a percepção de mudanças em si foram às formas encontradas pelos participantes para representar as reminiscências do terremoto que atuaram como fator de risco. Manifestada por formas distintas – choro, evita falar sobre o tema, silêncio – a tristeza foi o sentimento mais nomeado pelos participantes como aquilo que restou do terremoto em suas vidas. É caracterizado como fator de risco pela sua insistência, agravada pela migração, que mantém cenários de distâncias: da família, de hábitos, lugares.

Todas as situações, desencadeadoras por tristezas e angústias, por terem se colocados em contato com a perda. Todos os fatores de risco identificados parecem remeter à fragilidade que os participantes percebem em si mesmos, o que acaba por falar da necessidade de uma rede social, atualmente atravessada pelas dificuldades impostas pela migração. Permeados pelas perdas, sentem, em alguns momentos, que perderam a capacidade e a possibilidade de estabelecer novos vínculos, visto que os efeitos das perdas cravam algo diferente em suas histórias. Todas estas evidências colocam os migrantes em total desconexão com o prazer de ser uma pessoa de direitos e sentimentos.

Assim observa-se, nesta pesquisa, que os laços estabelecidos durante a jornada de trabalho, entre trabalhadores migrantes e brasileiros formam uma rede de proteção formada por vínculos comunitários, servindo como enfrentamento às diversas formas de alienação que estas relações têm a fragilidade do “pré” conceito existente em nossa cultura de concorrência e da sobrevivência no trabalho.

CAPÍTULO V - POLÍTICAS PÚBLICAS E O TRABALHO MIGRANTE HAITIANO

5.1. Políticas Públicas de acolhimento em Três Lagoas

Cabe lembrar que a temática migratória ainda é recente e de certo modo nova no contexto das políticas públicas existentes no Brasil, o que nos coloca ainda em uma fase de aprendizagem do que o fenômeno representa, assim como da compreensão que adotamos de seu significado para o país e da relevância das questões relacionadas à migração e o conhecimento das empresas sobre este tema.

Assim, a Prefeitura Municipal de Três Lagoas (MS), no ano de 2017, por meio de sua Secretaria Municipal de Assistência Social, Cidadania e Trabalho - formulou um questionário que foi aplicado nas empresas cadastradas - para obter informações sobre o percentual de migrantes trabalhadores, sendo que 65% das instituições cadastradas que responderam ao questionário iniciaram suas atividades depois do ano 2000, e todas possuem em seu quadro colaboradores migrantes. Mesmo assim, já é possível utilizar a experiência acumulada na pesquisa para a construção coletiva de conhecimento a ser compartilhado em todas as instâncias de governo e com a sociedade civil.

As migrações exigem uma capacidade da máquina pública de otimizar experiências, viabilizando a sistematização de saberes que a experiência acumulada dispõe nas diferentes realidades locais do país. Isto é fundamental para que as ações, os programas e até mesmo os discursos sejam construídos com coerência e, sejam aderentes aos temas e às configurações da realidade específica do fenômeno migratório atual do Brasil, o que inclui os fluxos de emigração e de retorno.

A migração traz consigo todas as fases da vida de uma pessoa e todos os âmbitos da existência, do trabalho ao lazer, da felicidade ao crime, da doença ao sucesso profissional e social. Cada vez mais migrantes serão sujeitos presentes em todas as políticas e em todas as instâncias da vida pública. Quanto menos tivermos previsto e incluído esta parte da realidade nos processos de ideação e elaboração das políticas e das leis, tanto mais o tema se apresentará como problema para a sociedade e tanto mais quem migra estará exposto a riscos de violações de Direitos Humanos.

Ao mesmo tempo, a falta de transversalidade no trato do tema tem um efeito perverso evidente: nem os sujeitos que migram nem servidores ou profissionais têm conhecimento das leis, das normas, dos direitos e dos deveres que se referem aos imigrantes, o que resulta em maior probabilidade de infrações e violações, mas também em menor possibilidade de defesa e proteção de direitos.

Como observado por Santin (2013, p.19), “as políticas públicas têm ligação direta com o Estado Democrático de Direito, como se nota no próprio preâmbulo da Constituição Federal de 1988, o qual direciona as finalidades do Estado para a preponderância dos direitos sociais e individuais”, preservando-se a liberdade, segurança, bem-estar e desenvolvimento, edificados na harmonia social e na solução pacífica das controversas.

Lei de Migração (2017), que substituiu o Estatuto do Estrangeiro (1980) e define os direitos e deveres do migrante e do visitante, regula a sua entrada e estada no País e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas para o migrante. Podemos considerar inovadora e um avanço em relação ao Estatuto do Estrangeiro, criado em 1980, ainda durante a ditadura militar, a nova legislação não considera mais o migrante uma ameaça à segurança nacional e pauta-se pelos direitos humanos.

Quando a lei da Migração foi sancionada, em maio de 2017, o texto foi bem recebido por organizações de defesa dos direitos humanos, uma vez que fora elaborado durante vários anos em conjunto com representações da sociedade civil e contempla princípios como a não-discriminação, o combate à homofobia e a igualdade de direitos de trabalhadores migrantes e nacionais. Um dos princípios contidos na lei, por exemplo, é a não discriminação em razão dos critérios ou dos procedimentos pelos quais a pessoa foi admitida em território nacional.

Mas já temos decreto de regulamentação da nova lei, que é um dispositivo jurídico que explica a lei e como ela deve ser aplicada. O decreto regulamentar não pode contrariar a lei, mas o decreto tem aspectos claramente contrários à própria Lei de Migração, como a previsão de prisão do migrante que será deportado, quando o artigo 123 da lei expressamente proíbe privação de liberdade por razões migratórias.

5.2 Políticas Públicas de acolhimento migratório em Três Lagoas-MS

A inserção de grupo de migrantes na sociedade não faz-se de maneira fácil, muitos são os entraves que dificultam este processo. A inexistência de políticas públicas que visem o acolhimento desse trabalhador no mercado de trabalho, a falta de uma maior articulação entre os diversos órgãos públicos pelos quais passam esses imigrantes, a falta de diálogo entre governo e sociedade civil, fazem com que o processo de adaptação seja penoso.

As portas do país foram abertas aos haitianos, mas falta mais controle e melhores condições para que se possa atender a essa demanda. O migrante ao chegar, enfrenta tantos ou

mais obstáculos quanto os enfrentados em seu país de origem ou durante o trajeto que realizaram. Na maioria das vezes o migrante não desenvolve o sentimento de pertencimento ao lugar no qual vivem. O sentimento que melhor se encaixaria para esse grupo de migrantes, especificamente os haitianos, é o de provisoriedade.

Afinal, o que é um imigrante? Um imigrante é essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito. Em virtude desse princípio, um trabalhador imigrante (sendo que trabalhador e imigrante são, neste caso, quase um pleonasma), mesmo se nasce para a vida (e para a imigração) na imigração, mesmo se é chamado a trabalhar (como imigrante) durante toda sua vida no país, mesmo se está destinado a morrer (na imigração) como imigrante, continua sendo tratado como um trabalhador definido e provisório, ou seja, revogável a qualquer momento (SAYAD, 1998, p. 54).

Até mesmo juridicamente o migrante é visto como “provisório”, pois recebe um visto temporário ao adentrar o país. Provisoriamente, instala-se numa determinada cidade, mas que na perspectiva de algo melhor, muda para outra, muda de casa, muda de emprego, enfim, de forma incerta, vai trilhando sua trajetória na busca pela integração por meio do trabalho. E em sua grande maioria sonham com o retorno, de que num futuro poderão voltar para junto de suas famílias e amigos.

Cabe a lembrança de que a constituição brasileira alcança, como direito fundamental, o direito ao trabalho, restando à necessidade de positivar ações estatais direcionadas à preocupação com a questão da igualdade entre as pessoas. Torna-se, então, uma responsabilidade do Estado a não violação e a aplicação dos direitos fundamentais. Sobre a internalização dos tratados internacionais no direito brasileiro, a consagração dos direitos humanos ocorre por meio de tratados e declarações.

O mesmo, conforme Schwinn e Freitas (2016) vale para os direitos dos migrantes e refugiados, sendo que o Brasil participou ativamente na declaração universal dos direitos humanos, assinando e ratificando os principais tratados internacionais relacionados aos direitos fundamentais.

Esses mecanismos não impossibilitam violações aos direitos fundamentais, especialmente para pessoas em situação migratória, considerando a grande fragilidade em que se encontram, o que faz com que repitam práticas adotadas aos tempos da escravidão no Brasil.

Os autores prosseguem dizendo que o Brasil é um dos países que mais burocratiza a vida dos migrantes, perdendo apenas para a China. Isso porque o país não possui uma agência

de migração desvinculada da polícia federal, o que tende a criminalizar os migrantes. Neste sentido, está em jogo a política de segurança nacional em detrimento à todas as políticas que visem pensar o migrante como cidadão de direitos.

Considerando essas informações, Schwinn e Freitas (2016) entendem que, ainda que existam diferentes tratados internacionais e uma constituição relativamente avançada na perspectiva dos direitos sociais, aos trabalhadores migrantes, refugiados ou econômicos, é reservada uma espécie de limbo entre a não proteção e a meia proteção. A isso, se junta o fato de que, nos últimos anos, as migrações para o Brasil passam a incorporar o sul global, isto é, não são europeus de pele clara e olhos azuis. Isso faz com que o contexto migratório brasileiro se torne ainda mais complexo.

Tal complexidade requer uma perspectiva de políticas que combinem a inserção dos migrantes e refugiados no mercado de trabalho formal, com a proteção de direitos humanos. O que torna necessário deixar de lado e desnudar visões e discursos que simplifiquem o fenômeno migratório, tanto na perspectiva economicista, quanto na que reduz os migrantes à simples força de trabalho.

Deste modo, nossa última abordagem nesta pesquisa tratou do acesso às políticas públicas municipal de Três Lagoas voltadas aos migrantes. Assim, nas entrevistas realizadas com os técnicos do trabalho do Centro Integrado de Atendimento ao Trabalhador ligado à Secretaria Municipal de Assistência Social, cidadania e Trabalho da Cidade de Três Lagoas, o órgão tem a função de garantir o atendimento à população local para o acesso aos novos postos de trabalho, com atendimento aos trabalhadores com a intermediação da contratação de mão-de-obra, qualificação profissional, trabalho e renda, seguro desemprego e emissão de carteira de trabalho.

O atendimento tem procedimentos padrão tanto para os nacionais quanto para os migrantes, unificando e integrando as ações de inserção ao emprego, assim os técnicos apontam sobre alguns pontos nos procedimentos institucionais quando o atendimento é realizado a um migrante.

Fazemos os procedimentos padrão como para qualquer cidadão. Passa por uma entrevista conosco, com os técnicos da triagem, que consiste em confirmar os dados fornecidos e reafirmar que conforme a disponibilidade das vagas entramos em contato, com os migrantes haitianos sentimos uma dificuldade, por que eles chegaram ansiosos por trabalho e não tínhamos estrutura para atendê-los, os primeiros

migrantes que chegaram, sofreram um pouco mais que os que chegaram depois. (TL I)

A padronização no atendimento é uma forma de garantir o cumprimento da Lei Federal n. 13.445/2017, busca assegurar aos migrantes a igualdade de tratamento e de oportunidades na esfera laboral. Além disso, a Lei faz expressa menção ao princípio e à diretriz da promoção do reconhecimento acadêmico e do exercício profissional no Brasil, nos termos da lei (art. 3º, XXI). No seu artigo 4º, a Nova Lei de Migração garante ao migrante o cumprimento de obrigações legais e contratuais trabalhistas e de aplicação das normas de proteção ao trabalhador, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória.

Ainda, conforme relato dos técnicos do trabalho, a chegada dos primeiros haitianos à cidade se deu por meio de uma empresa de produção industrial que buscou alguns migrantes no Acre, mas em pouco tempo eles deixaram o trabalho e foram buscar outras oportunidades. No entanto, a possibilidade de emprego atraiu mais haitianos para Três Lagoas e, no momento da entrevista, chegavam na agência de trabalho mais migrantes residindo na cidade, algumas vezes em situação de extrema vulnerabilidade.

Acolhida foi feita pela equipe da Assistência Social da Prefeitura de Três Lagoas estava fazendo levantamento dos haitianos e captando vagas de emprego para ofertar a eles, além de colaborar com o atendimento às necessidades básicas, como alimentação e locais para dormirem e benefícios emergenciais, uma dificuldade relatada refere-se ao trabalho de acompanhamento das ações, pois é grande a mobilidade dos haitianos.

Os entrevistados, os haitianos vivem no Haiti uma cultura de trabalho mais informal, no Haiti os direitos trabalhistas têm outras exigências, assim, os migrantes haitianos não entendiam os procedimentos das documentações trabalhista, criando obstáculo ao entendimento da documentação necessária para a contratação e dos descontos devidos conforme a legislação brasileira.

Diante desse cenário, a Prefeitura de Três lagoas realizou reuniões intersetoriais: saúde, educação, assistência social e trabalho, visando pensar estratégias para conhecer a realidade dos haitianos para melhor atender às suas necessidades.

O atendimento realizado por técnicos é denotado no depoimento abaixo, neste o participante desta pesquisa evidencia claramente a dificuldade com a língua francesa dos haitianos, pois embora estes falem o *creole* entre si, a língua oficial é o francês, língua pouco difundida no Brasil.

Então, na realidade quando o migrante chega aqui na casa do trabalhador ele já vem acompanhado de um haitiano que já fala português. Aqui por exemplo, na casa do trabalhador, é uma agência de emprego, uma instituição mista, entre o estado e o município e a gente usa a plataforma do Ministério do Trabalho, então a maioria da demanda de emprego passa por aqui e os haitianos requerem uma atenção. (TL I)

E assim, o atendente retrata em sua fala que “os haitianos requerem atenção”, demonstrando a necessidade premente de realização de atendimento diferenciado para estes, o qual muito provavelmente demandará mais tempo e energia.

Em relação às dificuldades de comunicação causadas por não conhecerem nosso idioma, uma organização da sociedade civil estava, no momento de realização da pesquisa, oferecendo aulas de português ministradas por professores contratados pela Prefeitura de Três Lagoas com algum conhecimento do francês. Os entrevistados informaram que o município não dispõe de política de integração para migrantes estrangeiros.

A seguir tem-se as respostas dos técnicos, onde mostram a contradição impressa na concepção dos brasileiros entrevistado, ou seja, enquanto o primeiro técnico reconhece que estão passando por dificuldades, mas logo ressalta que nada se pode fazer, o segundo técnico aponta na expressão de sua fala que é necessário pensar na inserção do migrante/refugiado no mercado de trabalho e que isso é “*uma questão bastante delicada.*”

Eles realmente estão passando por dificuldades, MAS NADA PODEMOS FAZER³⁶, aí enviamos, ou seja, informamos o endereço da Secretaria de Assistência Social para um auxílio, eles também sempre estão pedindo que enviemos para o e-mail da secretaria as vagas da semana ou as do dia. (TL I)

Por que? Se a gente não fizer nada, é por eles, causa uma disfunção social.

Percebemos que eles são bastantes unidos, um ajuda o outro, porém a inserção no mercado de trabalho é uma situação muito delicada, por que? Os cursos que eles fazem no Haiti, a especialização, aqui não são reconhecidos, por exemplo, o ensino médio lá no Haiti não é reconhecido aqui. (TL II)

³⁶ Grifo nosso, e também a fonte em maiúsculo. Para que o leitor possa compreender melhor as arguições do texto.

Quando se pensa na *questão bastante delicada*, é que se exprimi o quanto o assunto é complexo e que esta demanda atenção por parte das autoridades e principalmente políticas que possam facilitar o processo de inserção dos migrantes/refugiados no mercado de trabalho. Neste sentido, pode-se citar o oferecimento de cursos de língua portuguesa e cursos de qualificação profissional para preparação para inserção no mercado de trabalho.

Outro fenômeno mencionado pelos entrevistados é que já estão nascendo na cidade filhos de haitianos que necessitam do amparo da assistência social e da saúde. A comunidade tem se mobilizado para auxiliá-los por meio das igrejas católicas e evangélicas, mas o poder público, durante a pesquisa estava ausente. Verificamos que ao chegarem em Três Lagoas muitos migrantes já não dispunham de recursos, nem mesmo para as necessidades básicas e outros chegavam debilitados e doentes. Aqueles que ainda tinham algum recurso alugaram casas e quartos, que foram compartilhados entre familiares e amigos; quem não tinha teve que contar com o apoio humanitário da Igreja Católica, que arcou com o ônus da acolhida naquela cidade, as Igrejas evangélicas também participaram, porém, oferecendo apenas seus espaços para o culto em língua materna.

Em síntese, os principais problemas/desafios apresentados pelos entrevistados e autoridades governamentais em relação à situação dos haitianos em Três Lagoas são:

Tabela 05 - Os desafios da Inserção no trabalho

Desafios Apresentados	
Informação	Situação
Os migrantes haitianos chegam procurando emprego, especialmente vagas na área da produção em indústrias.	Apesar de alguns serem professores de ensino básico e terem qualificação em áreas como direito, economia, design de joias, dentre outras. Parece que chegam com a informação de que a indústria é a área que melhor paga os migrantes haitianos, o que tornou a cidade de Três Lagoas uma referência para os haitianos;
Reivindicam melhores salários	As vagas oferecidas são ocupações mal remuneradas e algumas vezes recusam o trabalho braçal. Mais uma vez chegam com

	informações equivocadas, sobretudo em relação aos salários no Brasil.
Fiscalização precária	Os sindicatos dos trabalhadores fiscalizam o horário de trabalho dos haitianos para identificar situações de exploração, mas quando precisam do trabalho, omitem informações;
Regularização de documentos trabalhistas	As carteiras de trabalho são provisórias (tempo de análise no Comitê Nacional para os Refugiados- CONARE /visto humanitário), em torno de seis meses.
Rede de acolhimento	Para além das redes oficiais de acolhida, marcadas em geral pelo imprevisto e precariedade, vale ressaltar também a vitalidade das redes de ajuda mútua nos locais de recepção, cujo apoio foi decisivo na inserção daqueles que chegavam sem moradia e não dominavam o idioma local. Nesse sentido, os laços de solidariedade, apoiados em vínculos familiares e de conterraneidade no interior das redes migratórias, podem ser marcados tanto pela Fragilidade quanto pela força.

Tabela elaborada pela autora.

Para além das ações emergenciais, outras iniciativas foram sendo criadas no âmbito das igrejas e sociedade civil, como alguns projetos de geração de renda, entre eles, a fabricação de sorvetes para serem revendidos por haitianos, cursos de culinária, um ateliê de costura e a Casa de Apoio às mães que não têm onde deixar seus filhos enquanto trabalham. Criada em 2013, essa “creche” depende de doações para funcionar e atender cerca de 24 crianças, sejam elas brasileiras, haitianas, venezuelanas ou equatorianas. Em junho de 2016, foi criada também

a Casa de Passagem João Batista Scalabrini, em parceria com a Arquidiocese de Três Lagoas, com o objetivo de atender migrantes que passam pela cidade, independente da nacionalidade.

Percebemos que as demandas das migrações em território brasileiro ainda têm muito a caminhar. Assim quem tem realizado este primeiro atendimento, ou seja, na ausência de políticas públicas adequadas são as instituições da sociedade civil e a própria sociedade que hoje estão tentando alternativas de enfrentamento à situação imposta na realidade social.

5.3 Mercados de Trabalho para o haitiano: Empresas e empregadores

Com a mundialização e a hegemonia do capital financeiro, a difusão das novas tecnologias de informação e comunicação e o advento da denominada “produção flexível”, foram desencadeadas novas formas de organização da produção, intensos processos de reestruturação produtiva e profundas mudanças na divisão internacional do trabalho.

Em um período marcado por instabilidade econômica, taxas de crescimento modestas na maioria dos países e a ascensão das ideias neoliberais, essas mudanças provocaram uma degradação da condição salarial (com desregulamentação, flexibilização e fragmentação do mercado de trabalho, precarização dos contratos, expansão da subcontratação e de outras formas “atípicas” de emprego), um extraordinário crescimento do desemprego e a restrição de direitos, enfraquecendo identidades e solidariedades tradicionais e homogêneas de classe e a capacidade de reivindicação e resistência dos trabalhadores (HARVEY, 1993; CASTEL, 1995).

Tendências a certa desestabilização da condição salarial, ao crescimento de ocupações precárias e do desemprego e a uma restrição dos mecanismos institucionais de proteção social têm levado aos países avançados condições ocupacionais antes típicas das sociedades menos desenvolvidas e atribuídas ao seu atraso, com o surgimento e estigmatização do que tem sido denominado como *underclass*, a preocupação com a “exclusão social” e a penalização da miséria (CASTEL, 1995).

Hoje é esta a realidade das empresas que estão instaladas em Três Lagoas, temos uma recessão por conta da crise econômica brasileira e segundo os técnicos do trabalho do município, o desemprego atinge a todos, mas que as empresas/ fábricas contratam, pois, a rotatividade de colaboradores é grande, por vários motivos e que nas contratações não possuem resistência em contratar os migrantes haitianos, conforme nossos entrevistados relatam:

*Eles são bem aceitos, por que as empresas percebem que eles são trabalhadores e quando oferecemos migrantes haitianos eles sempre querem, vamos dizer que de 100% de empresas. Quando digo empresas são a de grande porte, nenhuma tem objeção, mas as empresas de médio porte que é na média empresas que possuem até 500 funcionários estas têm algumas que ficam na dúvida, mas no final aceitam. Mas as pequenas e as micro estas até preferem os migrantes haitianos para oferecer baixos salários e explorar mesmo, aí **sempre alertamos que eles tem os mesmos direitos que todos os outros possuem, mas sabemos que no fundo sempre tem a exploração.** (Três Lagoas)*

*Não observamos discriminação... as empresas querem trabalhadores, que trabalhem... Independente da raça. Sempre orientamos os migrantes sobre os direitos e deveres de um trabalhador aqui no Brasil... eles ouvem com atenção, porém você sabe, né... que **têm exploração trabalhista** até com brasileiros, assim orientamos, mas.... Temos dificuldade com a linguagem... **eles, as empresas, sempre pede que eles, os migrantes, falem e entendem um pouco de português.** (Três Lagoas II)*

A abundância de mão de obra e a dimensão do “exército de reserva” permite tanto a compressão salarial como uma coexistência entre o “moderno” e o “tradicional”, com a persistência de relações de trabalho precárias em setores como o pequeno comércio, os serviços pessoais ou serviços gerais. Mesmo nas áreas mais dinâmicas, uma reduzida camada de alta renda (com grande poder de consumo e influência social) e camadas médias ampliadas, diversificadas e em ascensão passaram a conviver com um proletariado industrial e terciário e com um vasto, instável e heterogêneo contingente de trabalhadores pobres, de vida incerta e duvidosa.

Percebemos que a questão do trabalho ainda tem entraves, pois na ausência de transformações estruturais e conscientização da sociedade, mais profundas, boa parte da população de Três Lagoas urbanos permanece excluída dos direitos trabalhistas e sociais básicos, em condições de marginalidade ou vulnerabilidade, essa última entendida como “condições propulsoras” de “desvantagens sociais” e riscos de indivíduos e grupos caírem em estados de carência ou fragilidade de vínculos de inserção e mobilidade social (Ivo, 2012, p.200).

Centrada na inserção precária ou na desfiliação do mercado de trabalho, essas condições vêm sendo acentuadas pela reconversão do tratamento da questão social no Brasil.

Como assinala Ivo (2012), embora as condições desfavoráveis de inserção no mercado de trabalho e os baixos níveis de remuneração ampliem a necessidade de assistência, requerendo um papel decisivo do Estado na área social, este vem buscando adaptar o sistema de proteção nos limites do ajuste econômico. E, com isso, transitando de um modelo universalista, que se propunha a assegurar direitos sociais mínimos e universais a todos os cidadãos para enfrentar situações de risco, para uma intervenção centralizada em programas emergenciais e focalizados sobre os mais pobres. Nessas circunstâncias, até pela dimensão da sua população, as regiões metropolitanas brasileiras continuam se configurando como um dos territórios privilegiados das desigualdades, da vulnerabilidade e da exclusão social.

5.4 Trabalho Migrante: exploração e discriminação?

O método investigativo teórico de Marx é o materialismo histórico dialético, para ele, os fenômenos econômicos determinam os outros fenômenos seja na área cultural, social ou qualquer outro segmento, e o modo de produção alteram e transformam a sociedade. Para esse teórico, a história da humanidade é a história da luta de classes, as classes sociais sempre estiveram incessantemente em conflito e mantiveram uma luta constante, por vezes uma luta velada, noutras francas e abertas. Luta que termina sempre com a transformação revolucionária de toda a sociedade ou pelo colapso das classes em luta.

Esse teórico é um crítico do modo de produção contemporânea e capitalista, ele percebeu que os trabalhos nas fábricas geravam duas situações de exploração: a alienação e a mais valia. Na primeira situação de exploração, a alienação, o trabalhador, só tem acesso a uma parte do processo de produção, dessa forma, cada trabalhador tendo consciência de apenas uma parte, nunca terá consciência do todo. Ele desconhece as etapas de produção e o produto final, dessa forma, nunca estará ao alcance do trabalhador. Na segunda situação de exploração é o processo de mais valia, Marx atesta essa tese na sua obra “O Capital”, ele vai mostrar que os trabalhadores produzem muito mais do que eles ganham existindo uma significativa diferença entre a produção e a remuneração dos trabalhadores. “Porém, todos os métodos que ajudam à produção do sobre valor, favorecem igualmente a acumulação, e toda a extensão desta necessita por sua vez daquelas.” (MARX, 1867-2017. p. 265). Marx salienta que os empresários tinham duas maneiras de aumentar a mais valia, ou seja, esse ganho de capital, uma era aumentar a

jornada de trabalho, a outra era incrementando o processo produtivo com novas tecnologias promovendo a velocidade da produção.

O crescimento econômico e o bem-estar social do trabalhador estavam intimamente ligados ao trabalho, o qual estes feitos se tornavam possíveis somente por meio da atividade diária. Entretanto, na atualidade não é essa a realidade que se apresenta. A nova configuração globalizada oferecida a população acentua cada vez mais a desigualdade. Em que o homem é visto como mero ser capaz de vender sua força de trabalho, solidificando o capitalismo imperioso que se aproveita da mão de obra disponível para ser firmado como potência e oferecendo aos trabalhadores valores aquém do necessário para seu bem-estar, não importando mais o desenvolvimento social de todos, mas apenas de alguns.

Esta é umas das realidades de Três Lagoas, mas não é somente com o migrante é também com qualquer outro trabalhador. O caso do migrante, diante de todas as dificuldades já evidenciadas neste texto, pode-se constatar nas falas dos técnicos do trabalho que interagem tanto com o trabalhador como o empregador. Pode-se observar situações que vão desde a discriminação até à convivência com o diferente.

Sempre tem uma fala ou um questionamento quando oferecemos os migrantes trabalhadores para a vaga de emprego, mas não acredito que seja preconceito, é o diferente, não saber como conviver com este migrante. Eles perguntam se são de confiança e trabalhadores... Perguntas que não tenho como responder, mas sempre digo que os migrantes que arranjar problemas, ficaram sem vaga aqui na casa do trabalhador, sei que é errado, mas falo para os migrantes e para o empregador, como uma forma de alerta, sei que não posso fazer, isto, né... Você acha que é Coação? ... (risos) acho que não..., mas é uma forma de mantê-los empregados e ter como se manter... por que antes tínhamos muito migrantes que voltava aqui falando que não gostou do trabalho, não gostou do tratamento e que ele tinha diploma que queria trabalhar na área de formação... As empresas e os empregadores não querem nem saber ... trabalhando ... eles não questionam, o problema é mesmo a comunicação, que é a língua. (Três Lagoas)

Sim, tem migrantes que voltam a procurar emprego, aqui, sim.... Os motivos são vários.... Não gostou do trabalho, por questões de horário, baixos salários, sem comunicação com os colegas e chefes do trabalho...Encontra um emprego melhor e saí de um, entra no outro... Têm motivos que ele acha que está sendo explorado ou discriminado...mas sabe que as vezes também acho ... mas este ponto eu não posso ajudar, e quando eles me reclamam eu falo que eles

podem ir na secretária de assistência social e ver lá o que pode ser feito...mas eu acredito que eles não vão, não. (Três Lagoas II)

O migrante trabalhador apresenta alto grau de vulnerabilidade de tornar-se vítima do trabalho da discriminação, da exclusão e, em alguns casos do trabalho escravo. Há sempre o risco latente de abuso por parte do empregador que se serve dessa mão de obra, que vem de outros países e que vem para melhorar a sua situação pessoal, uma vez que esse trabalhador se desloca buscando melhores condições de vida. Em um estudo da Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho³⁷, constatou-se que 20% das vítimas são migrantes, que se encontram em uma situação de alto grau de vulnerabilidade, devido às desigualdades estruturais históricas, que as colocam numa posição de desvantagem em comparação aos demais cidadãos.

A circunstância intrínseca à migração, consistente no deslocamento do indivíduo do seu local de origem, leva-o a uma condição de risco, uma vez que não conhece os mecanismos que lhe possibilitem sair de uma situação de abuso. Como agravante da vulnerabilidade, tem-se a situação de pobreza, um fator estrutural que coloca os cidadãos em patamares desiguais, e também a questão de gênero, visto que as mulheres são afetadas de forma mais dramática.

O ser humano somente é capaz de ser dono do seu próprio destino se tiver meios para isto, no caso estes meios se apresentam como econômico. Quando o homem assume seus gastos e passa a viver a partir do que produz por meio da força de trabalho, então adquire controle sobre suas ações.

O trabalho é imposto ao ser humano como uma condição necessária, algo natural, inerente a sua subsistência, em que todos dentro da sociedade desenvolvem algum tipo de atividade, enquanto aquele que nada faz é visto como um encosto que está alienado a viver eternamente na privação. Assim, o trabalho era um esforço coletivo de que cada membro da espécie humana tinha que participar. O resto não passava de resultado: colocar o trabalho como “condição natural” dos seres humanos, e estar sem trabalho como anormalidade; denunciar o afastamento dessa condição natural como causa da pobreza e da miséria, da privação e da depravação (BAUMAN, 2001, p. 158).

Essas podem ser concepções corretas, entretanto na sociedade capitalista atual esse modelo de trabalho impregnado no homem como condição necessária para engrandecimento da sociedade passou a ter uma nova roupagem, deixando de ser imperioso e passando a receber

³⁷ Este foi um estudo interno produzido e realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho e está em arquivo próprio, no qual está somente como embasamento para futuras ações deste órgão.

significação estética, na qual os benefícios coletivos, principalmente econômicos ficaram de lado, e o que importa é a satisfação pessoal em desenvolver determinada atividade, independente dela engrandecer ou não. “Raramente se espera que o trabalho ‘enobreça’ os que o fazem, fazendo deles ‘seres humanos melhores’, e raramente alguém é admirado ou elogiado por isso” (BAUMAN, 2001, p.159). Assim, o trabalho deixa de ser sinônimo de ético social e passa a ser ético individual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho é indispensável ao desenvolvimento da sociedade humana. É meio de produção de riquezas, possuindo relevância fundamental para a economia em geral. Também é central para o estabelecimento de políticas públicas e definição de programas de governo, tamanho o seu impacto na vida das pessoas. O trabalho é ainda gerador de bem-estar psicológico ao ser humano, quando esse se realiza em sua profissão.

Durante séculos, o labor humano esteve, contudo, ligado a um sentido depreciativo, diante da escravidão e da servidão que caracterizaram a produção de bens econômicos ao longo dos tempos.

A história humana também revelou, infelizmente, uma exploração desmedida pelo trabalho de crianças e adultos, motivados pela ganância por acúmulo de capital, sobretudo durante a Revolução Industrial.

Outro grave problema encontrado para o equilíbrio das relações capital-trabalho foi a desigualdade existente entre os sujeitos da relação, não aquela natural disparidade econômica, mas a discriminação em razão de gênero, idade, cor, entre outras.

Restou evidenciado ainda um receio de que a união dos trabalhadores pudesse desafiar os detentores de capital e obstáculos foram colocados à liberdade de associação e de sindicalização, bem como ao livre estabelecimento de cláusulas negociais.

A relação entre migração e trabalho tem sido um tema discutido e constante nos últimos séculos, porém não podemos pensá-la apenas na ótica do fato sem relacionarmos os múltiplos aspectos que se inserem nessa problemática. Não podemos ignorar que o trabalho é o principal dinamizador desse processo. As pessoas migram, também, por fatores políticos, climáticos, estudos, questões de saúde, acompanhamento familiar e, ao fazerem isso, precisam de recursos para sobreviver e o trabalho é a fonte dos recursos para essa sobrevivência. Nessa dissertação dispensamos atenção ao trabalho por considerarmos que, conforme dados apresentados a partir de entrevistas, o desejo de muitos haitianos virem para o Brasil foi motivado pela expectativa de uma vida melhor por meio do trabalho, um contrato formal com a garantia de renda para viver no país e, também, enviar recursos para assegurar a sobrevivência da família.

A justificativa, em todos os casos que levantamos, é a de que o Brasil se mostrava, quando migraram, como um país com oportunidades econômicas. A migração haitiana para a cidade de Três Lagoas se iniciou de maneira aleatória, sem um planejamento prévio.

Devido ao superávit de trabalho em várias capitais do Brasil, promovido pelo contexto das instalações de empresas de grande e médio porte a cidade de Três Lagoas é um local que

chama a atenção pelos postos de trabalho e temos a construção civil que tem uma empregabilidade considerável.

Em Três Lagoas criou-se uma imagem de/dos haitianos, “homens que vieram para o trabalho” e “falantes de vários idiomas”, o que contribuiu para uma tentativa no processo de inserção social do grupo na cidade. Nesse intercuro, a Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho, por meio de trabalhos de “garimpagem” de postos de trabalho os favoreceu na interlocução com empresários locais. Por outro lado, à maneira que os haitianos passaram a fazer parte da paisagem social de Três Lagoas e à medida que se veiculava informações sobre o grupo, os motivos dessa migração – vistos como vítimas do terremoto que precisavam ser ajudados. Ao mesmo tempo em que essa “ajuda” veio, os desdobramentos revelam os processos de exploração de sua força de trabalho, inclusive por meio da violência.

O que se percebe é que o outro não é necessariamente pensado para ser revelado, o que se revela aqui é a identidade de um nós, a faceta cruel do etnocentrismo de pensar-se a si mesmo como o centro das atenções e o padrão referencial, enquanto o outro é relegado à condição de não-humano, alienígena, invasor e que coloca em risco a segurança e a estabilidade do nós e, portanto, pode ser tratado de maneira diferenciada.

A migração haitiana para o Brasil possibilita diferentes diálogos, como a política de migração, a alteridade, a presença de tropas brasileiras no Haiti, as relações internacionais dentre outros. Nosso objetivo foi discutir a relação entre migração, trabalho e inserção social do grupo na cidade de Três Lagoas. Migrar não é uma novidade para o povo haitiano, porém para o Brasil é uma experiência nova e vimos que a escolha do país se deu motivada por diversos fatores, contrariando o discurso do governo brasileiro ao atribuir esse fenômeno ao terremoto de janeiro de 2010 e amplamente reproduzido pela mídia, com base na Resolução 97 de 12 de janeiro de 2012.

Consideramos, até o presente momento, à guisa de conclusão desse recorte que escolhemos para estudo, que a migração haitiana para o Brasil se iniciou motivada pelo imaginário dos haitianos do país como um lugar com amplas possibilidades de trabalho. Por meio de nossa pesquisa de campo em Três Lagoas, constatamos que a tríade migração-trabalho-inserção social apresenta contradições que precisam ser repensadas em escala quádrupla, por parte dos haitianos, do Estado brasileiro, do empresariado e das organizações sociais que lidam com esses grupos.

Fica, portanto, a interrogação, se os haitianos se organizarão e seguirão o lema de sua bandeira nacional, *L'Union fait la force*, isto é, a união faz a força, e conseguirão, dessa forma, se inserir socialmente em campos de trabalho. Do Estado brasileiro se questiona se sua atuação mudará na perspectiva do estabelecimento de uma política clara de diálogo, ouvindo suas reivindicações como grupo que tem voz própria e rompa, dessa maneira, com a concepção apenas da lei.

Das organizações sociais, como igrejas ou comunidades envolvidas no processo de inserção social com os haitianos, percebemos que cada uma, à sua maneira, apresenta interesses diferentes e têm contribuído para a integração do grupo. À sociedade brasileira e, mais especificamente, que esse estudo possa servir como subsídio para mais informação e conhecimento sobre o Haiti e parte de sua população que nos últimos anos escolheu o Brasil como lugar para trabalho e moradia.

Não tivemos, em momento algum, a pretensão de pensar que esclarecemos a migração haitiana para o Brasil, pelo contrário, temos a convicção de que nosso esforço abre uma senda por um caminho novo para as discussões sobre esse tema no país. Hoje os haitianos no Brasil somam mais de trinta mil e, pela dinâmica dessa migração, estimamos que esse número terá uma variável em um espaço de tempo de alguns anos.

Assim, a tarefa de refletir sobre o fluxo migratório de haitianos para o Brasil se mostra um desafio triplo para que os respectivos agentes – a academia, o Estado e a sociedade – aceitem e pensem-no mais detidamente não como um fato, mas como uma realidade de múltiplas facetas. Em relação aos haitianos e, em certa medida, os brasileiros, essa realidade convida-nos a pensar sobre o passado para entender o presente e refletir sobre o futuro, sobre o poderá vir a acontecer sobre esse tema: migrações. Assim, percebemos que a história se repete, ela chama-nos às claras e cobra a construção do presente e do devir.

Consideramos que nosso trabalho – dadas as limitações – alcançou êxito em relação à sua proposta de apresentar e discutir a relação existente entre o processo de acumulação capitalista e movimentos migratórios, tendo como reflexão a migração haitiana para o Brasil com um acontecimento pontual e que se insere nessa lógica. Por não apresentar uma homogeneidade, os desdobramentos do fluxo migratório de haitianos para o Brasil convidam-nos para uma reflexão sobre as migrações. Não negamos que os sujeitos fazem escolhas em um processo migratório, mas essas escolhas estão condicionadas, em geral, a imperativos sociais

que extrapolam a vontade dos indivíduos e suas ações, dessa forma, devem adequar-se às condições imediatamente encontradas.

As pessoas podem fazer escolhas, no entanto, elas estão circunscritas a um emaranhado de acontecimentos históricos e sociais que as suas vontades passam a atender, não necessariamente aos seus desejos, senão àquelas situações que a realidade lhes obriga a aceitar. As pessoas não migram necessariamente por prazer, os fatos e a história provam que as migrações, muitas vezes, estão relacionadas a muitos interesses, não apenas dos migrantes.

A acumulação capitalista e as migrações andam lado a lado na história e faz-se presente na contemporaneidade. A pergunta de Sayad (1998) está, certamente, mais em voga do que nunca, qual seja, “o que é um migrante?” Entendemos a pergunta para o migrante e a migração interna.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alencar, A. C. A. (2010). Migração internacional: um olhar sobre Brasil e Portugal. *Revista Eletrônica de Direito Internacional*, 6, 1-41. Recuperado de http://centrodireitointernacional.com.br/static/revistaeletronica/volume6/arquivos_pdf/suamario/aline_alencar.pdf
- Alves Filho, M., & Villen, G. (2018, 22 de fevereiro). As novas faces das migrações internacionais: atlas e livro produzidos por pesquisadores do Nepo-Unicamp revelam as mudanças ocorridas nos fluxos migratórios contemporâneos. *Jornal da Unicamp*. Recuperado de <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2018/02/22/novas-faces-das-migracoes-internacionais>
- Amorim, C. (2004). Palestra no Instituto Rio Branco “A diplomacia do governo Lula” em 10 de abril de 2003. In W. Hofmeister (Org.), *Anuário Brasil-Europa* (pp. 44 - 47). Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung.
- Arendt, H. (2017). *A condição humana* (13ª ed.). Rio de Janeiro: Forense.
- Arrais Neto, E. (2004). Crise do fordismo ou crise do capital: a relação essência-fenômeno e as transformações do mundo do trabalho. In E. Arrais Neto, E. G. Oliveira, & J. G. Vasconcelos (Orgs.), *Mundo do trabalho: debates contemporâneos* (pp. 101-113). Fortaleza: Ed. UFC.
- Assis, G. (2011). *De Criciúma para o mundo: rearranjos familiares dos novos migrantes brasileiros*. Florianópolis. Ed. Mulheres.
- Badaró, L. (2013). Múltiplas expressões da questão social ecoam sobre a infância e juventudes. *SER Social*, 15(32), 167-183. Recuperado de http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/13039/11394
- Baeninger, R., & Peres, R. (2017). Migração de crise: a migração haitiana para o Brasil. *Revista de Estudos Populacionais*, 34(1), 119-143. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v34n1/0102-3098-rbepop-34-01-00119.pdf>
- Bakhtin, M., & Volochínov, V. N. (2014). *Marxismo e filosofia da linguagem* (16ª ed., M. Lahud, & Y. F. Vieira, trans.). São Paulo: Hucitec.
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida* (P. Dentzien, trad.). Rio de Janeiro: Zahar.
- Bauman, Z., & Bordoni, C. (2016). *Estado de crise* (R. Aguiar, trad.). Rio de Janeiro: Zahar.
- Beiguelman, P. (1985). *A crise do escravismo e a grande imigração* (3ª ed.). São Paulo: Brasiliense.
- Bertani, I. F., & Barretto, S. A. P. (2004). As transformações no mundo do trabalho e as consequências na subjetividade dos indivíduos. *Katálisis*, 7(2), 203-207. Recuperado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/download/6850/6331>
- Blackburn, R. (2002). *A queda do escravismo colonial: 1776-1848* (M. B. Medina, trad.). Rio de Janeiro: Record.

- Borges, L. O., & Yamamoto, O. H. (2014). Mundo do trabalho: construção histórica e desafios contemporâneos. In J. C. Zanelli, J. E. Borges-Andrade, & A. V. B. Bastos (Orgs.), *Psicologia, organizações e trabalho no Brasil* (2ª ed., pp. 25-72). Porto Alegre: Artmed. Recuperado de https://www.academia.edu/34222538/Psicologia_organizacoes_e_trabalho_no_Brasil
- Brasil. Câmara dos Deputados. (2019). *CARICOM: Mercado Comum e Comunidade do Caribe (Caricom)*. Brasília, DF. Recuperado de <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms/historico/blocoseconomicos.html/caricom.html>
- Brasil. Ministério das Relações Exteriores. (2011). *Aliança de civilizações: o fórum do Rio de Janeiro*. Brasília, DF: FUNAG. Recuperado de http://funag.gov.br/biblioteca/download/815-Alianca_de_Civilizacoes.pdf
- Brzozowski, J. (2012). Migração internacional e desenvolvimento econômico. *Estudos Avançados*, 26(75), 137-156. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/ea/v26n75/09.pdf>
- Campos, G. B. (2015). *Dois séculos de imigração no Brasil: a construção da imagem e papel social dos estrangeiros pela imprensa entre 1808 e 2015* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. Recuperado de http://www.pos.eco.ufrj.br/site/download.php?arquivo=upload/tese_gcampos_2015.pdf
- Carmo, M. I. M. (2011). Imigração italiana na cidade do Rio de Janeiro (1870-1920) (pp. 1-13). In *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, 2011, São Paulo. São Paulo: USP. Recuperado de http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300589551_ARQUIVO_ANPUH2011.pdf
- Carneiro, C. S. (2017). Migrações internacionais e precarização do trabalho: o contexto global, os acordos de residência do Mercosul e os imigrantes sul-americanos no Brasil. *Argumenta Journal Law*, 26, 337-374. Recuperado de http://seer.uenp.edu.br/index.php/argumenta/article/download/749/pdf_1
- Cashmore, E. (2000). *Dicionário de relações étnicas e raciais* (D. Kleve, trad.). São Paulo: Summus.
- Castel, R. (1998). *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Vozes.
- Cervo, A. L. (2008). *Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros* (2ª ed.). São Paulo: Saraiva.
- Chesnais, F. (1996). *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã.
- Chiavenato, I. (2016). *Introdução à teoria geral da administração* (9ª ed.). Barueri: Manole.
- Costa de Sá, P. R. (2015). As redes sociais de haitianos em Belo Horizonte: análise dos Laços relacionais no encaminhamento e ascensão dos migrantes no mercado de trabalho. *Cadernos OBMigra*, 1(3), 99-127. Recuperado de

http://periodicos.unb.br/ojs248/index.php/obmigra_periplos/article/download/16127/11516

- Craveiro, C., & Roverly, M. (2014). Migração internacional: análises e tendências. *Revista Anhanguera Goiânia*, 15(1), 41-50. Recuperado de http://pos.anhanguera.edu.br/wp-content/uploads/2016/03/41-50_Camila-Craveiro-e-Marta-Roverly.pdf
- Diniz, E. (2005). O Brasil e a MINUSTAH. *Security and Defense Studies Review*, 5(1), 90-108.
- Engels, F. (2015). *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo.
- Estanque, E. (2006). A questão social e a democracia no início do século XXI: participação cívica, desigualdades sociais e sindicalismo. *Finisterra: Revista de Reflexão Crítica*, 55-57, 77-99. Recuperado de https://ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/263_EE2_A%20Questao%20Social_Finisterra06.pdf
- Faria, M. R. F. (2015). *Migrações internacionais no plano multilateral: reflexões para a política externa brasileira*. Brasília, DF: FUNAG.
- Gunther, I. A. (1986). Pesquisa para conhecimento ou pesquisa para decisão? *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 1(1), 75-78.
- Hobsbawm, E. J. (2008). *A era dos extremos* (10ª ed.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Hobsbawm, E. J. (2016). *A era do capital – 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Ivo, A. B. L. (2012). A invenção do “social” e a normatividade das ciências sociais: dilemas clássicos e tendências contemporâneas. *Sociologia & Antropologia*, 2(3), 69-101. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/sant/v2n3/2238-3875-sant-02-03-0069.pdf>
- James, C. L. R. (2000). *Os jacobinos negros*. São Paulo: Boitempo.
- Lamas, B. G. (2005). Instabilidade no Haiti e a MINUSTAH. *Conjuntura Internacional*, (2), 11-13. Recuperado de <http://seer.pucminas.br/index.php/conjuntura/article/viewFile/7191/6327>
- Leite, M. P. (1994). Reestruturação produtiva, novas tecnologias e novas formas de gestão da mão de obra. In C. A. B. Oliveira, J. E. L. Mattoso, J. F. Siqueira Neto, M. Pochmann, & M. A. Oliveira (Orgs.), *O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século* (pp. 563-587). São Paulo: Scritta.
- Lima, M. R. S. (2000). Instituições democráticas e política exterior. *Contexto Internacional*, 22(2), 265-303. Recuperado de http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/media/Lima_vol22n2.pdf
- Machado, L. R. S. (1994). Mudanças tecnológicas e a educação da classe trabalhadora. In L. R. S. Machado, M. A. Neves, & G. Frigotto (Orgs.), *Trabalho e educação* (2ª ed., pp. 9-23). Campinas: Papirus.

- Maranho, E. J. (2008). *O emprego formal na indústria de transformação paranaense segundo a intensidade tecnológica – 1995 a 2007* (nota técnica). Curitiba: IPARDES. Recuperado de http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/O_Emprego_Formal_na_Industria.pdf
- Marinucci, R. (2007). Racismos e migrações [Editorial]. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 26(53), 7-10. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/remhu/v26n53/2237-9843-remhu-26-53-007.pdf>
- Marinucci, R. (2017). Migrações e trabalho: precarização, discriminação e resistência [Editorial]. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 25(49), 7-11. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/remhu/v25n49/1980-8585-REMHU-25-49-007.pdf>
- Martins, J. S. (2017). *O cativo da terra*. São Paulo: Contexto.
- Marx, K. (2017). *O capital*. São Paulo: Edipro.
- Mendes, G. A. (2013). Migração internacional: uma relação histórica com implicações sociais e econômicas entre México e Estados Unidos. *C@LEA – Revista Cadernos de Aulas do LEA*, (2), 46-54. Recuperado de http://www.uesc.br/revistas/calea/edicoes/rev2_4.pdf
- Menezes, L. M. (1997). Bastidores: um outro olhar sobre a imigração no Rio de Janeiro. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, 10(2), 85-98. Recuperado de <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/251/251>
- Menezes, M. A. (2012). Migrações e mobilidades: repensando teorias, tipologias e conceitos. In P. E. Teixeira, A. C. Braga, & R. Baeninger (Org.), *Migrações: implicações passadas, presentes e futuras* (pp. 21-40). São Paulo: Cultura Acadêmica. Recuperado de https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/migracoes2_ebook.pdf
- Minayo, M. C. S. (2004). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec.
- Miyasaka, C. R. (2011). *Viver nos subúrbios: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma (Rio de Janeiro, 1890 – 1910)*. Rio de Janeiro: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.
- Moraes, I. A., Andrade, C. A. A., & Mattos, B. R. B. (2013). A imigração haitiana para o Brasil: causas e desafios. *Conjuntura Austral*, 4(20), 95-114. Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/download/35798/27329>
- Netto, J. P. (2006). *O que é marxismo*. São Paulo: Brasilienses.
- Nogueira, J. L. (2007). A visita do secretário-geral da ONU ao Haiti. *Conjuntura Internacional*, (26), 1-3. Recuperado de <http://periodicos.pucminas.br/index.php/conjuntura/article/download/7432/6435>
- Ohno, T. (1997). *O sistema Toyota de produção: além da produção em larga escala*. Porto Alegre: Bookman.

- Oliveira, H. A. (2005). *Política externa brasileira*. São Paulo: Saraiva.
- Oliveira, H. C., Santos, J. S. P., & Cruz, E. F. C. (2007). O mundo do trabalho: concepções e historicidade. In *Anais da III Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2007*, São Luís. São Luís: UFMA. Recuperado de http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoB/178d5144a74686f5b7ffHILDERLINE%20CÂMARA_JOSENEIDE%20SANTOS_EDUARDO%20CRUZ.pdf
- Oliveira, M. (2014). O tema da imigração na sociologia clássica. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, 57(1), 73-100. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/dados/v57n1/03.pdf>
- Patarra, N. L. (2005). Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. *São Paulo em Perspectiva*, 19(3), 23-33. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/spp/v19n3/v19n3a02.pdf>
- Patarra, N. L. (2006). Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. *Estudos Avançados*, 20(57), 7-24. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n57/a02v2057.pdf>
- Peixoto, J. (2004). As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas. *SOCIUS Working Papers*, (11), 2-36. Recuperado de <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/2037/1/wp200411.pdf>
- Prado Júnior, C. (2012). *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- Rosa, R. M. (2006). A construção da desigualdade no Haiti: experiências históricas e situações atuais. *Universitas: Relações Internacionais*, 4(2), 0-24. Recuperado de <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/relacoesinternacionais/article/download/160/297>
- Santin, V. F. (2013). *Controle judicial da segurança pública: eficiência do serviço na prevenção e repressão ao crime* (2ª ed.) São Paulo: Verbatim.
- Sardenberg, R. (2005). Brasil, política multilateral e Nações Unidas. *Revista de Estudos Avançados*, 19(53), 347-367. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24099.pdf>
- Saussure, F. (1973). *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix.
- Sayad, A. (1998). *A imigração ou os paradoxos da alteridade* (C. Murachco, trad.). São Paulo: Ed. USP.
- Schwinn, S. A., & Freitas, P. (2016). Desafios para acesso ao trabalho de migrantes e refugiados no Brasil. In *Anais XIII Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea, 2016*, Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul: Unisc. Recuperado de <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/download/16040/3930>

- Seitenfus, R. (2006). *De Suez ao Haiti: a participação brasileira nas Operações de Paz*. Recuperado de http://www.seitenfus.com.br/arquivos/seitenfus_-_de_suez_ao_haiti.pdf
- Silva, S. A. (2012). Aqui começa o Brasil: haitianos na Tríplice Fronteira e Manaus. In S. A. Silva (Org.), *Migrações na Pan-Amazônia: fluxos, fronteiras e processos socioculturais* (pp. 300-322). São Paulo: Hucitec.
- Souza Neto, D. M. (2010). *A política brasileira para as operações de paz e intervenções humanitárias: normas, ética e regionalização no envolvimento brasileiro na MINUSTAH* [Capítulo 05]. (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. Recuperado de http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/biblioteca/php/mostrateses.php?open=1&arqtse=0812644_10_Indice.html
- Souza, N. S. (1998). O estrangeiro: nossa condição. In C. Koltai (Org.), *O estrangeiro* (pp. 155-163). São Paulo: Escuta.
- Theije, M. (2006). Transnationalism in Suriname: Brazilian migrants in Paramaribo. In R. Gowricharn (Ed.), *Caribbean transnationalism: Migration, socialization and social cohesion* (pp. 117-135). Oxford: Lexington Books.
- Valim, A. (1996). *Migrações: da perda da terra à exclusão social*. São Paulo: Atual.
- Valler Filho, W. (2007). *O Brasil e a crise haitiana: A cooperação técnica como instrumento de solidariedade e de ação diplomática*. Brasília, DF: FUNAG.
- Verenhitach, G. D., Deitos, M., & Seitenfus, R. (2007). O Brasil e a cooperação triangular Sul-Sul para o desenvolvimento: o caso do Haiti. In *Anais do I Simpósio em Relações Internacionais do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, 2007*, São Paulo. São Paulo: Unesp/Unicamp;PUC-SP.
- Vieira, C. D. (2016). *Imigração, trabalho e precarização: as condições de trabalho do imigrante haitiano na região metropolitana de Curitiba a partir de 2013* (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa. Recuperado de <https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/253/1/Caina%20Domit%20Vieira.pdf>

ANEXO A:
 Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)
 TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Caro Participante,

O objetivo do presente Termo tem a finalidade de solicitar a autorização de V.Sa. em participar da entrevista para coleta de dados a ser realizada para a pesquisa intitulada “MIGRANTES HAITIANOS EM TRÊS LAGOAS/ MS:TRABALHO E INSERÇÃO SOCIAL”, Programa de Mestrado em Psicologia-Área de Concentração Psicologia da Saúde da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) em Campo Grande MS.

A entrevista deve-se realizar de forma individual e voluntária, e será gravada em aparelho adequado em dia, horário e local previamente combinado e aceito entre a pesquisadora e cada participante da pesquisa. Fica esclarecido que a referida pesquisa não oferece riscos para a participante, uma vez que seu nome não será divulgado e os dados coletados serão tratados unicamente pela pesquisadora e a Orientadora para uso exclusivo de análise e construção de Relatório da Pesquisa e caso a participante, em que momento for, se sentir desconfortável, tiver alguma dúvida ou considerar que não deseja mais participar da pesquisa poderá fazer contato com a pesquisadora e orientadora por meio dos contatos abaixo e solicitar sua desistência em participar da mesma. A pesquisadora se compromete a zelar pela confidencialidade das informações coletadas, imagens e a preservação dos dados, sendo que a divulgação pública dos dados somente ocorrerá caso a participante deseje e autorize. Os procedimentos obedecem ao que preconiza a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), em consonância com o estabelecido na Resolução 196, de 10 de outubro de 1996 a qual foi revogada e em seu lugar encontra-se a Resolução CNS/ MS 466/2012, que pode ser encontrada na página da Comissão Nacional de Ética – CONEP, Conselho Nacional de Saúde-CNS e Ministério da Saúde- MS.

Ressaltamos que a realização da pesquisa de abordagem qualitativa e pretende investigar, analisar e compreender os aspectos psicossociais dos migrantes haitianos em suas dificuldades para adentrar e permanecer no mercado de trabalho brasileiro e quais as suas expectativas futuras para a vida no Brasil. Espera-se com esta pesquisa contribuir para estudos futuros no que se refere à temática da migração e despertar para as possibilidades de criação de políticas públicas que versem sobre a viabilização de acesso aos direitos inerentes a qualquer ser humano tais como: emprego, moradia, alimentação, inclusão social, entre outros.

Dados da Participante

Eu, _____, RG nº _____

declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.

Campo Grande-MS, _____ de _____ de 20 ____.

 Assinatura da Participante

Pesquisadora: Zuleika da Silva Gonçalves
 Endereço: Avenida São Nicolau nº 1705 – Bairro Vila Marli
 Campo Grande – MS CEP 79116-270
 Fone- 67-9 9643-0343
 email – zuleikagoncalves@gmail.com

ANEXO B

ANEXO C

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS TECNICOS

1- Dados Pessoais:

Nome Completo: _____

Nome da Instituição: _____

Função: _____

2- Acolhimento aos Migrantes haitianos trabalhadores.

2.1. Quais os procedimentos institucionais quando o atendimento que é realizado à um migrante?

2.2. Qual o índice de aceitabilidade do migrante haitiano no mercado de trabalho?

3 - Trabalho do Migrante

3.1. Qual setor do mercado de trabalho em Três Lagoas que mais contrata migrantes haitianos?

3.2. Qual a sua percepção sobre a aceitação das empresas e ou empregadores quando o trabalhador em questão é um migrante haitiano?

3.3. Existe a reincidência na procura de trabalho pelo migrante haitiano. Quais motivos?

3.4. Os salários ofertados para os migrantes haitianos são equiparados aos dos brasileiros?

ANEXO D

ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM OS MIGRANTES

1- Dados Pessoais:

Nome Completo: _____

Idade: _____ anos

Data de nascimento: __/__/____

Estado Civil: () Solteiro () Casado () União Estável
() Separado () Divorciado () Viúvo () Outros

País de nascimento: _____

Cidade de nascimento: _____

2- Escolaridade e Ocupação:

Escolaridade:

- () Não alfabetizado () Ensino fundamental incompleto
() Ensino fundamental completo () Ensino médio incompleto
() Ensino médio completo () Ensino superior incompleto
() Ensino superior completo. Qual curso _____
() Pós-graduação. Qual: _____

3- Antes da Migração

3.1. Ocupação antes da migração?

3.2. Como era a sua vida antes de vir para o Brasil?

3.3. Como ocorreu a decisão de migrar para o Brasil e qual o apoio que recebeu para realizar a viagem?

3.4. Você teve auxílio de alguém para vir para o Brasil? Sim () Não () Se sim, de quem?

4- Permanência no país de acolhimento

4.1. Que rota você utilizou para entrar no Brasil?

4.2. Cidade que estava antes de migrar para Três Lagoas?

4.3. Por que escolheu Três Lagoas -MS ?

4.4. Quais as maiores dificuldades que você sentiu assim que chegou no Brasil?

5- Situação de trabalho

5.1. Como ocorreu esta busca pelo emprego aqui no Brasil?

5.2. Hoje você está empregado?

5.3. Ocupação atual: _____

5.4. A sua renda você consegue se manter?

5.5. Envia dinheiro para sua família que ficou no Haiti?

6- Expectativas

6.1. Quais são seus planos para o futuro?

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: MIGRANTES HAITIANOS EM TRÊS LAGOAS: ASPECTOS PSICOSSOCIAIS DA INSERÇÃO PROFISSIONAL NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Pesquisador: ZULEIKA DA SILVA GONCALVES

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 94558318.8.0000.5162

Instituição Proponente: Universidade Católica Dom Bosco

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.797.675

Apresentação do Projeto:

O presente projeto de pesquisa tem como objetivo analisar e compreender os aspectos psicossociais dos migrantes haitianos na inserção no mercado de trabalho brasileiro, especificamente na cidade de Três Lagoas- Mato Grosso do Sul. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, fundamentada na perspectiva da psicologia sócio-histórica que tem como base epistemológica o materialismo histórico-dialético. A metodologia utilizada será pesquisa bibliográfica e de campo.

Objetivo da Pesquisa:

Analisar e compreender os aspectos psicossociais dos migrantes haitianos na inserção no mercado de trabalho brasileiro, especificamente na cidade de Três Lagoas- Mato Grosso do Sul.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Não identificamos riscos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto de pesquisa é claro e adequado aos objetivos propostos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O termo esclarece sobre a pesquisa e informa sobre procedimentos e desenvolvimento do trabalho.

Endereço: Av. Tamandaré, 6000

Bairro: Jardim Seminário

CEP: 79.117-900

UF: MS

Município: CAMPO GRANDE

Telefone: (67)3312-3723

E-mail: cep@ucdb.br

Continuação do Parecer: 2.797.675

Recomendações:

Não são necessárias.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não identificamos pendências e inadequações.

Considerações Finais a critério do CEP:

O colegiado acompanha o voto do relator.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1161614.pdf	26/06/2018 22:06:33		Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto.pdf	26/06/2018 22:01:31	ZULEIKA DA SILVA GONCALVES	Aceito
Outros	declaracao_deinstituicaoefraestrutura.pdf	20/06/2018 17:08:05	ZULEIKA DA SILVA GONCALVES	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	declaracaodeinstituicaoefraestrutura.pdf	20/06/2018 17:01:50	ZULEIKA DA SILVA GONCALVES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TermodeassentimentoTCLE.docx	20/06/2018 16:52:44	ZULEIKA DA SILVA GONCALVES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetopesquisafinalDetalhado.doc	20/06/2018 16:44:36	ZULEIKA DA SILVA GONCALVES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CAMPO GRANDE, 02 de Agosto de 2018

Assinado por:
Jacir Alfonso Zanatta
(Coordenador)

Endereço: Av. Tamandaré, 6000

Bairro: Jardim Seminário

CEP: 79.117-900

UF: MS

Município: CAMPO GRANDE

Telefone: (67)3312-3723

E-mail: cep@ucdb.br